



DOCAPESCA

PORTOS E LOTAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2010

ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

➤ 1. Mensagem do Conselho de Administração	4
➤ 2. Governo da Sociedade	10
• Proposta de Aplicação de Resultados	28
➤ 3. Balanço e Demonstração dos Resultados	29
• Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010	34
➤ 4. <i>Performance</i> da Docapesca	92
• Análise Económico-Financeira	93
• Recursos Humanos	97
• Estatística	103
• Exploração	111
• Comercial e Marketing	117
• Informática	124
• Infra-estruturas e Manutenção	125
➤ 5. Relatório e Parecer do Fiscal Único, Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	128

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Criação de valor. Criação de valor para a empresa e para os seus parceiros institucionais, directos ou indirectos, a saber, o Sector da Pesca. Esta é a missão que cabe à Docapesca – Portos e Lotas, SA prosseguir tal como o definem os seus Estatutos, artigo 3.º:

Art.3.º – A sociedade tem por objecto a exploração de portos de pesca e lotas, em regime de concessão ou outro, a prestação de serviços de primeira venda de pescado, a exploração de infra-estruturas de apoio aos utentes, a produção de gelo e frio, bem como quaisquer outras actividades conexas.

Valorização do pescado. Esta foi e continua a ser a grande meta definida por este Conselho de Administração desde o início do seu mandato, em 2008, e que tem servido de grande princípio orientador de todas as iniciativas que promoveu nos últimos três anos em que exerceu funções. Esta meta continua a estar presente em todos os projectos inscritos para os próximos anos, numa plataforma prospectiva que pretende proporcionar melhoria das condições em todas as áreas que estão definidas como seu objecto, modernizando processos, reorganizando com inovação, abrindo perspectivas para novas possibilidades de negócio em parceria, preferencialmente em diálogo com o Sector.

O documento para a reestruturação, que tem vindo a receber o conforto da reafirmação da sua aprovação por S. Excelências o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e o Secretário de Estado das Pescas e Agricultura, continua a ser o elemento orientador das grandes linhas de intervenção dos vários sectores da Empresa. Permanecem assim, com enorme relevância, os factores que influenciam a formação do preço/valorização do pescado. Numa estratégia de reforço dessa valorização, considerada cumulativamente benéfica para o Sector e para a Empresa, as áreas que continuamos a considerar como determinantes para a formação do preço/valorização do pescado são:

- ➡ Segurança e Qualidade Alimentar;
- ➡ Economia;
- ➡ Nominalização do pescado/Marca;
- ➡ Modernização;
- ➡ Abertura ao Sector.

Sem prejuízo da apresentação pormenorizada por áreas neste relatório e dos restantes documentos que apresentamos para aprovação em Assembleia Geral, salientam-se as que consideramos mais relevantes no cumprimento do que foi o Plano de Actividades e Orçamento para 2010.

O **Leilão Online** – projecto de que se espera possa influenciar e ter resultados determinantes na valorização do pescado – viu confirmada a sua implantação nas Lotas de Matosinhos, Figueira da Foz, Sesimbra e Portimão. Promoveu-se igualmente a sua divulgação junto dos compradores, tendo-se apoiado os que já aderiram ao projecto, através de formação e mantendo linha aberta para dúvidas – no que ao processo de aquisição diz respeito.

Estudou-se e iniciou-se a preparação de um sistema de entregas que venha a concretizar-se, logo que o mercado de venda online o justifique. Este projecto teve financiamento através do PROMAR.

Em articulação com este projecto, foram reforçadas as acções de captação de novos compradores e de novas oportunidades de mercado: o relacionamento mais intensificado com as grandes superfícies, potenciais escoadores de quantidades significativas de pescado, a procura de novos canais de comercialização, a preparação de medidas de valorização positiva do pescado na alimentação, com presença institucional em feiras e mercados interessantes para a frota portuguesa, são alguns exemplos das iniciativas promovidas. O Comprovativo de Compra em Lota (CCL), projecto concebido pela Docapesca, cujo objectivo fundamental é a identificação do pescado transaccionado nas lotas do continente português junto do consumidor final (igualmente financiado pelo PROMAR), conheceu bons desenvolvimentos através da adesão de grandes compradores e de Autarquias.

Merece aqui igualmente relevo a participação da Docapesca como membro da Fileira do Pescado, entidade que reúne os seus mais importantes representantes.

Continuou a destacar-se, como factor relevante de valor acrescentado, a melhoria nos serviços prestados aos Armadores/Pescadores e Comerciantes de pescado. A harmonização de procedimentos, com o objectivo de criar boas condições financeiras a Armadores e Pescadores nas vendas em lota, manteve o seu propósito.

Com o envolvimento dos seus actores mais relevantes, prosseguiu-se o princípio da manutenção de regras de controlo e redução de custos. Um factor de dinamização interna da empresa – a redefinição da sua função financeira – viu-se concluído durante o ano de 2010, estando estabilizados os seus cinco núcleos financeiros. Este processo foi acompanhado pela implementação de novas estratégias de intervenção, a aplicação de novos sistemas organizacionais, a redução de efectivos, a identificação dos investimentos necessários face ao projecto definido.

No quadro desta alteração deve referir-se a evolução do número de Delegações da Docapesca, entre os anos de 2008 e 2010: passou-se de doze para seis Delegações, tendo a redução de efectivos neste período sido de 87 Trabalhadores.

A negociação com todas as Autarquias, onde existem Lotas e Postos de Vendagem, com as Administrações Portuárias e o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), com as Organizações de Produtores, com as Associações de Armadores, com o sector da comercialização e

suas instituições representativas, os Sindicatos, etc. foi uma operação muito presente durante o ano de 2010. Por um lado, cumprimos deste modo o objectivo de diálogo permanente com o Sector e, por outro, continuamos na tentativa de resolver situações há muito sem solução, para as quais a Docapesca tem apresentado propostas e sobre as quais ainda aguarda resposta.

De notar que, no âmbito desta área, se finalizou, ao cabo de muitos anos, o Regulamento do Porto de Sines que se encontra firmado com a respectiva Administração.

O registo estatístico de todo o pescado transaccionado é um elemento essencial para a definição das políticas, a nível nacional e europeu, e uma ferramenta incontornável para a gestão da Empresa. Também os sectores da Produção e Comercialização beneficiam da informação produzida. Estes são sectores onde continuamos a melhorar com tecnologia mais adequada e actualizada.

No ano de 2010, a Docapesca encerrou o exercício com um lucro de 493.468,52 Euros, mantendo-se a inversão de uma longa série de anos com resultados negativos de exploração, tendo-se verificado um aumento de 9,6 % (mais 11,2 mil toneladas) nas quantidades apresentadas para venda em lota, apesar do preço médio se ter estabelecido em €1,47 (-4,7% que o verificado no ano de 2009, um número influenciado pelo decréscimo significativo do valor do pescado do cerco transaccionado durante o ano).

Apesar do aumento dos rendimentos da Primeira Venda de Pescado em lota, a empresa pautou a sua actividade, ao longo do ano, por uma rigorosa contenção dos gastos operacionais.

O saldo líquido de Trabalhadores, entre os anos de 2009-2010 – menos 13 –, reflecte o resultado do processo de reestruturação na área de redução de efectivos, da racionalização dos recursos humanos e da reorganização do sistema de produção. Queremos aqui relevar dois factos: os gastos com o Pessoal, em 2010, terem sofrido um decréscimo de cerca de 6% e, por outro lado, os bons resultados obtidos no investimento que se tem operado na formação dos Trabalhadores – foram ministradas um total de 9852 horas de formação, o que representa o dobro, quer em número de participações, quer em número de horas de formação, comparativamente ao ano anterior.

Vale aqui a pena referir que o Conselho de Administração se congratula com a *performance* do ano de 2010, cuja melhor especificação se remete para o capítulo respectivo, embora se tenha consciência de que este conjunto de resultados é um caminho que tem que ser prosseguido em termos de consistência e permanência ao longo do tempo.

A modernização dos equipamentos, dos procedimentos que podem melhorar o *ratio* de exploração das lotas e o investimento na climatização foram objecto de preparação de projectos e candidaturas a fundos comunitários, cuja concretização no ano de 2010 não pôde ser a esperada, devido à situação económico-financeira do país e às regras impostas pelo Governo, nomeadamente quanto ao endividamento, o que obrigou a uma nova calendarização de todos os investimentos anteriormente

previstos. Nesta área não queremos deixar de referir o início de actividade da nova Lota de Quarteira, encontrando-se a nova Lota de Albufeira preparada para iniciar a sua actividade, uma vez resolvidos alguns problemas existentes no respectivo Porto.

Manter a preocupação pela melhoria da qualidade do pescado que sai das lotas, contribuindo assim para a sua valorização através do reforço da segurança alimentar, é para a Docapesca um objectivo decisivo. A aplicação em todas as lotas do *Hazard Analysis of Critical Control Points* (HACCP), metodologia de controlo concebida para analisar e controlar os riscos sanitários associados a produtos alimentares, continua a ser objecto de implementação e monitorização nos equipamentos – entrepostos e fábricas de gelo.

Nos termos da RCM n.º 68/2010, que prevê a desocupação de Pedrouços, a Docapesca diligenciou e negociou com todos os utilizadores das suas instalações a libertação das mesmas, tendo ocorrido sem percalço esta operação. Este processo implicará de novo a mudança da Sede da Empresa durante o ano de 2011.

O Conselho de Administração tem consciência de que a difícil tarefa de reestruturação iniciada no ano de 2008 não está terminada, embora a maioria das suas valências seja em parte uma realidade, ao fim destes anos. Tal como se previu, algum tempo será ainda necessário para que se concretize a melhor solução para uma reestruturação conseguida, ou seja, uma reestruturação que contribua para acrescentar valor ao Sector da Pesca nacional. Sabemos que a Empresa pode contar com os seus Trabalhadores, nos quais reconhece um potencial de valor incontornável, que vale a pena valorizar cada vez mais.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Adelaide Torradinhas Rocha

João Manuel de Sousa Santos Reis

João Francisco Ferreira da Fonseca

PERSPECTIVAS

No Relatório e Contas de 2010 estão em evidência as iniciativas que consubstanciam o percurso consistente de transformação do modelo de gestão da Docapesca. Assumido o projecto de reestruturação para o qual fomos mandatados, os anos que se seguem serão, igualmente, de mudança e mais concretização.

Continuamos a crer no contributo de muitas entidades que esperamos connosco colaborem, em termos de intervenção articulada, na solução dos diferenciados temas que compõem a presença da Docapesca no Sector das Pescas.

A modernização dos equipamentos, dos procedimentos, o investimento na climatização – as novas lotas poderão prosseguir com a aprovação pelo PROMAR das respectivas candidaturas –, a racionalização dos recursos humanos e financeiros, a reorganização do sistema de produção, a inovação, a melhoria no sector das novas tecnologias, o alargamento dos mercados do pescado e respectiva valorização, a manutenção do equilíbrio económico-financeiro da Empresa e as medidas de segurança e qualidade alimentar são, entre outras, iniciativas que no ano de 2011 encontram concretização no plano de actividades da Empresa.

2. GOVERNO DA SOCIEDADE

GOVERNO DA SOCIEDADE – PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

1. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA

ENQUADRAMENTO

A Docapesca – Portos e Lotas, SA é a entidade que, nos termos do Decreto-Lei n.º 107/90 de 27 de Março, tem a seu cargo no continente português, o serviço público da prestação de serviços de Primeira Venda de Pescado, bem como o apoio ao Sector da Pesca e respectivos portos. A Docapesca, pelas suas características, está presente em todo o país.



A actividade da Docapesca cinge-se fundamentalmente a duas actividades de negócio:

	1.ª VENDA DE PESCADO SERVIÇO PÚBLICO	ACTIVIDADES CONEXAS
Actividade	Promover a venda do pescado fresco e refrigerado por leilão ou contrato. Controlo higio-sanitário de todo o pescado.	Serviços de apoio ao Sector, através do aluguer de armazéns, entrepostos frigoríficos, mercado de segunda venda, venda de gelo, combustíveis e aprestos.
Principais Activos	• 7 Delegações • 17 Lotas principais • 40 Postos de Vendagem	• 1 Mercado de Segunda Venda • 3 Entrepostos Frigoríficos • 15 Lojas de Aprestos • 555 Armazéns • 25 Fábricas de Gelo

MISSÃO

A Docapesca tem por objecto social actuar nos negócios do Sector da Pesca a saber, a Primeira Venda do Pescado e actividades conexas, criando as condições adequadas para a produção e para a comercialização, explorando novos caminhos e competências que garantam a criação de valor para a empresa, parceiros e sociedade.

Âncora no Sector da Pesca, contribuindo de forma determinante para a sua inovação, crescimento e garantia da excelência do pescado, alicerçada numa cadeia de valor que se pretende em expansão, a Docapesca ambiciona realizar e sustentar um conjunto de iniciativas, através de:

- **Inovação** – Implementação de novos métodos e processos, novos negócios e competências;
- Investimento em **responsabilidade social**, dedicando uma activa atenção aos problemas das comunidades de Armadores/Pescadores, sobretudo nas localidades tradicionalmente dependentes da pesca extractiva, em articulação estreita com as Autarquias locais; em **responsabilidade ambiental** e **cívica** e em **qualidade e segurança alimentar** (com a introdução da normalização, certificação e rastreabilidade dos produtos do mar e a garantia de condições higiossanitárias);
- **Cooperação**, inspirando confiança, por conduta exemplar, no trabalho em equipa e nas relações contratuais e negociais.

PRINCIPAIS OBJECTIVOS QUE SUPORTAM A ESTRATÉGIA DA DOCAPESCA

Considerando a missão, o objecto social e as directrizes do Accionista com vista a uma reestruturação, cujo ponto essencial é a valorização do pescado, os grandes objectivos para 2011 são:

I – Segurança e Qualidade Alimentar

Introdução e reforço das condições de segurança e qualidade alimentar, em todos os edifícios, equipamentos e procedimentos da empresa.

II – Economia

Readaptação da rede de Lotas e Postos de Vendagem à oferta e à procura actual e expectável.

III – Nominalização do Pescado/ Marca

Desenvolvimento de uma marca para diferenciar o pescado junto do Retalho e do consumidor final, valorizando o pescado português, capturado em águas portuguesas por embarcações portuguesas.

IV – Modernização

Reconversão dos Recursos Humanos, novo sistema de gestão, sistema de venda de pescado online e página de Internet, eficiência ambiental, informatização, reestruturação comercial, comunicação, medição da satisfação dos clientes.

V – Abertura ao Sector

Optimizar, assegurar e estabelecer novas formas de relacionamento com o Sector.

2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

- Estatutos da Empresa (Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de Março).
- Regime Legal da Primeira Venda de Pescado fresco e refrigerado (Decreto-Lei n.º 81/2005, de 27 de Janeiro).
- Regulamento Geral de Funcionamento das Lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de Janeiro).
- Regulamentos Internos de Funcionamento das Lotas.
- Normas que regulam a autorização de primeira venda de pescado fresco fora da lota (Portaria n.º 197/2006, de 23 de Fevereiro).
- Requisitos e trâmites a que devem obedecer a instalação e o licenciamento das Lotas (Portaria n.º 506/89, de 5 de Julho).
- Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro).
- Legislação sobre o Domínio Público Hídrico (Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março, Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio e Portaria n.º 1450/2007, de 12 de Novembro).
- Legislação sobre a qualidade da água (Decreto-Lei n.º 236/1998, de 01 de Agosto).
- Taxas de Primeira Venda (Decreto-Lei n.º 255/77, com alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 339/77, de 18 de Agosto, n.º 174/79, de 7 de Junho e n.º 307/79, de 20 de Agosto, Portaria n.º 541/82, de 29 de Maio e n.º 251/2008, de 4 de Abril e Portaria n.º 495/2008, de 23 de Junho).
- Contratos de Concessão dos Portos de Pesca de Matosinhos, Sesimbra, Setúbal e Sines.
- Contratos de Exploração das Fábricas de Gelo de Póvoa de Varzim, Aveiro e Figueira da Foz.
- Acordo de Empresa (BTE I Série n.º 24, de 29 de Junho de 2006).
- Regulamento (CE) n.º 582/2004, de 29 de Abril – Higiene dos Géneros Alimentícios.
- Regulamentos de Exploração dos Entrepósitos Frigoríficos.
- Contratos de Subconcessão da Primeira Venda de Pescado (Postos de Vendagem).
- Prestação de informação estatística sobre as descargas e vendas em lota.
- Regulamentos internos de deslocações em serviço, utilização de viaturas e comunicações.
- Regulamento interno dos procedimentos para a realização de despesas de funcionamento e de investimentos.

3. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

A Empresa não tem entidades relacionadas.

4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSACÇÕES

Na realização de empreitadas, aquisição de bens e/ou serviços, a Docapesca cumpre, conforme determinado por Lei, o Código dos Contratos Públicos, anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Os contratos celebrados com fornecedores e outras entidades são obrigatoriamente assinados por dois membros do Conselho de Administração.

Os documentos comprovativos das aquisições de bens e serviços são validados pelos responsáveis com poderes para a sua realização.

Em 2010 não ocorreram transacções efectuadas fora das condições de mercado.

É nula a lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos, dado que esta percentagem representa um valor inferior a um milhão de Euros.

5. INDICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

CARGO	ÓRGÃO SOCIAL	DATA DA ELEIÇÃO	MANDATO
Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	29/04/2008	2008/2010
Vice-Presidente	Maria Cristina Marques Rosa Magina	29/04/2008	2008/2010
Secretária	Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas	29/04/2008	2008/2010
Conselho de Administração			
Presidente	Maria Adelaide Torradinhas Rocha	29/04/2008	2008/2010
Vogal	João Manuel de Sousa Santos Reis	29/04/2008	2008/2010
Vogal	João Francisco Ferreira da Fonseca	29/04/2008	2008/2010
Fiscal Único			
Efectivo	Abreu & Cipriano, Auditores, SROC	29/04/2008	2008/2010
Suplente	João Amaro Santos Cipriano Carlos Alberto Antunes Abreu	29/04/2008	2008/2010
Comissão de Fixação de Remunerações			
Presidente	Filomena Maria A. Vieira Martinho Bacelar	29/04/2008	2008/2010
Vogal	Sara Alexandre Duarte Ambrósio	29/04/2008	2008/2010
Vogal	Cristina Maria Pereira Freire	29/04/2008	2008/2010

A Docapesca contratou os serviços da PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. para proceder à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2010.

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração são executivos e responsáveis pelos seguintes pelouros:

Presidente – Maria Adelaide Torradinhas Rocha

- Departamento de Estatística
- Direcção de Infra-estruturas e Manutenção

Vogal – João Manuel de Sousa Santos Reis

- Direcção Comercial e Marketing
- Direcção de Exploração
- Direcção de Informática

Vogal – João Francisco Ferreira da Fonseca

- Direcção Financeira
- Direcção de Apoio Jurídico e de Recursos Humanos
- Delegações

Os membros do Conselho de Administração reúnem-se regularmente pelo menos uma vez por mês. No ano de 2010, o Conselho de Administração reuniu vinte e seis vezes.

ORGANOGRAMA DA DOCAPESCA



* Na sequência da reestruturação em curso na Docapesca, em 1 de Janeiro de 2011, a Delegação da Sines foi extinta, passando a Lota de Sines a estar integrada na Delegação Centro Sul.

6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- **Presidente** Senha de presença no valor de 505,85 Euros;
- **Vice-Presidente** Senha de presença no valor de 304,43 Euros;
- **Secretário** Senha de presença no valor de 259,33 Euros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No período que decorreu de 1 de Janeiro de 2010 a 4 de Maio de 2010, as remunerações do Conselho de Administração foram:

Administradores Executivos

- ➡ **Presidente** Remuneração de 3.719,08 Euros, 14 vezes por ano;
Despesas de Representação 1.301,68 Euros, 12 vezes por ano;
Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações.
- ➡ **Vogais** Remuneração de 3.233,98 Euros, 14 vezes por ano;
Despesas de Representação 970,19 Euros, 12 vezes por ano;
Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações.

No período que decorreu de 5 de Maio de 2010 (data em que a Comissão de Fixação de Remunerações emitiu uma Declaração sobre a Política de Remuneração) a 31 de Maio de 2010, as remunerações do Conselho de Administração foram:

Administradores Executivos

- ➡ **Presidente** Remuneração de 4.834,81 Euros, 14 vezes por ano;
Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações.
- ➡ **Vogais** Remuneração de 4.065,57 Euros, 14 vezes por ano;
Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações.

No período que decorreu de 1 de Junho de 2010 a 31 de Dezembro de 2010, por aplicação da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de Junho, as remunerações do Conselho de Administração foram:

Administradores Executivos

- ➡ **Presidente** Remuneração de 4.593,07 Euros, 14 vezes por ano;
Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações.
- ➡ **Vogais** Remuneração de 3.862,29 Euros, 14 vezes por ano;
Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações.

Em 2010, foi processado, a título de pagamento de subsídio de férias, uma verba por férias não gozadas, no montante de 1.293,59 Euros.

O acerto referente ao processamento dos vencimentos do mês de Junho foi efectuado em Fevereiro de 2011.

FISCAL ÚNICO

Remuneração por serviços prestados de Revisão Legal de Contas: 1.135,00 Euros por mês.

REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS (VALORES ANUAIS)

6.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
REMUNERAÇÕES 2009	505,85	304,43	259,33
REMUNERAÇÕES 2010	505,85	304,43	259,33

6.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Remunerações em 2010

	Presidente	Vogal 1	Vogal 2	TOTAL
1. Remuneração	65.623,23	56.511,43	55.217,84	177.352,50
1.1. Remuneração base/Fixa	67.315,41	57.934,38	56.640,79	181.890,58
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010)	1.692,18	1.422,95	1.422,95	4.538,08
1.2.a) Redução Lei 12-A/2010 ref. a Jun/10 efectuada Fev/11	241,74	203,28	203,28	648,30
1.3. Remuneração base/Fixa efectiva (1.1. - 1.2.)	65.623,23	56.511,43	55.217,84	177.352,50
1.4. Senha de presença	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6. Acumulação de funções de gestão	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7. Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho)	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Outras regalias e compensações	15.111,14	22.898,95	23.213,73	61.223,83
2.1. Gastos na utilização de telefones	1.242,04	3.489,00	1.191,38	5.922,42
2.2. Valor de aquisição/renda das viaturas de serviço	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3. Valor do combustível gasto com a viaturas de serviço	1.463,03	2.895,55	3.525,16	7.883,74
2.4. Subsídio de deslocação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5. Subsídio de refeição	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6. Deslocações e Estadas	4.534,01	1.722,36	5.693,33	11.949,71
2.7. Portagens e Estacionamento	492,89	1.564,45	1.204,60	3.261,94
2.8. Conservação da Viatura	2.767,40	5.054,41	7.466,80	15.288,61
2.9. Despesas de Representação	2.249,40	6.581,62	3.508,45	12.339,47
2.10. Seguro Automóvel	2.362,37	1.591,56	624,01	4.577,94
3. Encargos com benefícios sociais	6.585,42	12.304,40	12.293,67	31.183,50
3.1. Regime convencionado	5.555,96	11.349,88	11.349,88	28.255,72
3.2. Seguros de saúde	166,66	166,66	166,66	499,99
3.3. Seguros de vida	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4. Seguros de Acidentes de Trabalho	540,73	465,79	455,06	1.461,58
3.3. Seguros de Acidentes Pessoais	322,07	322,07	322,07	966,21
4. Parque Automóvel				
4.1 Marca	BMW	Volkswagen	Volkswagen	
4.2 Modelo	320-D	Passat 2.0 TDI	Passat 1.9 TDI	
4.3 Matrícula	52-AC-75	40-BF-85	51-33-OZ	
4.4 Valor da viatura (contabilístico)	0,00	666,67	0,00	
4.5 N.º prestações b)	0	0	0	
4.6 Valor de aquisição/renda da viatura de serviço	0,00	0,00	0,00	
4.7 Ano de aquisição da viatura	2005	2006	2000	
4.8 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	1.463,03	2.895,55	3.525,16	
5. Informações Adicionais				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não	
5.2. Regime convencionado				
5.2.1. Segurança social (s/n)	Não	Sim	Sim	
5.2.2. Outro (s/n) (CGA)	Sim	Não	Não	
5.3. Ano de aquisição da viatura de serviço	2005	2006	2000	
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	Não	Não	Não	
5.5. Outras (identificar detalhadamente)				

6.3. FISCAL ÚNICO

	2009	2010
Abreu e Cipriano, Auditores, SROC	13.620	13.620

7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

O Conselho de Administração da Docapesca definiu no início do seu mandato, em Abril de 2008, um conjunto de orientações para o triénio 2008/2010 nos domínios económico, social e ambiental: uma estratégia económica alicerçada no reforço do valor do pescado vendido em lota.

Dois elementos contribuíram para a definição desta linha de política económica. Por um lado, o valor médio do pescado transaccionado em lota, que se situava num nível muito baixo e que era influenciado por diversos factores, a saber: as condições infra-estruturais e de acesso à compra em lota; a organização da Rede de Lotas; e a ausência de nominalização do pescado transaccionado em lota. Por outro, a percentagem da taxa cobrada na Primeira Venda, que ultrapassa metade da receita, sendo por esse efeito o factor determinante para o equilíbrio económico e financeiro da Empresa.

Neste contexto, foi então decidido actuar em todos os factores que podem influenciar a formação do preço da seguinte forma: iniciando a reforma das condições das infra-estruturas (evoluindo-as para equipamentos climatizados e certificados – Número de Controlo Veterinário, HACCP, ISO 9001); promovendo a alteração da Rede de Lotas, com o objectivo de concentrar oferta e procura; incentivando, quer a abertura de novos canais de comercialização, em especial a venda online, quer a abertura organizada à restauração e hotelaria, com o início de um projecto de nominalização do pescado comercializado em lota.

No domínio social, a política prosseguida pela Docapesca divide-se em dois planos. Num plano interno, a promoção da melhoria das condições laborais para os seus Trabalhadores e, num plano externo, o apoio ao Sector, em diálogo permanente e parceria, tendo como principal preocupação a prossecução dos seus interesses sociais e económicos.

Esta política é concretizável, no plano interno, com a promoção da igualdade de oportunidades entre Trabalhadores, através de: sistemas de avaliação de desempenho; contínuo reforço das competências; formação profissional; contínua melhoria das condições de Higiene e Segurança do Trabalho; diálogo permanente com as estruturas representativas dos Trabalhadores; negociação no âmbito do Acordo de Empresa, com resultados para a melhoria das condições dos Trabalhadores.

No plano externo é verificável através da abertura e diálogo permanentes com todas as estruturas representativas do Sector para a definição articulada das políticas a prosseguir, designadamente, no apoio às Organizações de Produtores, com descontos comerciais nos produtos e serviços prestados

pela Docapesca, e na transferência dos descontos no combustível comercializado pela Empresa à frota. De salientar ainda a relevante integração da Docapesca na rede de lotas europeias, através da Associação Europeia de Portos e Lotas (EAFPA), e o projecto de nominalização do pescado que envolve as organizações do Sector e as Autarquias locais.

Em matéria ambiental a estratégia da Empresa tem como objectivo a promoção da protecção ambiental, através da adopção das práticas ambientalmente mais correctas. Numa perspectiva operacional esta política está organizada em três áreas – Frota/Recursos, Exploração/Industrial e Serviços Administrativos – e alicerçada na implementação de um Sistema de Gestão ambiental com início em 2010 e a implementar no decurso de 2011.

A política de promoção ambiental para a Frota/Recursos passa por uma observância rigorosa da legislação, referente aos tamanhos mínimos de pescado, e o cumprimento das medidas administrativas, referente aos limites de capturas de pescado, medidas essas fundamentais para a sustentabilidade dos recursos piscícolas. A implementação de um Manual de Boas Práticas, em elaboração com o apoio do Instituto das Pescas da Investigação e do Mar (IPIMAR), permitirá a alteração de metodologias de trabalho em terra e no mar, adequando-as no sentido da valorização do pescado e do respeito pelo ambiente. Por outro lado, a comercialização pelas Lojas Docapesca de produtos eco eficientes, em especial de produtos de poupança energética – motores movidos a GPL, para a pequena frota, e equipamentos de poupança eléctrica a bordo, em embarcações com equipamentos de frio para a frota costeira e do alto – são actividades complementares de significativa mais-valia.

A rede de lotas da Docapesca, na sua vertente Exploração/Industrial, tem sido objecto de uma série de medidas de relevância ambiental, de que se destacam: o armazenamento e reciclagem de resíduos de pescado, através da utilização de contentores frigoríficos em todos os portos concessionados, bem como a contratualização com empresas que procedem à sua recolha e reciclagem por farinação; a reciclagem de óleos usados provenientes dos motores das embarcações e a contratação de empresas de recolha que os introduzem no circuito de reciclagem; o início da substituição dos produtos utilizados para a limpeza das lotas, por produtos ambientalmente mais eficientes; a reciclagem de resíduos de polietileno; e a adopção de práticas de consumo energético nos entrepostos frigoríficos que permitam poupanças, através da selecção de períodos horários e reforço da eficácia energética.

Os Serviços Administrativos têm sido objecto de uma política de reciclagem que se pretende expandir, através da reciclagem de: consumíveis informáticos, máquinas de escritório, papel e cartão. A Central de Compras prepara a introdução de critérios ambientais para a selecção de fornecedores. A gestão da frota automóvel tem vindo a ser reestruturada, com a substituição progressiva de viaturas a gasolina, por outras ambientalmente menos poluentes com motores a diesel de última geração.

Sob um ponto de vista prospectivo, a Docapesca manter-se-á na linha de estratégia enunciada nos domínios económico, social e ambiental, contribuindo para tal o avançado grau de execução das políticas descritas que se encontram implementadas ou em fase de implementação. Estas medidas são essenciais ao equilíbrio económico e financeiro da Empresa, reforçando a qualidade e sustentando ambientalmente a actividade da Docapesca, apoiando, deste modo, o Sector nos planos económico e social.

É também importante salientar os principais riscos identificáveis para a actividade e para o futuro da Empresa, que se centram na gestão de recursos piscícolas e respectiva sustentabilidade. A política a implementar quanto ao Sector e, em particular, quanto à gestão dos recursos, será determinante para o futuro da actividade. Um desequilíbrio entre a capacidade produtiva e os recursos existentes colocará em perigo a actividade da pesca e só uma cuidadosa gestão dos recursos e da frota permitirá manter esta importante proporção. Uma vez que o volume da actividade e a viabilidade da Empresa se encontram indissociavelmente associados, qualquer variação afecta de forma directa os resultados da Empresa.

A Docapesca elaborará um Relatório de Sustentabilidade para o biénio de 2009/2010, que permitirá expor em detalhe as políticas da empresa e as medidas a concretizar.

8. VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA

A Docapesca aplica e segue as Boas Práticas de governação, de acordo com a RCM n.º 49/2007 de 28 de Março, nomeadamente através do cumprimento dos seguintes princípios:

- Sítio próprio na Internet (www.docapesca.pt) com as informações relevantes da Empresa;
- Estrutura orgânica bem definida;
- Órgão de Fiscalização independente;
- Auditores Externos anuais (de forma a colmatar a inexistência de Administradores não Executivos);
- Existência de um Código de Conduta;
- Deveres de informação e meios de divulgação adequados.

9. EXISTÊNCIA DE CÓDIGO DE ÉTICA

A Docapesca aprovou e implementou em 2008 o Código de Conduta, cujo texto está disponível em www.docapesca.pt.

10. SISTEMA DE CONTROLO

O órgão de administração adoptou um Sistema de Avaliação e Gestão de Risco. Este sistema tem como principal objectivo a identificação, avaliação e gestão dos riscos face à incerteza, bem como o apoio à criação e preservação do valor da organização. Este sistema é suportado pela metodologia do *Comitee of Sponsoring Organization (COSO)*.

A Docapesca implementou um Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção de acordo com a Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção.

11. MECANISMOS ADOPTADOS PARA PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Os membros dos Órgãos Sociais da Docapesca não detêm quaisquer participações patrimoniais importantes na Empresa, nem mantêm qualquer relação relevante com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflito de interesses. Nenhum membro dos Órgãos Sociais aprova despesas por si realizadas.

12. EXPLICITAÇÃO FUNDAMENTADA DA DIVULGAÇÃO DE TODA A INFORMAÇÃO ACTUALIZADA

Anexo 3				
Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			
Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organograma	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado	X			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente (*)		X		

(*) Previsto para 2011

OBJECTIVOS DE GESTÃO PARA 2010

Em 29 de Abril de 2008, a Assembleia Geral elegeu os Órgãos Sociais para o triénio 2008/2010, com orientação para iniciar uma profunda reestruturação resultante dos estudos encomendados pela Tutela. Na Assembleia Geral de 15 de Maio de 2009, face à apresentação desses mesmos objectivos e para que se iniciasse a concretização de uma nova política para a empresa, baseada na análise dos principais vectores de incidência da reestruturação da Docapesca, a Tutela aprovou objectivos de gestão para o ano de 2009 e 2010.

Objectivos Quantitativos	Objectivo 2009	Execução	Objectivo 2010	Execução
Custos Operacionais / EBITDA	8,54	7,56	4,79	4,34
Custos com o Pessoal / EBITDA	3,75	3,18	1,80	2,67
Taxa de Variação dos Custos com o Pessoal	-6,49%	-16,94%	-15,86%	-8,44%
EBITDA / Juros Líquidos	10,27	68,03	11,26	56,08
Volume de Negócios (mil €)	29.890	26.962	31.050	25.613
Margem EBITDA (%)	12,21%	14,19%	21,26%	16,43%
Resultados Líquidos (mil. €)	100	116	2.343	493
PMP (dias)	58	68	47	45
Objectivos Qualitativos				
Segurança e Qualidade Alimentar	4,25	3,00	5,00	4,31
Economia	3,00	3,80	5,00	3,55
Nominalização do Pescado / Marca	5,00	3,60	5,00	4,64
Modernização	4,00	4,02	5,00	4,43
Abertura ao Sector	4,00	4,20	5,00	4,63

No quadro acima verifica-se que a Docapesca não conseguiu atingir todos os oito objectivos quantitativos propostos. Na análise que o Conselho de Administração faz sobre a razão deste resultado está o contributo de dois factores determinantes. O primeiro está relacionado com o facto de o estabelecimento dos objectivos no ano de 2008 ter ocorrido num ano em que se inicia uma crise sem precedentes a nível mundial, com consequências não esperadas, nessa altura, a nível nacional. O segundo tem a ver com uma estimativa macroeconómica, assente em pressupostos de crescimento da empresa extremamente optimistas. Como se pode constatar, o volume de negócios ficou cerca de 5M€ abaixo do objectivo proposto e este facto acabou por influenciar directa ou indirectamente todos os outros objectivos. Salienta-se ainda, que este objectivo está intimamente indexado ao montante de capturas de pescado ao nível nacional pelos Armadores, sobre o qual obviamente a Docapesca não tem qualquer controlo ou influência.

Constata-se que os objectivos estabelecidos em 2008 para o Resultado Líquido e EBITDA de 2010, não se adequam à realidade da Empresa, pecando por um cenário macroeconómico muito optimista, tendo-se alcançado somente 21% do objectivo do Resultado Líquido proposto. Quanto ao objectivo da Taxa de Variação dos Custos com o Pessoal, consideramos que foi alcançado, uma vez que em 2009 a redução proposta foi superada em mais de 10% e, em 2010, ficou cerca de 7% abaixo do estabelecido. No conjunto do biénio a redução efectiva dos Gastos com Pessoal foi superior a 3%. Apesar da diminuição do volume de negócios, principalmente devido à cedência onerosa do Entrepasto Frigorífico de Matosinhos à Organização de Produtores Propeixe e ainda ao encerramento

da actividade no Porto de Pedrouços, de acordo com a RCM n.º 68/20, o objectivo de Custos Operacionais/EBITDA foi alcançado, principalmente pela via da diminuição dos custos operacionais. Aprecia-se verificar que o Prazo Médio de Pagamentos foi plenamente alcançado.

Quanto aos objectivos qualitativos, associados ao Plano de Actividades Estratégicas da Empresa para os anos de 2009 e 2010 elaborado pelo Conselho de Administração, e de acordo com as orientações da Tutela para iniciar uma profunda reestruturação a todos os níveis, colocou-se um elevado patamar de exigência ao conjunto de objectivos e iniciativas, para que a empresa rapidamente invertesse o caminho da degradação, tanto de valor, como de qualidade do serviço prestado. Assim, consideramos que o desempenho nas áreas da Segurança e Qualidade Alimentar, Nominalização do Pescado/Marca, Modernização e Abertura ao Sector foi satisfatoriamente alcançado, tendo sido a sua execução superior a 90%. Quanto à área da Economia, a execução de 71% teve como causa a recalendarização para o ano de 2010 e seguintes, por força de orientação emanada para todo o Sector Empresarial do Estado, relativamente aos níveis de endividamento autorizados. Refere-se igualmente que apenas ao longo do 2.º Trimestre de 2010, o programa PROMAR aprovou um conjunto de candidaturas, o que teve como consequência um atraso no início da execução dos investimentos.

No conjunto dos objectivos quantitativos e qualitativos alcançou-se uma execução na ordem dos 95%.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO E ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO

PROCEDIMENTOS ADOPTADOS EM MATÉRIA DE AVALIAÇÃO DO RISCO

A Docapesca não detém activos financeiros. Os instrumentos de financiamento da Docapesca são remunerados pela aplicação de taxas de juro indexadas à Euribor. A Docapesca negociou financiamento bancário na forma de descoberto bancário e na forma de contas correntes caucionadas. A empresa efectuou uma cessão de créditos à Caixa Geral de Depósitos, decorrente do Acordo de Liquidação de Dívidas celebrado em 23 de Fevereiro de 2010 entre a Administração do Porto de Lisboa, SA e a Docapesca – Portos e Lotas, SA, referente ao Edifício Vasco da Gama. A Docapesca diversificou a origem dos financiamentos bancários para beneficiar de maior capacidade negocial das condições particulares a cada momento, quer em termos dos indexantes, quer dos *spreads*.

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01				Anexo 4
	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			
Diversificação de entidades credoras	X			
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado		X		
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			
Minimização da prestação de garantias reais	X			
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			
Reflexão nas DF 2009 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X	

Legenda:
FC - Fundos comunitários
CP - Capital próprio
S - Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

POLÍTICAS DE REFORÇO DOS CAPITAIS PERMANENTES E OPTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA FINANCEIRA

A Docapesca recorre a financiamento bancário para reforço da Tesouraria, dando cobertura a:

- ➔ Crédito que concede aos seus clientes por bens fornecidos e serviços prestados;
- ➔ Financiamento dos investimentos específicos que realiza no Sector das Pescas com apoio comunitário, na parte correspondente ao previsível co-financiamento, e pelo período que decorre entre a realização do investimento e o seu recebimento;
- ➔ Apoio ao programa de adequação dos recursos humanos às necessidades actuais e futuras, financiando os acordos de rescisão negociados com os Trabalhadores da Docapesca.

A Docapesca apenas utiliza financiamento bancário de curto prazo, maioritariamente em descobertos sobre depósitos à ordem, por se mostrar o mais adequado para a cobertura das necessidades cíclicas e quinzenais da sua Tesouraria, que se anulam nos meses de Verão.

Para além do recurso ao crédito já referido anteriormente, a Docapesca paga a sua parte dos investimentos co-financiados, assim como os investimentos correntes, com recurso ao auto-financiamento gerado pela sua actividade.

A Docapesca promove a consolidação do seu passivo através da transformação de dívidas exigíveis em créditos a médio prazo, com pagamentos semestrais, e beneficiando da ausência de juros ou, havendo intervenção de Instituições Financeiras, de taxas de juro indexadas à Euribor acrescidas de *spreads* entre 2,00% e 4,00%.

TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

Para o período de 2005 a 2010, a utilização do crédito bancário de curto prazo tem sido regular e adaptada às necessidades diárias da Tesouraria. A Docapesca tem uma elevada dispersão geográfica no continente português, exercendo uma actividade tradicional (serviços de apoio à pesca) onde ainda é frequente o recurso a recebimentos e pagamentos em numerário, pelo que tem os seus recursos financeiros espalhados por mais de vinte tesourarias locais, desde Viana do Castelo até Vila Real de Santo António, onde são cobrados e pagos os cerca de 200 milhões de Euros correspondentes à “produção” das embarcações de pesca. Para otimizar esses recursos utiliza o *cashpooling* bancário.

	Taxa média anual de financiamento	Encargos financeiros suportados	Comissões sobre as linhas de crédito	Financiamento médio
2005	3,72%	85.410	14.801	2.298.395
2006	4,14%	130.600	6.808	3.156.540
2007	4,99%	269.831	7.059	5.402.702
2008	5,38%	254.023	7.025	4.717.840
2009	3,53%	145.626	11.411	4.129.719
2010	3,00%	118.246	11.429	3.921.391

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP)

ANOS	2008				2009				2010			
TRIMESTRES	1.º	2.º	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	4.º
Evolução do PMP (em dias)	69	73	73	73	82	83	80	70	48	39	40	44

CUMPRIMENTO DOS DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

A Docapesca cumpre todos os deveres especiais de informação nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio, designadamente:

- Planos de actividades anuais e plurianuais;
- Orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado;
- Planos de investimentos anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental;
- Cópia das actas das Assembleias Gerais.

CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA

O Conselho de Administração deu cumprimento a todas as recomendações efectuadas pelo accionista emitidas na Assembleia Geral de 5 de Maio de 2010, a saber:

- As Orientações Estratégicas Específicas dirigidas ao Conselho de Administração que constituem as coordenadas essenciais de acção dos gestores desta Empresa foram, no âmbito geral, totalmente cumpridos:
 - Redução dos recursos humanos;
 - Redução do número de Delegações;
 - Introdução de sistemas de automação, rede de transportes, HACCP, etc.;
 - Redução de gastos operacionais;
 - Nominalização do Pescado/marca;
 - Certificação das Lotas;
 - Climatização das lotas de venda;
 - Etc.
- Os Objectivos de Gestão estabelecidos para dar cumprimento às Orientações Estratégicas Específicas atrás quantificados.
- Face à orientação do Accionista quanto ao Plano de Investimentos, a Docapesca só realizou os investimentos necessários para a manutenção da actividade e de carácter estratégico, recorrendo às fontes de financiamento disponíveis no exercício de 2010.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES SOBRE NEGOCIAÇÕES SALARIAIS

A Docapesca cumpriu com as orientações genéricas sobre as negociações salariais para as Empresas Públicas (EP), nos termos do ofício n.º 1730, de 25 de Fevereiro de 2010, da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, não tendo havido actualização nominal dos salários no ano de 2010.

CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE GESTÃO

A Docapesca cumpriu com as orientações do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através do ofício circular n.º 2590, de 26 de Março de 2010, que

determinou a não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011, aos membros do Órgão de Administração.

CUMPRIMENTO DAS NORMAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Docapesca aplica na íntegra, em matéria de contratação, o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro.

CUMPRIMENTO DOS LIMITES MÁXIMOS DE ENDIVIDAMENTO

A empresa não excedeu o limite de endividamento definido para 2010 no PEC e aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010 de 12 de Abril, e explicitados no Despacho n.º 510/10-SETF de 1 de Junho.

VALORES REAIS	2010	
	LIMITE	EXECUÇÃO
ENDIVIDAMENTO REMUNERADO	6.072.411,82	4.099.906,83

IMPLEMENTAÇÃO MEDIDAS DO PEC SOBRE POLÍTICA DE APROVISIONAMENTO

A Docapesca dentro deste objectivo, e de acordo com a política de racionalização de aprovisionamentos de bens e serviços, e dentro da reestruturação já prevista no seu plano estratégico, implementou uma área de Compras com o objectivo de centralização e controlo adequado por forma a aderir, após a devida estabilização, ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

CUMPRIMENTO DO N.º 12 DA LEI N.º 12-A/2010

A Docapesca cumpriu com o disposto no n.º 12 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, que determinou uma redução de 5%, a título excepcional, à remuneração fixa mensal ilíquida dos Gestores públicos Executivos. A partir de Julho de 2010, as remunerações do Conselho de Administração foram reduzidas em 5%, dando cumprimento ao deliberado em 30 de Junho de 2010. O acerto referente ao processamento dos vencimentos do mês de Junho foi efectuado em Fevereiro de 2011.

CUMPRIMENTO DO N.º 17 DA LEI N.º 12-A/2010

A Docapesca cumpriu com o disposto no n.º 17 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, ao nível do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado. Em 2010, não foram efectuadas quaisquer aplicações financeiras junto do IGCP, IP, nem transferidas quaisquer disponibilidades uma vez que as necessidades de fundo de maneo da empresa são negativas. Tal facto deve-se ao financiamento que a empresa concede ao sector pesqueiro, através de alargados prazos de recebimento concedidos às Organizações de Produtores.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Docapesca encerrou o exercício de 2010 com um resultado positivo de 493.468,52 Euros. Este resultado é apresentado de acordo com os normativos contabilísticos nacionais definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC). O Conselho de Administração propõe que, de acordo com os Estatutos da Docapesca, o resultado seja mantido na conta de Resultados Transitados.

AGRADECIMENTOS

Manifestamos os nossos agradecimentos aos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, e das Finanças e da Administração Pública, e respectivos Organismos, bem como aos nossos Trabalhadores, pela dedicação e profissionalismo demonstrados, aos nossos Clientes, pela cooperação prestada, e aos Sindicatos, pela colaboração evidenciada. Uma palavra final de apreço ao Revisor Oficial de Contas pela dedicação demonstrada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 15 de Março de 2011.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Adelaide Torradinhas Rocha

João Manuel de Sousa Santos Reis

João Francisco Ferreira da Fonseca

3. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Balanços

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Unidade: Euros

	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	20.433.177,25	22.088.821,37
Propriedades de investimento	11	146.370,06	155.510,94
Activos intangíveis	8	340.208,44	195.435,42
Activos por impostos diferidos		506.856,40	592.496,62
		<u>21.426.612,15</u>	<u>23.032.264,35</u>
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	12	348.123,15	449.342,26
Clientes	18	1.190.585,94	1.797.982,81
Adiantamentos a fornecedores		8.054,18	4.022,04
Estado e outros entes públicos	21	161.863,56	110.221,03
Outras contas a receber	18	6.417.841,74	5.711.182,34
Diferimentos	20	193.812,37	230.587,52
Caixa e depósitos bancários	4	961.773,13	725.405,81
		<u>9.282.054,07</u>	<u>9.028.743,81</u>
Total do activo		<u>30.708.666,22</u>	<u>32.061.008,16</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		8.528.400,00	8.528.400,00
Reservas legais		100.620,52	100.620,52
Resultados transitados		(21.247.715,81)	(21.616.329,60)
Excedentes de revalorização	7	62.400,17	76.849,16
Outras variações no capital próprio		6.907.232,99	7.966.245,44
Resultado líquido do período		<u>493.468,52</u>	<u>354.164,80</u>
Total do capital próprio	2	<u>(5.155.593,61)</u>	<u>(4.590.049,68)</u>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	14	9.921.524,34	9.257.810,64
Outros financiamentos obtidos		1.004.911,35	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	5.952.173,14	6.676.434,14
Passivos por impostos diferidos	17	2.524.759,14	2.924.224,89
Fornecedores		-	1.339.881,83
Outras contas a pagar	18	882.000,39	1.223.312,88
		<u>20.285.368,36</u>	<u>21.421.664,38</u>
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18	1.133.290,69	1.544.698,64
Estado e outros entes públicos	21	1.658.482,24	1.411.868,53
Financiamentos obtidos	18	3.094.995,48	4.000.298,93
Outras contas a pagar	18	9.683.372,80	8.263.777,10
Diferimentos	20	8.750,26	8.750,26
		<u>15.578.891,47</u>	<u>15.229.393,46</u>
Total do passivo		<u>35.864.259,83</u>	<u>36.651.057,84</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>30.708.666,22</u>	<u>32.061.008,16</u>

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Unidade: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
Vendas e serviços prestados	13	24.423.054,73	25.799.020,08
Variação nos inventários da produção	12	(835,04)	40,96
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2.594.078,81)	(2.179.644,55)
Fornecimentos e serviços externos	22	(7.021.460,71)	(8.230.895,13)
Gastos com o pessoal	23	(11.220.331,60)	(12.166.570,16)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	(4.213,06)	(25.312,42)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(157.498,53)	(347.663,05)
Provisões (aumentos/reduções)	14	(674.976,82)	(733.350,33)
Outros rendimentos e ganhos	25	2.681.545,50	3.102.433,86
Outros gastos e perdas	26	(1.223.585,71)	(1.306.885,65)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.207.619,95	3.911.173,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(3.386.836,85)	(3.305.937,81)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		820.783,10	605.235,80
Juros e rendimentos similares obtidos	10	45.779,30	259.375,90
Juros e gastos similares suportados	10	(276.302,39)	(247.416,56)
Resultado antes de impostos		590.260,01	617.195,14
Impostos sobre o rendimento do período	17	(96.791,49)	(263.030,34)
Resultado líquido do período	2, 27	493.468,52	354.164,80

Demonstrações de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Unidade: Euros

	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes		27.992.853,02	29.196.205,57
Pagamentos a fornecedores		(10.919.263,35)	(12.088.435,82)
Pagamentos ao pessoal		(11.607.609,86)	(12.643.697,54)
Caixa gerada pelas operações		5.465.979,81	4.464.072,21
Pagamentos/ recebimentos do imposto sobre o rendimento		(91.787,74)	(94.734,90)
Outros recebimentos/ pagamentos		(1.256.905,58)	(2.241.858,61)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	2	<u>4.117.286,49</u>	<u>2.127.478,70</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(2.327.547,74)	(2.069.763,66)
Activos intangíveis		-	(217.254,50)
Investimentos financeiros			-
Outros activos			-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1.493,50	28.618,26
Activos intangíveis			-
Investimentos financeiros		-	25.366,92
Outros activos			-
Subsídios ao investimento	15	236.674,70	3.283.080,63
Juros e rendimentos similares		308,66	117.291,99
Dividendos			-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	2	<u>(2.089.070,88)</u>	<u>1.167.339,64</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	6.900.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.684.970,46)	(8.200.000,00)
Juros e gastos similares		(204.225,95)	(247.416,56)
Dividendos			-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			-
Outras operações de financiamento		(12.377,97)	(11.497,41)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	2	<u>(1.901.574,38)</u>	<u>(1.558.913,97)</u>
Variações de caixa e seus equivalentes		126.641,23	1.735.904,37
Efeito das taxas de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	2	(1.924.893,12)	(3.660.797,49)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2, 4	<u>(1.798.251,89)</u>	<u>(1.924.893,12)</u>

Demonstrações das Alterações ao Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009		8.528.400,00	100.620,52	5.736,18	(15.729.447,64)	154.536,26	-	(1.380.849,67)	(8.321.004,35)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									-
Primeira adopção de novo normativo contabilístico		-	-	-	(694.504,48)	-	8.893.012,83	-	8.198.508,35
Alteração de políticas contabilísticas		-	-	-	(1.262.813,30)	(47.978,10)	(1.642.214,31)	196.426,69	(2.756.579,02)
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	715.446,92	225.253,27	940.700,19
Realização de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	29.709,00	(29.709,00)	-	-	-
Ajustamentos de impostos diferidos		-	-	-	776.304,62	-	-	(183.808,00)	592.496,62
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	(5.736,18)	(4.735.577,80)	-	-	1.380.849,67	(3.360.464,31)
		-	-	(5.736,18)	(5.886.881,96)	(77.687,10)	7.966.245,44	1.618.721,63	3.614.661,83
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-	-	116.292,84	116.292,84
RESULTADO INTEGRAL		-	-	(5.736,18)	(5.886.881,96)	(77.687,10)	7.966.245,44	1.735.014,47	3.730.954,67
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009		8.528.400,00	100.620,52	-	(21.616.329,60)	76.849,16	7.966.245,44	354.164,80	(4.590.049,68)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010		8.528.400,00	100.620,52	-	(21.616.329,60)	76.849,16	7.966.245,44	354.164,80	(4.590.049,68)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									-
Primeira adopção de novo normativo contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alteração de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	14.448,99	(14.448,99)	-	-	-
Ajustamentos de impostos diferidos		-	-	-	-	-	381.848,03	-	381.848,03
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	354.164,80	-	(1.440.860,48)	(354.164,80)	(1.440.860,48)
		-	-	-	368.613,79	(14.448,99)	(1.059.012,45)	(354.164,80)	(1.059.012,45)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-	-	493.468,52	493.468,52
RESULTADO INTEGRAL		-	-	-	368.613,79	(14.448,99)	(1.059.012,45)	139.303,72	(565.543,93)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010		8.528.400,00	100.620,52	-	(21.247.715,81)	62.400,17	6.907.232,99	493.468,52	(5.155.593,61)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Docapesca – Portos e Lotas, S.A. (em seguida referido como “Docapesca” ou “Empresa”)
Avenida Brasília, Pedrouços – 1400-298 Lisboa
Capital Social: 8.528.400,00 Euros
Registada na C. R. Comercial de Lisboa – Matrícula N.º 500 086 826 (antigo n.º 27.401)
Pessoa Colectiva n.º 500.086.826
CAE 03111 – Pesca Marítima (Serviços de Apoio à Pesca)

Através do Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de Março, o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação promoveu a integração do Serviço de Lotas e Vendagem na Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, SA e alterou a denominação desta para Docapesca – Portos e Lotas, SA.

Os Estatutos da Sociedade foram publicados em anexo ao referido Decreto-Lei. A versão actualizada dos Estatutos da Sociedade está disponível no site da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças – Sector Empresarial do Estado.

A Docapesca é participada a 100% pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

A Docapesca transferiu a sua sede social em Julho de 2009 para as suas antigas instalações localizadas no Porto de Pedrouços e procedeu à desocupação do Edifício Vasco da Gama (anterior Sede Social – Edifício Vasco da Gama – Bloco C, 3.º e 4.º pisos 1350-355 Lisboa).

Todos os valores são em Euros, salvo referência em contrário.

NOTAS SOBRE A ACTIVIDADE DA DOCAPESCA

O regime legal da Primeira Venda de Pescado, fresco e refrigerado, foi actualizado e reunido num só diploma, o Decreto-Lei n.º 81/2005, de 27 de Janeiro.

Os proveitos operacionais dividem-se em dois grandes grupos:

- Serviços de venda de pescado em lota, prestados de acordo com o Regulamento Geral de Funcionamento das Lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de Janeiro) e sujeitos a tarifas fixadas pelo Governo, Portarias n.º 251/2008, de 4 de Abril e n.º 495/2008 de 23 de Junho (Área de negócios – Lotas);
- Actividades Comerciais – restantes áreas de negócios.

Os proveitos obtidos na prestação de serviços de venda de pescado em lota resultam da aplicação de tarifas percentuais sobre o valor do pescado transaccionado, cabendo o seu pagamento, quer aos Armadores/Pescadores, quer aos compradores.

A actividade corrente da Docapesca depende directamente da quantidade e da qualidade do pescado capturado pelas embarcações de pesca pelo que está condicionada, quer pela actividade dos Armadores, quer, por via indirecta, às condições do meio ambiente.

A Docapesca, para além de promover a venda (por leilão ou contrato), efectua todo o tratamento administrativo dessas vendas, fornecendo aos Armadores e aos compradores os correspondentes documentos comprovativos.

A Docapesca efectua a cobrança das aquisições de pescado aos compradores (valor do pescado + tarifas + IVA), podendo conceder crédito a três dias úteis com base na Portaria n.º 9/89.

A Docapesca garante o pagamento das vendas de pescado aos Armadores/Pescadores (valor do pescado deduzido de tarifas e descontos obrigatórios e facultativos).

O IVA pago pelos compradores e os descontos para a Segurança Social, relativos às contribuições dos Armadores, são entregues pela Docapesca ao Estado, em substituição dos Armadores.

Os movimentos financeiros relativos ao valor do pescado transaccionado em lota são relevados no Balanço em contas de devedores (Compradores) e de credores diversos (Armadores/Pescadores e entidades beneficiárias de descontos). Nas contas de proveitos do exercício apenas são relevados os montantes correspondentes às tarifas aplicadas sobre o valor do pescado transaccionado em lota.

No ano de 2010 foram transaccionadas, nas várias lotas da Docapesca, 127.563,5 toneladas de pescado fresco, no valor de 187.091.824 Euros, propriedade dos Armadores, assumindo a Docapesca a cobrança e o pagamento a estes (em 2009, 116.426,6 toneladas, no valor 179.228.884 Euros).

Nas contas de clientes estão relevados os débitos relativos às vendas e prestações de serviços das actividades comerciais.

A Docapesca tem recorrido a programas de apoio ao investimento, acumulando o recebimento de subsídios não reembolsáveis na conta própria de capitais próprios, deduzido do respectivo passivo por imposto diferido.

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual,

normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Em 12 de Maio de 2008 a Docapesca aplicou o novo Tarifário dos Serviços de Primeira Venda de Pescado em Lota, determinado pelo Governo, e que aumentou a tarifa paga pelos comerciantes de pescado (de 3% para 5%) e reduziu a tarifa paga pelos Armadores da pesca do arrasto (5% para 4%), dando origem a um acréscimo líquido de receitas.

Aplicação das Taxas de Movimentação de Pescado

A aplicação das taxas de movimentação de pescado, previstas nos tarifários do IPTM (Norte, Centro e Sul) e da Administração do Porto de Aveiro foi, desde sempre, contestada pela Docapesca, porque delas são sujeitos passivos os utentes dos Portos (comerciantes de pescado) e não a própria Docapesca.

Até ao final do exercício de 2003, a Docapesca procedeu à constituição de uma provisão, pelo montante das taxas aplicadas ao valor do pescado transaccionado nas lotas implantadas em terrenos sob jurisdição das entidades já mencionadas, admitindo a probabilidade de ser improcedente a reclamação apresentada.

Em Novembro de 2002, o Instituto Portuário do Sul (actualmente integrado no IPTM) apresentou a primeira certidão de dívida junto do Serviço de Finanças de Lisboa 7, que foi reclamada pela Docapesca.

No decurso do ano de 2003, decorreram diligências entre a Docapesca e o Governo, apresentadas no Relatório de Gestão de 2003, que justificaram a anulação das provisões entretanto constituídas, ainda neste exercício, e abriram uma nova perspectiva sobre o futuro relacionamento entre a Docapesca e o então criado IPTM (que integrou os Institutos Portuários do Norte, do Centro e do Sul).

A partir de Janeiro de 2004, a Docapesca procedeu mensalmente ao reconhecimento de uma provisão pelo valor correspondente à aplicação da taxa de movimentação de pescado, agora de percentual reduzido, sobre o valor do pescado transaccionado em lota e de que são sujeitos passivos os comerciantes de pescado.

No início do exercício de 2007, a Docapesca foi notificada para proceder ao pagamento da dívida reclamada em 2002. Na sequência dessa execução, a Docapesca e o IPTM requereram a suspensão da instância executiva e iniciaram um processo de negociação, suportado pela vontade expressa do Accionista da Docapesca que, no conjunto dos objectivos de gestão para o exercício de 2007, incluiu expressamente as diligências “no sentido de ser ultrapassado o contencioso existente com o IPTM relativamente à taxa de movimentação de pescado”.

Contudo, o ano de 2007 terminou sem que fosse possível um acordo definitivo.

No início do exercício de 2008, a situação relatada pela Docapesca correspondia ao reconhecimento de um previsível desembolso por valores calculados para os anos de 2004 a 2007, aplicável aos Portos (lotas) sob jurisdição do IPTM.

Relativamente à Administração do Porto de Aveiro, a posição da Docapesca expressava-se pela completa oposição à taxa de movimentação de pescado, sucessivamente inscrita no tarifário da referida Administração, sem que lhe fosse aplicada a redução verificada na taxa equivalente do IPTM. A Docapesca nada relevou nas suas contas durante os exercícios de 2004 a 2007.

Durante os meses de Maio e Junho de 2008, a Docapesca foi sucessivamente citada pelo 6.º Serviço de Finanças de Lisboa para tomar conhecimento dos processos de execução fiscal reclamados pela Administração do Porto de Aveiro (Maio – um processo) e pelo IPTM (Junho – cinco processos). Todos estes processos tiveram por base certidões de dívida que, na sua quase totalidade, se referem ao cômputo que aquelas entidades apuraram a título de taxas de movimentação de pescado, para diferentes prazos compreendidos entre 2000 e 2007.

Embora os processos de execução fiscal tenham sido prontamente reclamados pela Docapesca, mostrou-se necessária a apresentação dos seus bens à penhora, incluindo o próprio estabelecimento.

Perante a actuação das entidades portuárias, ficou sem efeito o progresso alcançado nas negociações já havidas, tendo a Docapesca procedido, por devida cautela, à reposição dos montantes correspondentes às taxas de movimentação de pescado, desde a sua origem (ano de 2000), quer as referentes ao IPTM, quer as referentes à Administração do Porto de Aveiro, afectando em 2008 negativamente os capitais próprios em 6,3 milhões de Euros.

Em 2009 foram criadas duas novas Administrações Portuárias – a Administração do Porto de Viana do Castelo (APVC), detida a 100% pela Administração dos Portos de Douro e Leixões (APDL), e a Administração do Porto da Figueira da Foz (APFF), detida a 100% pela Administração do Porto de Aveiro (APA), que integraram a universalidade dos direitos e deveres do IPTM sobre os respectivos Portos.

Durante o mês de Março de 2009, a Docapesca foi citada pelo 6.º Serviço de Finanças de Lisboa para tomar conhecimento de um novo processo de execução fiscal reclamado pela Administração do Porto de Aveiro tendo por base mais uma certidão de dívida por taxas de movimentação de pescado para os períodos de Dezembro de 2007 e Abril de 2008.

Em Setembro de 2009, a Docapesca obteve o consentimento do 7º Serviço de Finanças de Lisboa para proceder ao pagamento da parte respeitante ao capital da dívida reclamada em 2002, quebrando o impasse que se havia prolongado desde 2007. O pagamento foi efectuado respeitando o acordo inicial pelo que foram desembolsadas as três primeiras prestações semestrais (Abril de 2008, Outubro de 2008 e Abril de 2009). Em Outubro de 2009, a Docapesca pagou a quarta prestação semestral, ficando em dívida as nove prestações semestrais remanescentes.

Em consequência do início do pagamento da dívida reclamada em 2002, ficaram regularizados todos os restantes processos reclamados até essa data e foram levantadas as penhoras sobre os créditos de clientes (oito penhoras), instauradas no final de 2007.

O reconhecimento pela Docapesca da dívida reclamada em 2002, obrigou, por cautela, ao apuramento das diferenças entre os valores já registados em anos anteriores e os valores reclamados por estimativas elaboradas pelo IPTM. Deste apuramento, que se alargou às restantes reclamações do IPTM, resultou o reconhecimento em 2009 de mais 1,7 milhões de Euros, que, por se tratar de regularizações de grande significado relacionadas com exercícios anteriores, afectaram negativamente os Resultados Transitados neste exercício.

Em Dezembro de 2009, a Docapesca foi de novo citada pelo 7.º Serviço de Finanças de Lisboa para tomar conhecimento de mais dois processos de execução fiscal, reclamados pela APA e pelo IPTM tendo por base certidões de dívida por taxas de movimentação de pescado do ano de 2008.

Em Abril de 2010, a Docapesca foi de novo citada pelo 7.º Serviço de Finanças de Lisboa para tomar conhecimento de mais um processo de execução fiscal, reclamado pela APA, tendo por base certidão de dívida por taxas de movimentação de pescado do ano de 2009.

Durante o ano de 2010, a Docapesca efectuou o pagamento de mais duas prestações semestrais referentes à dívida reclamada pelo IPTM em 2002, ficando em dívida as sete prestações semestrais remanescentes.

Não foram registados em conta corrente os juros reclamados nos processos de execução fiscal, devido à posição expressa nas negociações de que os mesmos não seriam cobrados se fosse possível chegar a um entendimento satisfatório para ambas as partes.

A Docapesca desenvolveu, entretanto, os procedimentos legais de oposição às execuções fiscais a que foi sujeita.

Renda do Edifício Vasco da Gama

A Docapesca reconheceu, em 2008, como encargo do exercício, as taxas dominiais respeitantes à ocupação do Edifício Vasco da Gama, em Lisboa, propriedade da Administração do Porto de Lisboa, SA (APL), que ocupava desde Dezembro de 2003, iniciando em 2009 negociações no sentido da sua resolução definitiva.

Durante o primeiro semestre de 2009, a Docapesca foi notificada da necessidade da sua saída tempestiva do referido edifício, tendo decidido reocupar as instalações no Porto de Pedrouços que havia abandonado no final de 2003, alterando a sua sede social.

No final do ano de 2009, estabeleceram-se em definitivo as condições de mútuo acordo para a regularização das taxas dominiais devidas pela ocupação do edifício Vasco da Gama, com o seu pagamento em dez prestações semestrais a efectuar junto de Instituição Financeira por cedência dos créditos da APL. Este acordo foi assinado em 23 de Fevereiro de 2010, reportado à dívida existente em 17 de Dezembro de 2009, registada nas Demonstrações da Docapesca em 31 de Dezembro de 2009.

Durante o ano de 2010, a Empresa efectuou os dois primeiros pagamentos semestrais do acordo directamente à Caixa Geral de Depósitos, ficando as restantes oito prestações reconhecidas como dívida a esta instituição financeira.

Porto de Pesca de Pedrouços

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2003, de 20 de Outubro, declarou o interesse público da reconversão e requalificação urbanística da área de domínio público situada entre Pedrouços e Dafundo, sob jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, onde se encontravam implantadas as instalações da Docapesca. Nesse sentido, declarou o interesse público na extinção de todos os direitos de uso privativo que impendiam sobre bens de domínio público localizados na referida zona.

Foi também declarado salvaguardar o provisionamento de direitos indemnizatórios laborais que incumbiam à Docapesca satisfazer e que resultassem directamente das situações acima referidas, bem como de quaisquer outros encargos que resultassem directamente do encerramento das instalações, em termos a determinar pelos Ministros de Estado e das Finanças, Adjunto do Primeiro-Ministro, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e das Obras Públicas, Transportes e Habitação.

As Notas às Contas do Exercício de 2003 mencionam que a desocupação da área de Pedrouços obrigou ao encerramento das actividades da Primeira Venda de Pescado, do Mercado de Segunda Venda e à mudança das instalações dos serviços centrais da Empresa.

Os custos extraordinários desta operação para a Docapesca foram reflectidos nas contas de 2003, com um valor de rescisões dois contratos de trabalho com 129 Trabalhadores de cerca de 6 milhões de Euros, e de 1 milhão de Euros com abates ao imobilizado e provisões para cobranças duvidosas de clientes que abandonaram o Porto de Pesca de Pedrouços.

Em 2003, o Accionista único da Docapesca decidiu aumentar o capital da Empresa em 13,4 milhões de Euros, podendo concluir-se que foram recebidas as indemnizações e compensações garantidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2003.

As Notas às Contas do exercício de 2009 mencionam que, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 162, de 20 de Outubro de 2003, pretendeu-se desactivar a actividade do Porto de Pesca de Lisboa. Contudo, não está ainda determinado o momento da sua cessação. Alguns serviços

prestados em Lisboa, nomeadamente a cedência de instalações a comerciantes, a armazenagem frigorífica e a produção de gelo mantêm-se pelo que, ao verificar-se o encerramento definitivo de todas as instalações e actividades do Porto de Pesca em causa, o impacto negativo nos resultados da empresa poderá cifrar-se em 2.727.326 Euros, por perda de imobilizações não totalmente amortizadas que, contudo, será atenuado pelo reconhecimento dos proveitos relativos a subsídios ao investimento no montante de 1.502.377 Euros. Haverá ainda uma redução significativa no volume de negócios da Docapesca que, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foi na Delegação de Lisboa de 1.860.000 Euros.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2010 determinou que cabe à anterior titular do contrato de concessão da Doca de Pedrouços, Docapesca – Portos e Lotas, SA, promover as diligências necessárias para assegurar a desocupação dos bens do domínio público na zona de Pedrouços e entregar à entidade com jurisdição sobre essa área, a APL – Administração do Porto de Lisboa, SA, a zona de intervenção totalmente desocupada. A Docapesca deve assegurar que a desocupação dos referidos bens é efectuada pelos respectivos ocupantes no prazo mínimo de 90 dias e máximo de 180 dias corridos.

Refere ainda que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2003, de 20 de Outubro, que declarou o interesse público da candidatura para a realização em Portugal da prova *America's Cup* 2007, declarou desde logo, independentemente do sucesso dessa candidatura, o interesse público na reconversão e requalificação urbanística da área de domínio público situada entre Pedrouços e Dafundo sob jurisdição da APL – Administração do Porto de Lisboa, SA.

Reconhece-se, em 2010, que a Empresa, face à informação disponível, deveria ter reconhecido, no exercício de 2003, uma amortização extraordinária ou uma provisão pelo facto do valor contabilístico dos restantes activos localizados em Pedrouços não ser recuperável até ao final da sua vida útil.

A Empresa procedeu a uma correcção retrospectiva deste erro nas demonstrações financeiras de 2010.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

2.REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF)

O detalhe dos ajustamentos efectuados, com efeitos em capital próprio, reportados a 1 de Janeiro de 2009, para efeitos de conversão para as NCRF, é como segue:

CAPITAL PRÓPRIO	Em 01-01-2009 (data da transição)
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	(8.321.004,35)
<u>Ajustamentos de conversão</u>	
Abate de despesas que não se qualificam para capitalização:	
(a) Edifícios e outras construções	(466.720,77)
(b) Equipamento básico	(76.730,49)
(c) Outros activos fixos tangíveis	(50,00)
(d) Activos fixos em curso	(74.144,47)
(e) Activos intangíveis	(714,00)
(a) e (b) Subsídios de despesas que não se qualificam para capitalização	162.855,25
(f) Subsídios ao investimento não reembolsáveis	11.043.140,42
(g) Fundo pensões - TV 88/90	(767.000,00)
	<u>9.820.635,94</u>
<u>Correcção de erros de períodos anteriores</u>	
(i) Resultados transitados	(2.797.019,13)
(i) Outras rubricas de capital próprio	(35.445,18)
	<u>(2.832.464,31)</u>
(j) Efeito fiscal	(1.990.515,17)
Ajustamento total ao capital próprio	<u>4.997.656,46</u>
Capital próprio de acordo com as NCRF	(3.323.347,89)

Adicionalmente, as reconciliações entre o capital próprio de acordo com o POC e as NCRF, em 31 de Dezembro de 2009, bem como a reconciliação entre os respectivos resultados no período findo naquela data, são como segue:

Reconciliação do capital próprio

	Em 31-12-2009 (data do último relato em POC)
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	(11.037.175,82)
Ajustamentos de conversão em capital próprio à data de transição	9.820.635,94
<u>Ajustamentos do período em resultados:</u>	
Abate de despesas que não se qualificam para capitalização	
(a) Edifícios e outras construções	49.030,53
(b) Equipamento básico	20.319,98
(c) Outros activos fixos tangíveis	(1.130,55)
(e) Activos intangíveis	714,00
(g) Fundo pensões - TV 88/90	(1.419,00)
(a) e (b) Subsídios de despesas que não se qualificam para capitalização	37.036,13
(h) IPTM - desconto financeiro de conta a pagar	164.220,65
	<u>268.771,74</u>
<u>Ajustamentos do período em excedentes de revalorização:</u>	
(a) e (b) Subsídios de despesas que não se qualificam para capitalização	(148,20)
(f) Subsídios ao investimento não reembolsáveis	715.595,12
	<u>715.446,92</u>
(j) Efeito fiscal	(2.217.841,64)
Ajustamento total ao capital próprio	<u>8.587.012,96</u>
Capital próprio de acordo com as NCRF	(2.450.162,86)

Reconciliação do resultado relatado

Em 31-12-2009
(data do último
relato em POC)

De acordo com o anterior referencial contabilístico	116.292,84
<u>Ajustamentos de conversão</u>	
Abate de despesas que não se qualificam para capitalização:	
(a) Edifícios e outras construções	49.030,53
(b) Equipamento básico	20.319,98
(c) Outros activos fixos tangíveis	(1.130,55)
(e) Activos intangíveis	714,00
(g) Fundo pensões - TV 88/90	(1.419,00)
(a) e (b) Subsídios de despesas que não se qualificam para capitalização	37.036,13
(h) IPTM - desconto financeiro de conta a pagar	164.220,65
	<u>268.771,74</u>
(j) Efeito fiscal	(227.326,47)
Efeito total	<u>41.445,27</u>
De acordo com as NCRF	157.738,11

De seguida descrevem-se os motivos para os ajustamentos identificados em cima, efectuados pela Empresa no âmbito da transição para as NCRF:

(a) Abate de despesas que não se qualificam para capitalização – Edifícios e outras construções

Este ajustamento refere-se ao *desreconhecimento* de dispêndios subsequentes relacionados com os edifícios da Empresa, nomeadamente nas diversas Delegações/instalações, tal como custos indevidamente capitalizados com reparações de pavimentos e pinturas das lotas, melhoramentos e substituições em instalações sanitárias e manutenções, cujos dispêndios não cumpriam os critérios de reconhecimento de activo, de acordo com a NCRF 7 – Activos Tangíveis. Algumas destas despesas, que não se qualificam para capitalização, tinham associados subsídios ao investimento não reembolsáveis, pelo que, o *desreconhecimento* das mesmas implicou, de igual modo, o *desreconhecimento* do subsídio associado.

(b) Abate de despesas que não se qualificam para capitalização – Equipamento básico

Este ajustamento refere-se ao *desreconhecimento* de dispêndios subsequentes, nomeadamente custos indevidamente capitalizados com reparações de empilhadores, melhoramentos e substituições em fábricas de gelo e manutenções de túneis de congelação, cujos dispêndios não aumentam os benefícios económicos futuros incorporados no activo, de acordo com a NCRF 7. Algumas destas despesas, que não se qualificam para capitalização, tinham associados subsídios ao investimento não reembolsáveis, pelo que, o *desreconhecimento* das mesmas implicou, de igual modo, o *desreconhecimento* do subsídio associado.

(c) Abate de despesas que não se qualificam para capitalização – Outros activos tangíveis

Este ajustamento refere-se ao *desreconhecimento* de dispêndios subsequentes, nomeadamente custos com materiais e melhoramentos, os quais não preenchem os critérios de reconhecimento de activo de acordo com a NCRF 7.

(d) Abate de despesas que não se qualificam para capitalização – Activos fixos em curso

Este ajustamento é referente ao *desreconhecimento* de dispêndios efectuados na fase de pesquisa, do “Projecto construção do novo mercado de 2ª venda de Matosinhos”, bem como outros dispêndios subsequentes, como melhoramentos e beneficiações em lotas, que não são susceptíveis de serem capitalizados de acordo com as NCRF.

(e) Abate de despesas que não se qualificam para capitalização – Activos intangíveis

Este ajustamento, no montante de 714,00 Euros, é referente ao *desreconhecimento* de dispêndios efectuados com o registo da marca “Certificado de Compra em Lota”, os quais não são susceptíveis de serem capitalizados, de acordo com a NCRF 6.

(f) Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Tal como previsto na NCRF 22, foi identificada uma reclassificação entre proveitos diferidos e capital próprio relativa a subsídios ao investimento não reembolsáveis. Estes subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis foram inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo deduzido do respectivo passivo por imposto diferido.

(g) Fundo de pensões – TV 88/90

A Docapesca tem um plano de benefícios definidos, com pagamento de prestações pecuniárias para os seguintes benefícios: pensões de reforma por velhice ou invalidez; prémio de reforma por velhice ou invalidez; subsídio de morte e pensão de sobrevivência. Até à data de transição para as NCRF, a Empresa vinha a utilizar a tabela de mortalidade TV 73/77 para o cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma e sobrevivência. No entanto, e atendendo aos actuais níveis de envelhecimento da população, esta tabela de mortalidade tornou-se desadequada, pelo que, a Administração da Docapesca decidiu passar a adoptar a TV 88/90 para o cálculo das responsabilidades, a partir da data de conversão para as NCRF.

(h) IPTM – Desconto financeiro da conta a pagar

No exercício de 2009 foi celebrado acordo entre a Docapesca e o Instituto Portuário do Sul – IPTM – para pagamento de uma dívida existente desde 2002. Com base neste acordo de pagamento, a Docapesca irá liquidar a sua dívida para com o IPTM até Abril de 2014, através do pagamento de 13 prestações semestrais de 195.636 Euros cada. Para a totalidade da responsabilidade, no montante de 1.760.721,46 Euros, à data de 31 de Dezembro de 2009, a Empresa procedeu ao desconto financeiro da mesma, utilizando uma taxa de desconto de 5%.

(i) Correcção de erros de períodos anteriores

No exercício de 2009 a Empresa efectuou o registo de erros relativos a exercícios anteriores por contrapartida da rubrica de “Resultados transitados”. Desta forma, embora esse registo seja incluído na reconciliação dos capitais próprios entre o POC e as NCRF à data de transição, não é contudo considerado como um ajustamento de conversão para as NCRF.

(j) Efeito fiscal

A Empresa reconheceu imposto diferido activo com base na recuperação parcial dos prejuízos fiscais acumulados por dedução de montantes estimados de lucros fiscais futuros. O montante foi apurado com base na taxa de tributação de 25%.

Tendo em conta os ajustamentos de transição, as regras fiscais associadas à adopção das NCRF prevêem, quando aplicável, que os efeitos em capitais próprios e resultado líquido do período, decorrentes dos ajustamentos de conversão entre o anterior normativo e as NCRF sejam tributados/deduzidos no período de 5 anos, desde que os mesmos sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e demais legislação complementar. Foram considerados no cálculo do impacto fiscal dos ajustamentos de conversão para NCRF os ajustamentos que geram diferenças temporárias, atendendo ao disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento. O montante foi apurado com base na taxa de tributação de 26,5%.

Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2009

	Anterior referencial contabilístico	Efeito da transição para NCRF	NCRF
Fluxos de caixa das actividades operacionais	2.114.634,45	12.842,73	2.127.477,18
Fluxos de caixa das actividades de investimento	1.180.182,89	(12.842,73)	1.167.340,16
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(1.558.913,97)	-	(1.558.913,97)
Variação de caixa e seus equivalentes	1.735.903,37	-	1.735.903,37
Caixa e seus equivalentes no início do período	(3.660.797,49)		(3.660.797,49)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(1.924.894,12)		(1.924.894,12)

3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

3.2- Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa reconhece na demonstração dos resultados os proveitos relativos à primeira venda de pescado pelo valor das taxas cobradas aos Armadores e compradores de pescado intervenientes nas lotas. Contudo, o valor do pescado transaccionado nas lotas, que constitui a remuneração da produção dos Armadores e que, em simultâneo e pelo mesmo valor, representa as compras de pescado por parte dos compradores em lota, não é registado nas demonstrações financeiras da Docapesca, embora seja a Empresa a cobrar o seu valor aos compradores de pescado e a entregá-lo aos Armadores.

3.3- Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locatário

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é

registado na rubrica de activos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.8, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício a que respeitam, respectivamente.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4- Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.5- Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.6- Benefícios pós-emprego

Planos de benefício definido

No que diz respeito aos planos de benefício definido, o correspondente custo é determinado através do método da unidade de crédito projectada, sendo as respectivas avaliações actuariais efectuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados. O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha recta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecimentos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas actuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos activos do plano.

3.7- Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos relacionam-se com impostos sobre o rendimento lançados

pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.8- Activos fixos tangíveis

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), encontram-se registadas pelo seu valor considerado (*deemed cost*), o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado, de acordo com as várias reavaliações legais e económicas, ao abrigo do disposto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

As imobilizações adquiridas, após aquela data, encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

O custo de aquisição inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, excepto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é *desreconhecido*, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao activo não é reclassificado para resultados.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	3 a 30
Equipamento básico	1 a 19
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento administrativo	3 a 13
Outras imobilizações corpóreas	1 a 12

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.9- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem um imóvel detido para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são classificadas entre as que são ocupadas pelo dono (arrendadas) e as que são detidas para venda.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transacção). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo ou modelo do justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

3.10- Intangíveis

Intangíveis adquiridos separadamente

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.11- Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis excluindo goodwill

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos, a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível

determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.12- Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a venda.

A Empresa utiliza o custo médio como método de custeio dos inventários.

Os produtos acabados encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

3.13- Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. É provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14- Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são revistos para identificar indícios de imparidade. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe

uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa *desreconhece* activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São *desreconhecidos* os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa *desreconhece* passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.15- Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de

aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Decorrendo da deliberação de encerramento da actividade da Delegação de Lisboa (RCM n.º 162 de 20 de Outubro) foi contratualizada a rescisão de todos os seus Trabalhadores, inscrevendo-se em 2003 o correspondente valor das indemnizações devidas aos Trabalhadores ainda no activo na rubrica de Diferimentos – Rescisões a Pagar. A actualização efectuada anualmente é registada na demonstração dos resultados do período respectivo.
- Na sequência do contrato celebrado entre a Repsol e a Docapesca, em 2008, procedeu-se ao reconhecimento das quantidades de gasóleo colocadas nos tanques para abastecimento das embarcações, valorizado como gasóleo agrícola e sujeito a sucessivos créditos pelas saídas como gasóleo pesca. Este reconhecimento é registado na rubrica de Diferimentos por contrapartida da conta a pagar de Fornecedores.
- As responsabilidades da Empresa com os complementos de pensão de reforma ou de invalidez, prémio de reforma ou invalidez, subsídio de morte ou pensão de sobrevivência (Plano de Benefícios Definidos), são determinadas pela obtenção, no final de cada exercício económico, de estudos actuariais, elaborados por uma entidade especializada independente e de acordo com métodos e pressupostos actuariais globalmente aceites.

3.16- Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalha-se conforme se segue:

	2010	2009
Numerário	211.815,79	247.075,68
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	749.957,34	478.330,13
	961.773,13	725.405,81
Descobertos bancários (Nota 18)	(2.760.025,02)	(2.650.298,93)
	<u>(1.798.251,89)</u>	<u>(1.924.893,12)</u>

Nas Demonstrações de Fluxos de Caixa não estão relevados os fluxos relativos à transmissão do pescado vendido em lota, mas apenas os respeitantes às taxas cobradas aos compradores e Armadores, incluídos nas actividades operacionais – Recebimentos de clientes.

O valor do pescado transaccionado em lota, cobrado aos compradores e entregue aos Armadores (ou a terceiros, por sua ordem ou imposição legal), foi de 187.091.824 Euros no exercício de 2010 e de 179.228.884 Euros no exercício de 2009.

5.POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 Encerramento das actividades no Porto de Pesca de Pedrouços – Lisboa

A decisão tomada, no ano findo em 31 de Dezembro de 2003, no sentido de não proceder à amortização extraordinária do valor contabilístico da parte restante dos activos localizados no Porto de Pedrouços foi reavaliada nos seguintes termos:

- A declaração do interesse público da reconversão e requalificação urbanística da área de domínio público situada entre Pedrouços e Dafundo é do conhecimento da Empresa desde 2003 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2003, de 20 de Outubro), exigindo que a Docapesca desocupe os edifícios e equipamentos existentes na Doca de Pedrouços.
- No âmbito do normativo Contabilístico aplicável a essa data (Plano Oficial de Contabilidade), a Docapesca deveria ter reconhecido, no exercício de 2003, uma amortização extraordinária ou uma provisão pelo facto do valor contabilístico dos activos da Empresa localizados na Doca de Pedrouços, e que não foram abatidos, não ser recuperável pelo uso até ao final da sua vida útil.
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2010, não consubstancia uma nova ordem de desocupação das instalações da Docapesca na Doca de Pedrouços, mas sim um reforço da decisão declarada anteriormente na Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2003, com o objectivo de reconversão e requalificação urbanística da área de domínio público situada entre Pedrouços e o Dafundo.

Considerando que, com base na informação disponível em 2003, não existia um nível de incerteza quanto à necessidade de desocupar a Doca de Pedrouços, a Empresa procedeu à correcção retrospectiva deste erro nas demonstrações financeiras de 2010, reexpressando os saldos de abertura dos activos, passivos e capital próprio para o período comparativo apresentado nas demonstrações financeiras, visto que o erro ocorreu antes do período anterior mais antigo apresentado.

O detalhe dos ajustamentos efectuados, com efeitos em capital próprio, reportados a 1 de Janeiro de 2009, para efeitos da correcção retrospectiva, é como segue:

	Em 01-01-2009
Capital próprio antes da correcção	(3.323.347,89)
<u>Ajustamentos de correcção</u>	
Abate de despesas que se reportam a anos anteriores:	
(a) Edifícios e outras construções	(2.442.512,74)
(b) Equipamento básico	(467.140,65)
(c) Outros activos fixos tangíveis	(4.901,87)
(a) e (b) Subsídios de despesas que se reportam a anos anteriores	1.597.671,40
Excedentes de revalorização - Impostos diferidos	6.092,46
(d) Subsídios ao investimento não reembolsáveis	(1.025.522,11)
Ajustamento total ao capital próprio	<u>(2.336.313,51)</u>
Capital próprio após a correcção	(5.659.661,40)

As reconciliações entre o capital próprio antes e após a correcção, em 31 de Dezembro de 2009, bem como a reconciliação entre os respectivos resultados no período findo naquela data, são como segue:

Reconciliação do capital próprio

	Em 31-12-2009
Capital próprio de acordo com o montante antes da correcção	(2.450.162,86)
Ajustamentos em capital próprio à data da correcção	(2.336.313,51)
<u>Ajustamentos do período em resultados:</u>	
Abate de despesas que se reportam a anos anteriores:	
(a) Edifícios e outras construções	304.972,98
(b) Equipamento básico	100.195,11
(c) Outros activos fixos tangíveis	2.060,26
(a) e (b) Subsídios de despesas que se reportam a anos anteriores	(210.040,10)
(e) Impostos sobre o rendimento	(761,56)
	<u>196.426,69</u>
Ajustamento total ao capital próprio	<u>(2.139.886,82)</u>
Capital próprio após a correcção retrospectiva	(4.590.049,68)

Reconciliação do resultado relatado

	Em 31-12-2009
De acordo com o Resultado líquido antes da correcção	157.738,11
<u>Ajustamentos de correcção</u>	
Abate de despesas que se reportam a anos anteriores:	
(a) Edifícios e outras construções	304.972,98
(b) Equipamento básico	100.195,11
(c) Outros activos fixos tangíveis	2.060,26
(a) e (b) Subsídios de despesas que se reportam a anos anteriores	<u>(210.040,10)</u>
	197.188,25
(e) Impostos sobre o rendimento	<u>(761,56)</u>
Efeito total	<u>196.426,69</u>
De acordo com a correcção retrospectiva	354.164,80

De seguida descrevem-se os motivos para os ajustamentos identificados em cima, efectuados pela Empresa no âmbito da correcção:

(a) Abate de despesas que se reportam a anos anteriores – Edifícios e outras construções

Este ajustamento refere-se ao *desreconhecimento* de dispêndios subsequentes relacionados com os Edifícios e outras construções sediados no Porto de Pesca de Pedrouços, nomeadamente o entreposto frigorífico, a fábrica de gelo, os armazéns de comerciantes, o posto de combustíveis e as oficinas e as grandes reparações e beneficiações destes activos e dos activos propriedade da concedente (APL). Algumas destas despesas tinham associados subsídios ao investimento não reembolsáveis, pelo que, o *desreconhecimento* das mesmas implicou, de igual modo, o *desreconhecimento* do subsídio associado.

(b) Abate de despesas que se reportam a anos anteriores – Equipamento básico

Este ajustamento refere-se ao *desreconhecimento* de dispêndios subsequentes relacionados com os Equipamentos de produção de frio para o entreposto frigorífico e para a fábrica de gelo e as grandes reparações e beneficiações destes activos e dos equipamentos propriedade da concedente (APL). Algumas destas despesas tinham associados subsídios ao investimento não reembolsáveis, pelo que, o *desreconhecimento* das mesmas implicou, de igual modo, o *desreconhecimento* do subsídio associado.

(c) Abate de despesas que se reportam a anos anteriores – Outros activos tangíveis

Este ajustamento refere-se ao *desreconhecimento* de dispêndios subsequentes relacionados com equipamento administrativo e ferramentas e utensílios próprios da actividade no porto de pesca.

	Ajustamentos dos activos 31-12-2009	Ajustamentos das amortizações 31-12-2009	Ajustamentos das amortizações do ano de 2009
<u>Correcção de erros de períodos anteriores</u>			
Abate de despesas que se reportam a anos anteriores:			
Edifícios e outras construções	(16.981.898,56)	14.844.358,80	304.972,98
Equipamento básico	(3.721.543,33)	3.354.597,79	100.195,11
Equipamento administrativo	(155.680,60)	153.213,30	1.213,67
Ferramentas e utensílios	(17.919,32)	17.919,32	-
Outros activos fixos tangíveis	(36.810,90)	36.436,59	846,59
	(20.913.852,71)	18.406.525,80	407.228,35
Subsídios de despesas que se reportam a anos anteriores	3.465.753,66	(2.078.122,36)	(210.040,10)

(d) Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Este ajustamento refere-se ao *desreconhecimento* de benefícios subsequentes relacionados com os subsídios ao investimento não reembolsáveis. Estes subsídios não reembolsáveis estão relacionados com os activos fixos tangíveis do Porto de Pesca de Pedrouços e haviam sido reconhecidos nos capitais próprios, sendo deduzido do respectivo passivo por imposto diferido.

(e) Imposto sobre o rendimento

Este ajustamento refere-se ao *desreconhecimento* do efeito fiscal relacionado com o imposto diferido calculado sobre as reservas de revalorização dos edifícios e equipamento básico do Porto de Pesca de Pedrouços que foi abatido.

5.2 Alterações contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa procedeu a alterações contabilísticas com impacto nas contas de custos com mercadorias vendidas, fornecimentos e serviços externos, serviços prestados e outros rendimentos e ganhos (Nota 22), como se descreve:

1. Imputação dos gastos com o consumo de electricidade, água e sal ao custo de produção do gelo fabricado.

Decorrendo desta alteração, os custos das matérias consumidas foram acrescidos dos gastos com a electricidade, água e sal consumidos no fabrico de gelo por redução dos montantes inicialmente inscritos em fornecimentos e serviços externos.

2. Compensação dos gastos e rendimentos relativos ao serviço de contratação de observadores para a pesca na zona NAFO, dado que este proveito corresponde apenas à cobrança de um serviço prestado por terceiros.

Decorrendo desta alteração, o rendimento gerado pela prestação do serviço de observadores para a zona de pesca NAFO, inicialmente registado em serviços prestados, foi transferido para outros rendimentos e ganhos, sendo o gasto com a contratação do serviço de observadores para a zona de pesca NAFO, inicialmente registado em fornecimentos e serviços externos, deduzido ao rendimento.

3. Compensação dos gastos e rendimentos relativos ao serviço de transporte de pescado proveniente da arte do cerco, dado que este proveito corresponde apenas à cobrança de um serviço prestado por terceiros.

Decorrendo desta alteração, o rendimento gerado pela prestação do serviço de transporte de pescado proveniente da arte do cerco, inicialmente registado em serviços prestados, foi transferido para outros rendimentos e ganhos, sendo o gasto com a contratação deste mesmo serviço, inicialmente registado em fornecimentos e serviços externos, deduzido ao rendimento.

6.PARTES RELACIONADAS

Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela Direcção do Tesouro e Finanças.

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, foram conforme se segue:

Remuneração	2010	2009
Remunerações do Conselho de Administração		
Remuneração mensal	143.367,16	142.625,49
Subsídio de férias	23.538,42	25.931,90
Subsídio de Natal	12.317,40	12.965,95
Despesas de representação	-	-
Encargos com remunerações	22.699,76	19.242,18
Caixa Geral de Aposentações	5.555,96	4.605,48
Seguro de acidentes de trabalho	1.461,58	1.484,46
Seguro de acidentes pessoais	980,16	920,20
Senhas de presença dos membros da mesa de Assembleia Geral	1.069,61	1.069,61
Revisão legal das Contas	13.620,00	13.620,00
	<u>224.610,05</u>	<u>222.465,27</u>

Por deliberação da Comissão de Fixação de Vencimentos, as despesas de representação foram incluídas no vencimento base e nos subsídios de férias e Natal, a partir de 5 de Maio de 2010. Para melhor comparação, as despesas de representação pagas em 2009, no montante de 38.904,72 Euros, apresentam-se também redistribuídas, usando o critério deliberado de repartição do valor global das despesas de representação (pagas 12 vezes no ano) pelos catorze pagamentos mensais.

Em 2010, o subsídio de férias contém uma verba paga a título de pagamento de subsídio de férias por férias não gozadas, no montante de 1.293,59 Euros.

A partir de Julho de 2010, as remunerações do Conselho de Administração foram reduzidas em 5%, dando cumprimento ao deliberado em 30 de Junho de 2010 na Lei n.º 12-A/2010. O acerto referente ao processamento dos vencimentos do mês de Junho foi efectuado em Fevereiro de 2011.

7.ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2010

	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos							
Saldo inicial	41.378.690,14	15.127.564,42	679.676,23	3.156.166,95	856.055,09	397.815,93	61.595.968,76
Aquisições	385.925,50	352.365,85	29.089,20	216.075,30	129.436,19	845.187,68	1.958.079,72
Alienações		(141,33)			(757,92)		(899,25)
Transferências e abates	(223.140,50)	(67.924,87)	-	23.939,95	(54.351,75)	(413.246,42)	(734.723,59)
Revalorizações (Nota 28)							-
Outras variações							-
Saldo final	41.541.475,14	15.411.864,07	708.765,43	3.396.182,20	930.381,61	829.757,19	62.818.425,64
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	24.933.253,11	10.603.350,64	621.421,49	2.765.283,63	583.838,52	-	39.507.147,39
Amortizações do exercício	2.151.765,14	777.017,59	37.357,24	212.353,38	131.033,48	-	3.309.526,83
Perdas por imparidade do exercício							-
Reversões de perdas por imparidade							-
Alienações		(141,33)			(602,54)		(743,87)
Transferências e abates	(256.160,30)	(86.145,46)	-	(37.067,36)	(51.308,84)		(430.681,96)
Outras variações							-
Saldo final	26.828.857,95	11.294.081,44	658.778,73	2.940.569,65	662.960,62	-	42.385.248,39
Activos líquidos	14.712.617,19	4.117.782,63	49.986,70	455.612,55	267.420,99	829.757,19	20.433.177,25

2009

	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos							
Saldo inicial	42.992.424,78	13.870.736,51	683.634,26	4.086.185,76	894.557,89	1.003.221,90	63.530.761,10
Aquisições	489.636,00	311.184,06	193,44	110.885,92	168.986,55	392.438,03	1.473.324,00
Alienações	-	(56.680,67)	-	(44,98)	(6.453,02)	-	(63.178,67)
Transferências e abates	(2.103.370,64)	1.002.324,52	(4.151,47)	(1.040.859,75)	(201.036,33)	(997.844,00)	(3.344.937,67)
Revalorizações (Nota 28)	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	41.378.690,14	15.127.564,42	679.676,23	3.156.166,95	856.055,09	397.815,93	61.595.968,76
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	23.413.123,76	10.826.711,70	571.567,72	3.658.050,14	642.881,60	-	39.112.334,92
Amortizações do exercício	2.403.447,13	877.371,03	54.005,24	204.836,95	131.949,37	-	3.671.609,72
Perdas por imparidade do exercício			-	-	-		-
Reversões de perdas por imparidade			-	-	-		-
Alienações	-	(51.001,06)	-	(44,98)	(5.949,58)	-	(56.995,62)
Transferências e abates	(883.317,78)	(1.049.731,03)	(4.151,47)	(1.097.558,48)	(185.042,87)	-	(3.219.801,63)
Outras variações		-	-	-	-	-	-
Saldo final	24.933.253,11	10.603.350,64	621.421,49	2.765.283,63	583.838,52	-	39.507.147,39
Activos líquidos	16.445.437,03	4.524.213,78	58.254,74	390.883,32	272.216,57	397.815,93	22.088.821,37

Em 31 de Dezembro de 2008, a Docapesca procedeu à transferência por incorporação de três investimentos (Remodelação das Unidades de Acondicionamento e Embalagem de Pescado (UAEP's) de Sesimbra, 5.ª fase da ampliação da Fábrica de Gelo de Sines e construção da Fábrica de Gelo de Matosinhos) que se encontravam finalizados nessa data. No exercício de 2009, a

Docapesca procedeu a uma revisão dos componentes desses investimentos, tendo efectuado reclassificações no montante de 2.051.534,13 Euros que afectaram o valor global das rubricas de Edifícios e Outras Construções, Equipamento Básico, Ferramentas e Utensílios, Equipamento Administrativo e Outras Imobilizações Corpóreas. As reclassificações foram efectuadas antes da data inicial de amortização dos investimentos transferidos.

Os abates registados em Imobilizações Corpóreas são maioritariamente (63%) decorrentes do inventário físico efectuado aos bens de imobilizado corpóreo, no exercício de 2009.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS IMPLANTADOS EM TERRENOS DE DOMÍNIO PÚBLICO

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca estão implantadas em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos Portos do Douro e Leixões (Matosinhos), Porto de Sines e Portos de Setúbal e Sesimbra, assim como Protocolos de Exploração com ex Juntas Autónomas de Portos (actual IPTM) e outras Instituições Públicas. O montante de imobilizações implantadas em propriedade alheia, em 31 de Dezembro de 2010, ascende a 12.775.100,10 Euros, líquido de amortizações acumuladas de 22.952.005,72 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 encontravam-se penhorados, no âmbito do diferendo com o IPTM (Nota introdutória), os seguintes bens:

- O Estabelecimento Comercial/Industrial na sua universalidade enquanto unidade jurídica;
- Todo o Activo Fixo Tangível e a Propriedade de Investimento da Empresa, registados à data da penhora e que se apresentam com segue, com o valor líquido dos activos reportado a 31 de Dezembro de 2010:

	2010					
	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos						
Valor de aquisição	36.312.742,19	12.461.427,10	679.482,79	2.893.438,49	557.154,86	52.904.245,43
Amortização acumulada	(25.994.545,22)	(10.855.528,38)	(658.100,47)	(2.774.893,29)	(533.010,27)	(40.816.077,63)
Activos líquidos	10.318.196,97	1.605.898,72	21.382,32	118.545,20	24.144,59	12.088.167,80

Nota: Os bens considerados no presente quadro são:

- Edifícios
- Grandes Beneficiações Correntes em Edifícios
- Grandes Beneficiações Estruturais em Edifícios
- Edificações Ligeiras
- Instalações Frigoríficas Ligeiras
- Vedações Metálicas
- Muros

- Obras Pavimentação
- Instalações Eléctricas e Telefónicas
- Pontes Cais e Molhes
- Outras Instalações Específicas
- Obras Estruturais em Edifícios Alheios
- Obras Correntes em Edifícios Alheios

As imobilizações corpóreas em poder de terceiros, a 31 de Dezembro de 2010, eram as seguintes:

Equipamentos de Comunicação (PDA c/ Telemóvel)	
- Em poder de Colaboradores da Docapesca	2.964,71
Equipamento Informático Diverso (Impressoras e Monitores)	
- Em Poder de Colaboradores da Docapesca	7.600,43
Equipamento Informático Diverso (Impressoras e Monitores)	
- Em poder de III - Soluções de Informática, Lda (1)	2,526,43
Molde de Gravação de Caixas Plástico	
- Em poder da Fabrica Plásticos Titan, Lda.	60,105,15

(1) - Equipamento Informático de apoio ao alojamento de Vídeos dos Leilões Online, composto por um Computador (PC Tower, Disco interno adicional, *Software* do Sistema Operativo e uma UPS de 1000VA, colocados nas instalações de III-Soluções Informáticas para satisfazer o armazenamento de dados conforme contrato.

DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

A dívida reclamada pelo Instituto Portuário do Sul (Nota 17) tem processo em execução fiscal parcialmente garantido pela penhora dos equipamentos de produção de frio e movimentação do Entrepasto Frigorífico de Lisboa e pela Fábrica de Gelo de Lisboa, a que foi atribuído pela Direcção Geral de Impostos o valor de 2.000.000,00 Euros, e também a Fábrica de Gelo de Aveiro, a que foi atribuído o valor de 156.652,96 Euros. A restante dívida reclamada está garantida por duas garantias bancárias (Nota 28).

	Valor de Aquisição	Valor Atribuído à Penhora
Câmara frigorífica do Mercado de 2.ª Venda de Pedrouços	75.016	
Central de Água Doce de Pedrouços	386.628	
Equipamentos de Movimentação e Outros	637.595	2.000.000
Fábrica de Gelo de Pedrouços	1.459.297	
Câmaras Frigoríficas e Antecâmara de Refrigeração de Pedrouços	995.969	
Fábrica de Gelo de Aveiro	1.084.439	156.653

A decisão, contida na Resolução de Conselho de Ministros n.º 68/2010, de encerramento definitivo da actividade da Docapesca no Porto de Pesca de Pedrouços pode originar a reavaliação do valor atribuído à penhora referente aos bens localizados neste Porto.

Em 13 de Outubro de 2008, foram penhorados:

- O Estabelecimento Comercial/Industrial na sua universalidade enquanto unidade jurídica;
- O Imobilizado Corpóreo composto por equipamento básico, ferramentas e utensílios, máquinas e ferramentas específicas, a que foi atribuído o valor global presumível de 20.658.463 Euros.

Esta penhora resulta de cinco mandatos de penhora extraídos dos correspondentes processos executivos, a correr termos no Serviço de Finanças de Lisboa 6, em que figura como exequente o IPTM e como executado a Docapesca. As dívidas referenciadas nestes processos correspondem às taxas de movimentação de pescado (Nota 17).

Em 2010, foi incluído nesta penhora um sexto mandato correspondente a um processo executivo a correr termos no Serviço de Finanças de Lisboa 7 em que figura como exequente a APA e como executado a Docapesca. As dívidas referenciadas neste processo são reclamadas pela APA como correspondendo às taxas de movimentação de pescado, embora não tenham qualquer correlação com o pescado transaccionado no Porto de Pesca de Aveiro (Nota 17).

Em 2008 foram penhorados os créditos referentes a rendas e/ou rendimentos periódicos a oito clientes da Docapesca para pagamento da dívida reclamada pela Administração do Porto de Aveiro através de execução fiscal, a correr os seus termos no Serviço de Finanças de Lisboa 6 (Nota 17). As dívidas referenciadas neste processo correspondem às taxas de movimentação de pescado. As penhoras foram levantadas no quarto trimestre de 2009.

O valor global pago através destas penhoras foi de 109.636,72 Euros.

Vidas úteis e amortização

Os activos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	3 a 30
Equipamento básico	1 a 19
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento administrativo	3 a 13
Outras imobilizações corpóreas	1 a 12

As amortizações do exercício, no montante de 3.309.476,83 Euros (3.264.381,37 Euros em 2009), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2010				
	Programas computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
Activos				
Saldo inicial	-	1.038.870,62	-	1.038.870,62
Aquisições	9.192,16	154.590,00	-	163.782,16
Transferências e abates	80.670,67	(31.510,67)	-	49.160,00
Saldo final	89.862,83	1.161.949,95	-	1.251.812,78
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	-	843.435,20	-	843.435,20
Amortizações do exercício	2.666,25	65.502,89	-	68.169,14
Transferências e abates	66.710,67	(66.710,67)	-	-
Saldo final	69.376,92	842.227,42	-	911.604,34
Activos líquidos	20.485,91	319.722,53	-	340.208,44

As aquisições na rubrica Propriedade Industrial correspondem aos investimentos na Implementação do Sistema de Compras Via Internet (implementados em Matosinhos, Figueira da Foz, Sesimbra e Portimão).

2009			
	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
Activos			
Saldo inicial	912.511,75	61.875,88	974.387,63
Aquisições	208.859,50	-	208.859,50
Transferências e abates	(90.895,63)	(61.875,88)	(152.771,51)
Outras variações	8.395,00	-	8.395,00
Saldo final	1.038.870,62	-	1.038.870,62
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	898.309,27	61.875,88	960.185,15
Amortizações do exercício	32.415,56	-	32.415,56
Transferências e abates	(87.289,63)	(61.875,88)	(149.165,51)
Saldo final	843.435,20	-	843.435,20
Activos líquidos	195.435,42	-	195.435,42

As aquisições na rubrica Propriedade Industrial correspondem aos investimentos na Implementação do Sistema de Compras Via Internet (implementado em Peniche) e ao Upgrade das Licenças SAP para a versão EEC 6.0 e Base de Dados SQL.

As amortizações do exercício, no montante de 68.169,14 Euros (32.415,56 Euros em 2009), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).

Vidas úteis

A todos os activos intangíveis foi atribuída vida útil finita, cujas respectivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre os 3 e os 6 anos.

9.LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2010			2009
	Custo	Amortiz./ perdas imp. acumuladas	Quantia escriturada	Quantia escriturada
Equipamento de transporte	52.910,96	(32.195,31)	20.715,65	30.161,89

A Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados com três automóveis, os quais se encontram denominados em Euros e serão propriedade da Empresa no final da locação.

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos		Valor presente dos pagamentos mínimos	
	2010	2009	2010	2009
Até 1 ano	(12.375,66)	(12.129,42)		
Entre 1 ano e 5 anos	(847,60)	(12.151,84)		
A mais de 5 anos		-		
	(13.223,26)	(24.281,26)		
Efeito financeiro do desconto	-	-	n/a	n/a
Valor presente dos pagamentos mínimos	(13.223,26)	(24.281,26)	-	-
Valor residual	(4.150,60)	(5.620,03)		

10.JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

	2010		2009
Juros suportados			
Financiamentos bancários	118.246,07		145.626,06
Locações financeiras	1.216,84		1.910,46
Empréstimos obrigacionistas	-		-
Outros financiamentos	1.342,04	120.804,95	3.306,73
			150.843,25
Outros gastos de financiamento			
Comissões e encargos similares	57.900,06		56.363,45
Garantias bancárias	33.557,40		33.866,05
Atualização de dívidas	63.044,24		-
Outros financiamentos	995,74	155.497,44	6.343,81
			96.573,31
		276.302,39	247.416,56

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

	2010		2009
Juros obtidos			
Depósitos em instituições de crédito	335,29		2.826,26
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	-		1.003,89
Outros	45.439,48	45.774,77	255.011,09
			258.841,24
Outros rendimentos similares	4,53	4,53	534,66
			534,66
		45.779,30	259.375,90

11.PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	2010	
	Propriedades de investimento	
	Arrendadas	Total
Saldo inicial - quantia bruta	178.363,15	178.363,15
Saldo final - quantia bruta	178.363,15	178.363,15
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(22.852,21)	(22.852,21)
Amortizações do exercício	(9.140,88)	(9.140,88)
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(31.993,09)	(31.993,09)
Saldo final - quantia escriturada líquida	146.370,06	146.370,06

	2009	
	Propriedades de investimento	
	Arrendadas	Total
Saldo inicial - quantia bruta	178.363,15	178.363,15
Saldo final - quantia bruta	178.363,15	178.363,15
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(13.711,33)	(13.711,33)
Amortizações do exercício	(9.140,88)	(9.140,88)
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(22.852,21)	(22.852,21)
Saldo final - quantia escriturada líquida	155.510,94	155.510,94

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de Propriedades de investimento compreende um imóvel situado em Vila Real de Santo António, o qual foi adquirido pela Docapesca em 2007 e encontra-se parcialmente arrendado.

O imóvel situado em Vila Real de Santo António foi avaliado em 335.500 Euros, em 31.12.2010, por um avaliador independente.

As amortizações do exercício, no montante de 9.140,88 Euros (9.140,88 Euros em 2009), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foram reconhecidos em resultados rendimentos no montante de 9.260,04 Euros (9.260,04 Euros em 2009) e gastos no montante de 9.907,45 Euros (10.127,19 Euros em 2009) relacionados com propriedades de investimento.

12.INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2010			2009		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	275.850,29	(3.370,42)	272.479,87	370.505,94	(652,97)	369.852,97
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	99.782,13	(25.502,09)	74.280,04	101.950,46	(24.659,45)	77.291,01
Produtos acabados e intermédios	1.363,24	-	1.363,24	2.198,28	-	2.198,28
	<u>376.995,66</u>	<u>(28.872,51)</u>	<u>348.123,15</u>	<u>474.654,68</u>	<u>(25.312,42)</u>	<u>449.342,26</u>

É esperado que os seguintes inventários sejam realizados após o período de 12 meses seguinte à data das demonstrações financeiras:

- Mercadorias;
- Matérias de consumo e conservação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, é detalhado conforme se segue:

	2010		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	370.505,94	101.950,46	472.456,40
Compras (Nota 5.2)	1.975.634,27	531.401,00	2.507.035,27
Regularizações	(11.040,02)	1.259,58	(9.780,44)
Saldo final	(275.850,29)	(99.782,13)	(375.632,42)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>2.059.249,90</u>	<u>534.828,91</u>	<u>2.594.078,81</u>

	2009		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	485.141,43	143.449,30	628.590,73
Compras	1.857.940,00	183.020,24	2.040.960,24
Regularizações	(11.731,54)	(5.718,48)	(17.450,02)
Saldo final	(370.505,94)	(101.950,46)	(472.456,40)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	1.960.843,95	218.800,60	2.179.644,55

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	
	Produtos acabados	
Saldo inicial	2.198,28	
Saldo final	(1.363,24)	
Variação dos inventários da produção	835,04	

	2009	
	Produtos acabados	
Saldo inicial	2.157,32	
Saldo final	(2.198,28)	
Variação dos inventários da produção	(40,96)	

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	652,97	3.370,42	-	(652,97)	3.370,42
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	24.659,45	842,64	-	-	25.502,09
	25.312,42	4.213,06	-	(652,97)	28.872,51

	2009				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	-	652,97	-	-	652,97
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	-	24.659,45	-	-	24.659,45
	-	25.312,42	-	-	25.312,42

No exercício de 2009 a Empresa registou perdas por imparidade no montante de 25.312,42 Euros, para fazer face a problemas de obsolescência e de reduzida expectativa de realização futura nos seus inventários.

No exercício de 2010, a Empresa registou perdas por imparidade no montante de 4.213,06 Euros, para fazer face a problemas de obsolescência e de reduzida expectativa de realização futura nos seus inventários e procedeu ao abate de mercadorias danificadas no montante de 652,97 Euros.

Os aumentos e as reversões de perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 foram registados nas seguintes rubricas:

	2010	2009
Aumentos de perdas por imparidade		
Perdas por imparidade em inventários	4.213,06	25.312,42
	<u>4.213,06</u>	<u>25.312,42</u>
Reversões de perdas por imparidade		
Reversões de perdas por imparidade em inventários	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

13.RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Venda de bens	4.395.931,02	4.168.202,00
Prestação de serviços (Nota 5.2)	20.027.123,71	21.630.818,08
Rendimentos de propriedades de investimento (Notas 11 e 25)	9.260,04	9.260,04
Juros obtidos	22.325,15	82.292,52
	<u>24.454.639,92</u>	<u>25.890.572,64</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Vendas:		
- Venda de gelo	2.043.371,21	1.887.289,87
- Venda de combustíveis	1.579.243,87	1.302.018,59
- Venda de aprestos de pesca	428.980,33	623.720,11
- Venda de lubrificantes	189.614,35	176.880,15
- Venda de baterias	52.269,48	65.154,28
- Venda de comandos	37.349,50	47.352,52
- Venda de embalagens	65.102,28	65.786,48
Outros serviços prestados:		
- Serviço de 1ª. Venda de pescado (Nota 5.2)	15.293.426,42	15.331.801,75
- Serviços dos portos de pesca	3.960.129,81	4.139.624,76
- Serviços dos entrepostos frigoríficos	542.586,14	1.631.690,47
- Serviço de observação de pesca - NAFO (Nota 5.2)	-	307.439,40
- Outros	230.981,34	220.261,70
	<u>24.423.054,73</u>	<u>25.799.020,08</u>

Em 1 de Janeiro de 2010, a Empresa cedeu a exploração do Entrepasto Frigorífico de Matosinhos a terceiros e cessaram as prestações de serviços a clientes neste entreposto. No âmbito deste contrato, o preço a pagar pela cedência das instalações é relevado em outros rendimentos e ganhos.

Em Abril de 2010, a Empresa encerrou a sua actividade no Entrepasto Frigorífico de Peniche para proceder à sua reconversão. Em 31 de Dezembro de 2010, este entreposto ainda se encontrava desactivado.

A Docapesca não efectua vendas, nem presta serviços para o mercado externo.

As vendas não incluem o valor do pescado transaccionado em lota. Na rubrica de Prestações de Serviços da primeira venda de pescado estão registados os valores das taxas de primeira venda de pescado cobradas pela Docapesca sobre o referido valor do pescado transaccionado em lota.

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	
Taxa de movimentação de pescado IPTM	7.365.246,38	410.853,58	-	7.776.099,96
Taxa de movimentação de pescado APA	1.180.630,62	172.975,09	-	1.353.605,71
Taxa de movimentação de pescado APVC	15.050,45	17.505,76	-	32.556,21
Taxa de movimentação de pescado APFF	51.645,22	67.554,99	-	119.200,21
Liquidação adicional - IVA	354.273,41	-	-	354.273,41
Falhas de caixa em Viana do Castelo	171.113,40	-	-	171.113,40
Pagamento especial por conta	108.588,00	-	-	108.588,00
Transfrio - reclamação	11.263,16	-	(11.263,12)	0,04
Saque indevido sobre BPI	-	6.087,40	-	6.087,40
	<u>9.257.810,64</u>	<u>674.976,82</u>	<u>(11.263,12)</u>	<u>9.921.524,34</u>

Os aumentos de provisões, no montante de 674.976,82 Euros, foram registados na rubrica “Provisões do período”. A utilização da provisão devida à reclamação da Transfrio, no montante de 11.263,16 Euros, foi registada a favor desta entidade.

	2009			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	
Taxa de movimentação de pescado IPTM	9.477.286,08	431.224,60	(2.543.264,30)	7.365.246,38
Taxa de movimentação de pescado APA	1.174.688,52	115.578,90	(109.636,80)	1.180.630,62
Taxa de movimentação de pescado APVC	-	15.050,45	-	15.050,45
Taxa de movimentação de pescado APFF	-	51.645,22	-	51.645,22
Liquidação adicional - IVA	354.273,41	-	-	354.273,41
Falhas de caixa em Viana do Castelo	171.113,40	-	-	171.113,40
Pagamento especial por conta	-	108.588,00	-	108.588,00
Transfrio - reclamação	-	11.263,16	-	11.263,16
	<u>11.177.361,41</u>	<u>733.350,33</u>	<u>(2.652.901,10)</u>	<u>9.257.810,64</u>

Provisões para pagamento ao IPTM

- De 0,55% do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referentes aos exercícios de 2004 a 2010.
- De 1,5% do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referentes aos exercícios de 2000 a 2003, líquidos de pagamentos efectuados em 2000 e 2001.

Os valores apurados correspondem às transacções de pescado sujeitas à taxa de comprador de 3% (e de 5%, a partir de 12 de Maio de 2008) nas seguintes Lotas:

- Viana do Castelo
- Póvoa de Varzim
- Vila do Conde
- Figueira da Foz
- Nazaré
- Peniche
- Ericeira
- Sagres
- Lagos
- Portimão
- Olhão
- Tavira
- Vila Real de Santo António.

As reclamações apresentadas em sucessivos processos de execução fiscal pelo IPTM, no decurso do exercício de 2008 e em Dezembro de 2009 e o consentimento do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa para a Docapesca proceder ao pagamento da parte respeitante ao capital da dívida reclamada em 2002 motivaram o reconhecimento supletivo dos valores reclamados pelo Instituto Portuário do Sul, baseados nas suas estimativas que não têm correlação com os valores apurados pela Docapesca. Este mesmo cálculo foi aplicado aos restantes processos reclamados pelo IPTM.

O valor global da dívida reclamada pelo Instituto Portuário do Sul em 2002, no valor de 2.543.264,30 Euros, já em pagamento, transitou para a rubrica Outras contas a pagar (Nota 17).

Provisão para pagamento à APA

Provisões para pagamento à Administração Portuária de Aveiro de 1,5 % do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referentes aos exercícios de 2000 a 2010.

Os valores apurados correspondem às transacções de pescado sujeitas à taxa de comprador de 3% (e de 5%, a partir de 12 de Maio de 2008) na Lota de Aveiro.

A provisão foi reduzida em 2009 pela cobrança efectuada através das penhoras de créditos da Docapesca sobre a sua facturação de rendas e rendimentos periódicos a oito clientes (Nota 17).

Provisão para pagamento à APVC e APFF

Provisão para pagamento à Administração Portuária de Viana do Castelo e Administração Portuária da Figueira da Foz de 0,55 % do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referente aos exercícios de 2009 e 2010 (Nota 17).

Provisão para liquidação adicional de IVA

Provisão para os eventuais encargos associados a um processo judicial em curso, relativo a uma liquidação adicional de IVA, que foi reclamada pela Docapesca (Nota 17).

15.SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios relacionados com activos:					
Activos tangíveis e intangíveis	19.718.221,16	-	-	1.370.812,42	10.320.625,25
Activos tangíveis abatidos	-	-	-	70.048,06	-
Adiantamentos de subsídios	-	236.674,70	-	-	-
	<u>19.718.221,16</u>	<u>236.674,70</u>	<u>-</u>	<u>1.440.860,48</u>	<u>10.320.625,25</u>
	<u>19.718.221,16</u>	<u>236.674,70</u>	<u>-</u>	<u>1.440.860,48</u>	<u>10.320.625,25</u>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram abatidos activos fixos tangíveis que incluíam subsídios não reembolsáveis, ainda não amortizados no montante de 70.048,06 Euros.

Os subsídios recebidos em 2010, no montante de 236.674,70 Euros, correspondem a adiantamentos relativos a subsídios para projectos aprovados e ainda não concluídos. Devido à sua natureza de adiantamento, estes subsídios foram contabilizados em conta credora no passivo corrente.

16.ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo *Conselho de Administração* e autorizadas para emissão em 9 de Março de 2011. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de *Accionistas*, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Após a data de balanço não se registaram quaisquer acontecimentos que dessem origem a ajustamentos às demonstrações financeiras ou a divulgação.

17.IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	28.768,99	38.318,53
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores	-	(75,22)
Efeito de alterações de políticas contabilísticas e de correcções de erros registados em resultados	-	761,56
	<u>28.768,99</u>	<u>39.004,87</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	68.022,50	224.025,47
	<u>68.022,50</u>	<u>224.025,47</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>96.791,49</u>	<u>263.030,34</u>
	2010	2009
Resultado líquido do período	493.468,52	354.164,80
Variações patrimoniais (positivas e negativa)	(91.100,90)	(568.464,68)
Diferenças permanentes	305.736,95	1.357.375,02
Diferenças temporárias	<u>(408.795,68)</u>	<u>(394.462,89)</u>
Resultado tributável / (prejuízo fiscal)	299.308,89	748.612,25
Utilização de prejuízos fiscais para os quais não havia sido registado activo por impostos diferidos em períodos anteriores	<u>(299.308,89)</u>	<u>(748.612,25)</u>
	-	-
Imposto diferido:		
Imposto diferido sobre reavaliações	(911,00)	(2.539,44)
Efeito de ajustamentos de transição para as NCRF	(16.706,72)	43.518,47
Imposto diferido activo	85.640,22	183.808,00
	<u>68.022,50</u>	<u>224.787,03</u>
Imposto corrente:		
Tributações autónomas	24.279,36	27.290,05
Derrama	4.489,63	11.028,48
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores	-	(75,22)
	<u>28.768,99</u>	<u>38.243,31</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>96.791,49</u>	<u>263.030,34</u>

O montante de 43.518,47 Euros registado no exercício de 2009 diz respeito ao efeito em imposto sobre o rendimento da actualização para a data de balanço da dívida ao Instituto Português do Sul – IPTM, classificado como passivo não corrente.

Em 31 de Dezembro de 2010 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 4.781.433,55 Euros. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes em 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

	Montante	Data
Gerados em 2005	1.649.532,50	2011
Gerados em 2006	2.245.696,64	2012
Gerados em 2007	776.490,43	2013
Gerados em 2008	109.713,98	2014
	<u>4.781.433,55</u>	

Impostos diferidos

A Empresa reconheceu um imposto diferido activo de 776.304,62 Euros, reportado a 1 de Janeiro de 2009, com base na recuperação parcial dos prejuízos fiscais acumulados por dedução de montantes estimados de lucros fiscais futuros. O montante foi apurado com base na taxa de tributação de 25%.

	2010	2009
Prejuízos fiscais reportáveis	4.781.433,55	6.169.534,72
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:		
Inventários	28.872,51	25.312,42
Clientes e outras contas a receber	379.923,17	369.150,47
	<u>5.190.229,23</u>	<u>6.563.997,61</u>

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 foi como se segue:

	2010		2009	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	592.496,62	2.924.204,89	776.304,62	2.514.084,20
Subsídios reconhecidos em resultados do exercício		(381.828,03)		(500.874,71)
Desconto financeiro de contas a pagar não correntes	-	(16.706,72)	-	43.518,47
Subsídios do Governo não reembolsáveis	-	-	-	870.016,37
	-	(398.534,75)	-	412.660,13
Prejuízos fiscais reportáveis	(85.640,23)		(183.808,00)	
Reservas de reavaliação		(911,00)		(2.539,44)
	(85.640,23)	(399.445,75)	(183.808,00)	410.120,69
Saldo final	<u>506.856,40</u>	<u>2.524.759,14</u>	<u>592.496,62</u>	<u>2.924.204,89</u>

Atendendo ao período de tempo alargado para que as provisões para pensões venham a ser utilizadas, e não sendo possível nesta data garantir que nesses anos hajam resultados suficientes para produzirem matéria colectável susceptível de recuperar os ganhos referentes aos impostos diferidos, a empresa, por questões de prudência, optou por não registar activos impostos diferidos para as provisões para pensões.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009.

PROCESSOS EM EXECUÇÃO FISCAL

- LIQUIDAÇÃO ADICIONAL DE IVA**

Foi requerida a suspensão da execução fiscal relacionada com a liquidação adicional de IVA efectuada pela Direcção Geral de Impostos em 2002. Esta liquidação foi reclamada, tendo sido

apresentada uma garantia bancária à Entidade acima referida, no montante de 591.279,43 Euros, destinada à suspensão da execução fiscal. Este processo encontra-se pendente no Tribunal Central Administrativo. A provisão constituída para o eventual pagamento deste montante foi reduzida para 354.273,41 Euros na sequência do perdão de juros comunicado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, estando pendente a resolução final relativamente ao valor da própria dívida.

- **INSTITUTO PORTUÁRIO DO SUL**

Foi reclamada pelo Instituto Portuário do Sul, em 2002, uma dívida no montante de 2.543.264,34 Euros.

A Docapesca deduziu oposição (Recurso n.º 136/04, do Tribunal Central Administrativo) e solicitou a fixação do montante da garantia a prestar, com vista à suspensão da execução fiscal. O cálculo efectuado pela Direcção Geral dos Impostos, após inclusão de juros, custos e outros encargos, determinou o montante da garantia a prestar em 3.710.535,55 Euros.

A Docapesca apresentou, em 2003, Garantias Bancárias no valor total de 1.490.600,00 Euros (Nota 28), tendo também apresentado um conjunto de bens para penhora, cuja avaliação permitiu completar o valor definido, e que incluem os equipamentos de produção de frio e de movimentação do Entrepasto Frigorífico de Lisboa, a Fábrica de Gelo de Lisboa e a Fábrica de Gelo de Aveiro. Tendo sido negado provimento ao recurso da Docapesca, foram iniciadas, através da tutela, negociações com o IPTM no sentido de suspender a execução destas garantias.

Em 5 de Janeiro de 2007 a Docapesca foi notificada para proceder ao pagamento deste processo de execução fiscal pelo montante de 3.211.426,25 Euros, que de novo, contestou. Contudo, em 22 de Fevereiro de 2007, a DGCI executou as garantias prestadas. Na sequência da notificação de execução, a Docapesca e o IPTM requereram a suspensão da instância executiva, com o objectivo de acordarem numa forma de resolução do processo, tendo o mesmo, sem quaisquer vicissitudes, estado suspenso durante seis meses.

Em Outubro de 2007 voltaram as partes a requerer a suspensão da execução, tendo então o Chefe do 7.º Serviço de Finanças pedido parecer ao Departamento de Justiça Tributária, antes de tomar posição sobre o novo requerimento. Por despacho do Chefe de Finanças, de 19 de Novembro de 2007, foi indeferida a prorrogação da suspensão da execução, tendo a Docapesca sido notificada, em 21 de Novembro de 2007 tal decisão e também para proceder, em quinze dias, ao integral pagamento do montante de 3.313.156,85 Euros. De tal despacho de indeferimento recorreu a Docapesca para o Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa. Entretanto, foi pedido novo prazo de suspensão e as partes (Docapesca e IPTM) chegaram a acordo, onde fixaram a dívida em 2.543.264,40 Euros com perdão total de juros de mora, com pagamento em prestações.

Por despacho do Chefe de Finanças, de 2 de Abril de 2008, foi indeferido o pedido de pagamento em treze prestações semestrais. O Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa veio confirmar, em 15 de Julho de 2008, o despacho recorrido do Chefe de Finanças. Em 26 de Setembro de 2008, a

Docapesca apresentou no 7.º Serviço de Finanças de Lisboa um pedido de apreciação do acordo de pagamento entre a Docapesca e o IPTM. Em 15 de Setembro de 2009, foi iniciado o pagamento da dívida, junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa, conforme acordo celebrado com o IPTM. Nesta data, a Docapesca efectuou o pagamento das custas do processo e das três primeiras prestações semestrais de 195.635,72 Euros cada, referentes às prestações vencidas em 30 de Abril e 30 de Outubro de 2008 e em 30 de Abril de 2009. Em 30 de Outubro de 2009 efectuou o pagamento da quarta prestação de igual montante. Em 30 de Abril e 30 de Outubro de 2010 foram efectuados mais dois pagamentos correspondentes à quinta e sexta prestação. A dívida remanescente, no montante de 1.369.450,04 Euros, será paga em sete prestações semestrais, vencendo-se a próxima em 30 de Abril de 2011.

- **INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS**

Foram reclamadas pelo IPTM, em 2008, cinco dívidas pelos montantes de 919.445,05, 499.557,06, 593.848,17, 119.004,97 e 1.820.925,44 Euros, acrescidas de juros de mora e custas, em processos de execução fiscal junto do 6.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Todos estes processos foram objecto de arguição de nulidade do título executivo e de citação, inconstitucionalidade de taxa que originou a dívida exequenda e de todo o processo tributário, tendo sido igualmente deduzida oposição à execução fiscal, em 5 de Setembro de 2008.

Foi reclamada pelo IPTM, em 16 de Dezembro de 2009, uma nova dívida pelo montante de 2.770.933,97 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa. A Docapesca pretende deduzir oposição à execução fiscal.

- **ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO**

Foi reclamada pela Administração do Porto de Aveiro, em 2008, uma dívida no montante de 995.291,28 Euros, acrescida de 11.865,89 Euros relativos a juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 6.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Este processo foi objecto de oposição à execução fiscal, em 12 de Junho de 2008, tendo sido a Docapesca notificada para prestar garantias. Entretanto, o estabelecimento Docapesca foi penhorado na sua universalidade não tendo, no entanto, este processo ficado inicialmente abrangido por esta penhora. Na sequência, o 6.º Serviço de Finanças de Lisboa procedeu à penhora de créditos de oito clientes (rendas e/ou outros rendimentos periódicos) para pagamento da dívida.

Foram reclamadas pela Administração do Porto de Aveiro, em Março e Dezembro de 2009, duas novas dívidas pelos montantes de 273.322,67 e 253.232,60 Euros, acrescidas de juros de mora e custas, em processos de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Foi reclamada pela Administração do Porto de Aveiro, em Abril de 2010, uma nova dívida referente ao ano de 2009 pelo montante de 479.589,72 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa.

18.ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Cientes e outras contas a receber

A antiguidade do saldo da rubrica “Clientes”, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, é detalhado conforme se segue:

	2010			2009		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	291.702,92	-	291.702,92	179.672,00	-	179.672,00
Vencido:	-	-	-	-	-	-
0-90 dias	568.840,35	-	568.840,35	865.382,70	-	865.382,70
90-180 dias	769.687,20	(662.451,98)	107.235,22	640.466,64	(299.739,09)	340.727,55
180-360 dias	230.890,52	(212.369,39)	18.521,13	537.043,05	(328.327,82)	208.715,23
> 360 dias	4.171.767,70	(3.967.481,38)	204.286,32	4.721.036,08	(4.517.550,75)	203.485,33
	<u>6.032.888,69</u>	<u>(4.842.302,75)</u>	<u>1.190.585,94</u>	<u>6.943.600,47</u>	<u>(5.145.617,66)</u>	<u>1.797.982,81</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, as outras contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2010			2009		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Outros devedores						
Compradores - guias	5.762.089,59		5.762.089,59	5.026.598,30	-	5.026.598,30
Devedores duvidosos	2.643.434,91	(2.643.434,91)	-	2.626.767,62	(2.626.767,62)	-
Devedores diversos	377.864,17		377.864,17	379.533,89	-	379.533,89
Valores em caixa - Viana do Castelo	171.113,36		171.113,36	171.113,36	-	171.113,36
Adiantamentos sobre vendas em lota	16.298,09		16.298,09	64.242,25	-	64.242,25
Outros	60.260,39		60.260,39	50.879,61	-	50.879,61
	<u>9.031.060,51</u>	<u>(2.643.434,91)</u>	<u>6.387.625,60</u>	<u>8.319.135,03</u>	<u>(2.626.767,62)</u>	<u>5.692.367,41</u>
Acréscimos de proveitos						
Outros	30.216,14	-	30.216,14	18.814,93	-	18.814,93
	<u>30.216,14</u>	<u>-</u>	<u>30.216,14</u>	<u>18.814,93</u>	<u>-</u>	<u>18.814,93</u>
	<u>9.061.276,65</u>	<u>(2.643.434,91)</u>	<u>6.417.841,74</u>	<u>8.337.949,96</u>	<u>(2.626.767,62)</u>	<u>5.711.182,34</u>

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de 157.498,53 Euros (347.663,05 Euros 2009), as quais se encontram registadas na rubrica de Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões).

As dívidas de Clientes c/c e de Compradores de pescado estão parcialmente acauteladas através de garantias prestadas a favor da Docapesca e de cauções em numerário.

	2010	2009
Garantias bancárias	13.751.235,31	13.630.877,19
Cauções em numerário	982.527,95	857.698,16
	<u>14.733.763,26</u>	<u>14.488.575,35</u>

Existem também, prestadas por fornecedores, garantias destinadas a dar cobertura, quer a adiantamentos com adjudicações, quer à execução das obras efectuadas, distribuídas do seguinte modo:

	2010	2009
Garantias bancárias	1.117.314,60	1.096.965,77
Garantias prestadas por soc. garantia mútua	21.225,58	54.691,66
Seguros de caução	64.366,59	64.366,59
Depósitos bancários para retenção garantias	5.443,09	10.355,85
Retenção para reforço de garantia	82.407,36	35.663,94
	<u>1.290.757,22</u>	<u>1.262.043,81</u>

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2010 Montante utilizado			2009 Montante utilizado			Vencimento	Indexante	Tipo de amortização
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente			
Empréstimos bancários:										
Empréstimo a 1 ano	BPI				1.000.000	1.000.000	-	22-06-2010	Taxa fixa	Anual
		-	-	-	1.000.000	1.000.000	-			
Outros empréstimos obtidos:										
Descoberto bancário	BPI	1.500.000	449.580	-	1.500.000	1.024.351	-		Euribor 1 mês	
Descoberto bancário	Millenium BCP	2.000.000	174.977	-	2.000.000	719.360	-		Euribor 3 meses	
Descoberto bancário	Barclays Bank	2.500.000	2.005.993	-	3.500.000	695.366	-		Euribor 1 mês	
Descoberto bancário	Banif	500.000	-	-	500.000	110.981	-		Euribor 1 mês	
Conta caucionada	Banco Popular	-	-	-	300.000	-	-		Euribor 1 mês	
Conta caucionada	BES	750.000	-	-	750.000	350.000	-		Euribor 3 meses	
Conta caucionada	Millenium BCP	1.000.000	-	-	1.000.000	-	-		Euribor 3 meses	
Hot money	Millenium BCP	-	-	-	1.000.000	-	-			
Cessão de crédito	CGD	1.339.882	334.970	1.004.911	-	-	-		Euribor 6 meses	Semestral
		<u>9.589.882</u>	<u>2.965.520</u>	<u>1.004.911</u>	<u>10.550.000</u>	<u>2.900.058</u>	<u>-</u>			
		<u>9.589.882</u>	<u>2.965.520</u>	<u>1.004.911</u>	<u>11.550.000</u>	<u>3.900.058</u>	<u>-</u>			

No Passivo corrente, o valor das dívidas a Instituições Financeiras, no montante de 3.094.995 Euros (4.000.298,93 Euros em 2009), apresenta-se superior em 129.475 Euros (100.241 Euros em 2009) por incluir os saldos contabilísticos negativos em contas bancárias.

Todos os financiamentos estão expressos em Euros.

As margens sobre os indexantes em 31 de Dezembro de 2010 são de 1,75% a 3%.

A taxa fixa foi de 4,15% ao ano até ao vencimento do empréstimo.

Durante o exercício de 2010, o endividamento médio foi de 3.921.391 Euros, remunerado à taxa média de 3,0%.

Os descobertos bancários e as contas caucionadas estão garantidos por subscrição de livranças em branco com convenção de preenchimento.

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	1.064.662,38	1.245.035,41
0-90 dias	24.599,93	221.473,12
90-180 dias	(3.974,59)	150,35
180-210 dias	-	1.950,51
> 210 dias	2.069,83	28.082,33
	<u>1.087.357,55</u>	<u>1.496.691,72</u>
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	45.933,14	48.006,92
	<u>1.133.290,69</u>	<u>1.544.698,64</u>

Na dívida não vencida de fornecedores inclui-se o montante de 89.523,73 Euros (129.732,69 Euros, em 2009) referente à valorização do *stock* de combustível colocado pela Repsol nos tanques dos postos de abastecimento de combustíveis a navios explorados pela Docapesca.

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Outras contas a pagar (não corrente):		
IPTM - Instituto. Portuário do Sul	877.002,19	1.205.229,37
Locação financeira	4.998,20	18.083,51
	<u>882.000,39</u>	<u>1.223.312,88</u>
Outras contas a pagar (corrente):		
Cativações a armadores	3.299.879,89	2.840.200,87
Cauções	1.153.805,06	1.044.310,41
Armadores - marés	913.909,19	553.093,70
Reserva pessoal dos armadores	751.606,22	707.542,67
Fornecedores de imobilizado	620.356,39	553.755,92
IPTM - Instituto. Portuário do Sul	391.271,44	391.271,44
Outros	232.858,89	208.928,11
Acréscimos de custos		
- Férias a liquidar	1.302.313,50	1.309.181,38
- Rescisões de contratos de trabalho a pagar (Nota 3.15)	426.920,30	428.889,70
- Subsídios ao investimento	236.822,90	-
- Água	104.056,71	-
- Electricidade	92.207,03	-
- Concessões	39.329,73	26.163,17
- Apoio jurídico	36.880,00	46.880,00
- Diversos	81.155,55	153.559,73
	<u>9.683.372,80</u>	<u>8.263.777,10</u>
	<u>10.565.373,19</u>	<u>9.487.089,98</u>

No exercício de 2009 foi celebrado acordo entre a Docapesca e o Instituto Portuário do Sul – IPTM (“IPTM”) para pagamento de uma dívida existente desde 2002. Com base neste acordo de pagamento, a Docapesca irá liquidar a sua dívida para com o IPTM até Abril de 2014, através do pagamento de 13 prestações semestrais de 195.636 Euros cada.

Para a totalidade da responsabilidade no montante de 1.760.721,46 Euros, à data de 31 de Dezembro de 2009, a Empresa procedeu ao desconto financeiro da mesma, assumindo como pressuposto a utilização de uma taxa de desconto de 5%.

No exercício de 2010, a dívida remanescente ao IPTM foi actualizada em 63.044,24 Euros.

Instrumentos de capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.705.680 acções no valor nominal de 5,00 Euros, cada. O capital social é detido a 100% pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças.

Excedentes de revalorização: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo, efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O movimento do excedente de revalorização (rubrica “Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis”) no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização intangíveis (Nota 7)	Excedente de revalorização act. fixos tang. (Nota 8)	Excedente de revalorização total
Saldo no início do período	-	76.849,16	76.849,16
Amortizações e imparidades	-	(15.359,99)	(15.359,99)
Imposto diferido	-	911,00	911,00
Saldo no final do período	-	62.400,17	62.400,17

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Os Estatutos da Docapesca determinam que, pelo menos, 10% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta atinja o montante exigível.

Por deliberação do accionista único (Estado Português – Direcção Geral do Tesouro e Finanças), na Assembleia Geral de 5 de Maio de 2010, a totalidade do lucro obtido em 2009 foi destinado à cobertura parcial dos resultados transitados negativos evidenciados nos capitais próprios da Empresa.

19.BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias, para os seguintes benefício:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;

- Subsídio de morte;
- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez; as restantes responsabilidades estão a cargo da própria Empresa.

Breve descrição do plano de benefício definidos:

PENSÕES DE REFORMA

Elegibilidade: todos os Trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de Junho de 2001.

Idade normal de reforma: 65 anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: 14 vezes ao ano.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no activo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$PD = B \times SPL - PSS - PF$$

$$\text{Max PD} = SPB - PSS$$

Em que:

- PD = pensão de reforma mensal DOCAPESCA
- SPL = salário pensionável líquido
- PSS = pensão mensal a cargo da Segurança Social
- PF = pensão a cargo do Fundo de Pensões
- SPB = salário pensionável bruto
- B = % benefício em função dos anos de serviço (tabela I)

Antiguidade	% de Benefício
>=30	100.0%
>=25 e <30	90.0%
>=20 e <25	80.0%
<20	75.0%

Actualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente (para pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero), tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no activo. Com esta actualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

- **Fundo de pensões da Docapesca**

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência deverá ser suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o actual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no activo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez:

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$\text{Max PF} = 100 \text{ €}$$

Em que: PF = pensão de reforma mensal a cargo do Fundo

SPL = salário pensionável líquido

PSS = calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

PRÉMIO DE REFORMA

Os trabalhadores que passem à reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

NÚMERO DE ANOS DE SERVIÇO (N)	PRÉMIO DE VELHICE	PRÉMIO DE INVALIDEZ
N < 20	1 X salário mensal	-----
20 ≤ N < 25	2 X salário mensal	1 X salário mensal
25 ≤ N < 30	3 X salário mensal	1 X salário mensal
30 ≤ N < 35	6 X salário mensal	2 X salário mensal
35 ≤ N	6 X salário mensal	3 X salário mensal

Idade normal de reforma: 65 anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no activo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

SUBSÍDIO POR MORTE

Em caso de morte do Trabalhador no activo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no activo	3 X salário mensal
Morte na reforma	3 X complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

- Cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens;
- Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do Art.º 2020º do Código Civil;
- Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no activo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA

Em caso de morte do Trabalhador no activo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do Trabalhador, nas seguintes condições:

- Filhos menores
- Filhos até atingirem os 20 anos de idade

O valor da pensão de sobrevivência será equivalente ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

NÚMERO DE FILHOS	BENEFÍCIO
1 filho	35% x salário mínimo da Empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da Empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da Empresa

Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Actualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.

PLANO DE PENSÕES

A avaliação actuarial mais recente dos activos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efectuada em 31 de Dezembro de 2010 pelo BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projectada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação actuarial atrás referida foram os seguintes:

	2010	2009
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento do fundo	4,50%	5,00%
Taxa de retorno real dos activos do fundo	1,33%	5,34%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	2,00%

Para o ano de 2009 ainda foi aplicada a tábua de mortalidade TV 88/90 para as responsabilidades no Fundo de Pensões

Durante o ano de 2010, a Empresa adoptou a tábua de mortalidade TV 88/90, por a considerar mais adequada, tendo em conta os actuais níveis de envelhecimento da população, para o cálculo das suas responsabilidades. Neste sentido, a Empresa tomou a decisão de passar a adoptar a TV88/90 para o cálculo das suas responsabilidades, a partir da data de conversão para as NCRF.

As responsabilidades não cobertas pelo Fundo de Pensões, avaliadas em 31 de Dezembro de 2009 em 548.589 Euros, foram reconhecidas em resultados transitados pelo montante de 528.000 Euros em 1 de Dezembro de 2009 e, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, aumentadas em 20.598 Euros.

As responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões, avaliadas em 31 de Dezembro de 2009 em 219.821 Euros, foram reconhecidas em resultados transitados pelo montante de 239.000 Euros em 1 de Dezembro de 2009 e, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, reduzidas em 19.179 Euros.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica “Gastos com o pessoal”:

	2010	2009
Custo dos serviços correntes	39.519,00	40.167,00
Custo de juros	365.226,00	376.662,00
Rendimento esperado do Fundo	(65.364,00)	-
Retorno real dos activos do fundo	-	(80.713,00)
Perdas/(ganhos) actuariais reconhecidos	(508.579,60)	71.198,18
Regularizações por pagamentos e retenções não incluídos no cálculo actuarial	-	(1.160,00)
Total de gastos (Nota 23)	<u>(169.198,60)</u>	<u>406.154,18</u>

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	1.789.742	1.870.233
Justo valor dos activos do fundo	<u>1.565.075</u>	<u>1.682.158</u>
	224.667	188.075
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	5.727.506	6.488.359
	<u>5.952.173</u>	<u>6.676.434</u>
Ganhos/(perdas) actuariais não reconhecidos	-	-
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos	<u>5.952.173</u>	<u>6.676.434</u>

Os movimentos no valor presente da obrigação de benefícios definidos – sem fundo – nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 são descritos conforme se segue:

	2010	2009
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	6.488.359,14	6.575.196,36
Custo de juros	327.690,00	392.129,00
Benefícios pagos	-	(499.564,22)
(Ganhos)/perdas actuariais	(774.129,00)	-
Benefícios previstos	(398.645,00)	-
Alteração da taxa de desconto	84.231,00	-
Alteração da tábua de mortalidade para TV 88/90	-	20.598,00
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	<u>5.727.506,14</u>	<u>6.488.359,14</u>

Os movimentos no justo valor dos activos do plano nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 são descritos conforme se segue:

	2010	2009
Saldo inicial - justo valor dos activos do fundo	1.682.158	1.802.102
Retorno real dos activos do fundo	11.051	80.713
Contribuições para o fundo	126.500	59.250
Benefícios pagos	<u>(254.634)</u>	<u>(259.907)</u>
Saldo final - justo valor dos activos do fundo	<u>1.565.075</u>	<u>1.682.158</u>

A carteira de activos do fundo é gerida pelo BPI Pensões e corresponde a uma carteira de títulos aberta, no montante global de 59.143.206 Euros (54.913.366 Euros em 2009), possuindo a Docapesca uma participação na mesma de 2,65% (3,06% em 2009).

As principais categorias de activos do fundo e a sua taxa de retorno esperada em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

	Justo valor	
	2010	2009
Liquidez	309.612	252.849
Obrigações	908.261	1.003.617
Acções	223.310	252.325
Retorno absoluto	78.676	124.898
Derivados	147	(4.191)
Imobiliário	45.069	52.659
	<u>1.565.075</u>	<u>1.682.158</u>

O retorno real dos activos do fundo ascendeu em 31 de Dezembro de 2010 a 11.051 Euros (80.713 Euros em 2009).

O mínimo de financiamento exigido pelo ISP, calculado de acordo com a Norma n.º 21/96-R., de 5 de Dezembro, encontra-se assegurado, com referência a 31 de Dezembro de 2010.

Nota referente a 2010

Os dados apresentados no relatório actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2010 cumprem o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

Em termos de pressupostos actuariais e financeiros, a Empresa adoptou a IAS 19 e procedeu às seguintes alterações:

- Alteração da taxa de desconto para 4,5% (5,0% em 2009), da taxa de crescimento dos salários para 2,5% (3,0% em 2009) e da taxa de crescimento das pensões para 1,5% (2,0% em 2009).
- Introdução de uma taxa esperada de rendimento do fundo de 4,2% ao ano, para 2010.

A informação relativa à contabilização dos benefícios sociais a cargo da Empresa e do fundo de pensões da Empresa, em conformidade com o disposto na IAS 19, é detalhada conforme se segue:

Período terminado em	Sem fundo 31-12-2010	Com fundo 31-12-2010
A. Alterações nas responsabilidades		
Responsabilidades no início do período	6.488.359	1.870.233
Custo dos serviços correntes	38.731	788
Custo dos juros	288.959	76.267
(Ganhos)/ perdas actuariais	(774.129)	58.559
Benefícios previstos	(398.645)	(251.724)
Alteração da taxa de desconto	84.231	35.619
Responsabilidades no final do período	5.727.506	1.789.742
B. Alterações no Fundo		
Valor do fundo no início do período	-	1.682.158
Rendimento esperado	-	65.364
Ganho/ (perda) de rendimento	-	(54.313)
Contribuições da empresa	-	126.500
Benefícios pagos	-	(254.634)
Valor do fundo no final do ano	-	1.565.075
C. Valores reconhecidos no balanço		
<i>Valores do Balanço</i>		
Responsabilidades	5.727.506	1.789.742
Fundo	-	1.565.075
Valor líquido das responsabilidades	5.727.506	224.667
Período terminado em	Sem fundo 31-12-2010	Com fundo 31-12-2010
D. Custo com pensões		
<i>Valores reconhecidos na demonstração de resultados</i>		
Custo dos serviços correntes	38.731	788
Custo dos juros	288.959	76.267
Rendimento esperado do fundo	-	(65.364)
Amortização dos (ganhos)/ perdas	(659.981)	151.401
Valor total reconhecido nos resultados	(332.291)	163.092
<i>Rendimento efectivo</i>		
Rendimento do fundo	-	11.051
Rendimento de reembolsos	-	-
E. Principais pressupostos		
<i>Na determinação das responsabilidades</i>		
Taxa de desconto	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
<i>Na determinação dos custos</i>		
Taxa de desconto	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%
Taxa de rendimento	-	4,20%
F. Activos do Fundo		
Accções		14,30%
Obrigações Taxa Fixa		36,50%
Obrigações Taxa Variável		21,50%
Imobiliário		2,90%
Retorno Absoluto		5,00%
Liquidez		19,80%
G. Histórico de (ganhos) / perdas		
Diferença entre o rendimento esperado e efectivo		
a. Em valor	-	54.313
b. Em percentagem dos activos	0,00%	3,5%
Diferença entre as responsabilidades esperadas e efectivas		
a. Em valor	(689.898)	94.178
b. Em percentagem das responsabilidades	-12,0%	5,3%
H. Reconciliação balanço		
Activo / (Passivo) no início do período	(6.488.359)	(188.075)
Ganhos / (Perdas) reconhecidos	-	-
Custo com pensões	332.291	(163.092)
Contribuições da empresa	-	126.500
Benefícios pagos directamente pela empresa	428.562	-
Activo/ (passivo) reconhecido no final do período	(5.727.506)	(224.667)

Nota referente ao PEC 2010-2013

O PEC 2010-2013 prevê que os planos existentes que não se configurem como sendo de “contribuição definida” serão fechados à admissão de novos beneficiários. O Plano da Docapesca, não sendo de “contribuição definida”, encontra-se fechado às novas admissões desde 30 de Junho de 2001.

O PEC 2010-2013 prevê que se proceda à sua adaptação (passagem de “benefício definido” para “contribuição definida”), mediante negociação, sem prejuízo do respeito pelos direitos adquiridos. A Docapesca procedeu a uma reformulação do seu plano de “benefícios definidos” em 2003 tendo reduzido consideravelmente o âmbito dos benefícios mediante a introdução do salário líquido de IRS e TSU em substituição do anterior referencial (salário ilíquido).

A constituição de um novo plano de pensões, aberto aos novos colaboradores, não está equacionada.

20.DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Diferimentos activos		
Combustíveis (Nota 3.15)	89.523,73	129.732,69
Seguros diversos	71.061,46	77.060,37
Participação Feira SEAFOOD 2011	18.000,00	-
Manutenção de licenças (Software)	7.307,77	14.265,99
Seguros de acidentes de trabalho	-	2.398,64
Diversos custos diferidos	7.919,41	7.129,83
	<u>193.812,37</u>	<u>230.587,52</u>
Diferimentos passivos		
Débito juros a receber	8.750,26	8.750,26
	<u>8.750,26</u>	<u>8.750,26</u>

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamento especial por conta	160.810,00		108.588,00	-
Estimativa de imposto		28.768,99	-	38.318,53
Retenção na Fonte	1.053,56		1.633,03	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		72.963,46	-	73.718,21
Imposto sobre o valor acrescentado		1.362.774,00	-	1.096.853,26
Contribuições para a Segurança Social		193.946,21	-	202.833,53
Outros Impostos		29,58	-	145,00
	<u>161.863,56</u>	<u>1.658.482,24</u>	<u>110.221,03</u>	<u>1.411.868,53</u>

Pagamento especial por conta: tendo em conta a previsível evolução do lucro tributável nos próximos exercícios, o montante acumulado até 2009 poderá não ser recuperável, pelo que se encontra provisionado (Nota 14). É expectável que o pagamento especial por conta de 2010, no montante de 52.222,00 Euros, possa ser recuperado.

Imposto sobre o valor acrescentado: Inclui o IVA liquidado pelos compradores de pescado em lota que é entregue pela Docapesca ao Estado em substituição dos Armadores (DL 122/88, de 20 de Abril).

22.FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Electricidade (Nota 5.2)	1.381.785,65	1.971.715,06
Limpeza, higiene e conforto	1.012.468,65	1.069.379,44
Conservação e reparação	1.274.955,36	826.776,40
Transporte de pescado (Nota 5.2)	-	654.788,59
Vigilância e segurança	609.795,72	617.885,68
Serviços de mão-de-obra externa	599.250,69	583.737,79
Água (Nota 5.2)	288.754,76	403.058,25
Trabalhos especializados	464.940,35	385.677,66
Serviço Observação NAFO (Nota 5.2)	-	292.067,43
Comunicação	287.289,16	271.163,23
Honorários	278.998,41	268.003,33
Rendas e alugueres	10.897,84	174.859,07
Serviços postos vendagem	223.645,37	160.417,09
Seguros	145.517,46	151.869,92
Outros	443.161,29	399.496,19
	<u>7.021.460,71</u>	<u>8.230.895,13</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa procedeu a alterações contabilísticas com impacto na conta de fornecimentos e serviços externos (ver nota 5.2), como se descreve:

Imputação dos gastos com o consumo de electricidade, água e sal ao custo de produção do gelo fabricado, no montante de 251.854 Euros, 122.176 Euros e 2.280 Euros, respectivamente.

Estima-se que estes custos poderiam representar um montante de 486.000 Euros, se o mesmo critério tivesse sido aplicado em 2009.

Compensação dos gastos e rendimentos relativos ao serviço de contratação de observadores para a pesca na zona NAFO.

Compensação dos gastos e rendimentos relativos ao serviço de transporte de pescado proveniente da arte do cerco.

23.GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	193.912,59	196.212,95
Remunerações do pessoal	8.601.967,17	8.870.936,55
Benefícios pós-emprego		
Benefícios definidos (Nota 19)	(169.198,60)	406.154,18
Indemnizações	396.916,80	439.448,40
Encargos sobre remunerações	1.869.976,90	1.923.258,38
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	82.750,17	88.036,39
Gastos de acção social	164.352,05	186.535,33
Gastos com formação	49.334,53	22.969,32
Outros	30.319,99	33.018,66
	<u>11.220.331,60</u>	<u>12.166.570,16</u>

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa nos anos findos em 31 de Dezembro 2010 e 2009 foi de 474 e 495 trabalhadores, respectivamente.

24.AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Activos fixos tangíveis (Nota 7)	3.309.526,83	3.264.381,37
Activos Intangíveis (Nota 8)	68.169,14	32.415,56
Propriedades de investimento (Nota 11)	9.140,88	9.140,88
	<u>3.386.836,85</u>	<u>3.305.937,81</u>

25.OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Rendimentos suplementares:		
Rendimentos de propriedades de investimento (Nota 11)	9.260,04	9.260,04
Outros rendimentos suplementares (Notas 5 e 22)	1.180.442,41	1.162.608,65
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.311,77	3.584,21
Ganhos em activos fixos tangíveis	27.303,17	60.254,44
Ganhos em inventários	8.920,06	11.970,13
Subsídios do Governo ao investimento (Nota 15)	1.440.860,48	1.819.555,61
Outros	11.447,57	35.200,78
	<u>2.681.545,50</u>	<u>3.102.433,86</u>

O montante registado na rubrica de “Outros rendimentos suplementares” está essencialmente relacionado com rendimentos proveniente da revenda de energia eléctrica, água potável e salgada, cedência de exploração de actividades e serviços de abastecimento de combustíveis.

26. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Impostos	66.227,66	75.966,13
Cedência de exploração	507.089,13	518.876,12
Concessões de portos de pescas	453.684,26	417.155,33
Dívidas incobráveis	146,57	12.264,08
Perdas em activos fixos tangíveis	132.164,16	183.822,04
Perdas em inventários	18.700,50	29.420,15
Outros	45.573,43	69.381,80
	<u>1.223.585,71</u>	<u>1.306.885,65</u>

27. RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 foi determinado conforme se segue:

	2010	2009
Resultados:		
Resultado líquido do período	493.468,52	354.164,80
Número de acções		
Número médio ponderado de acções em circulação	1.705.680	1.705.680
Resultado por acção básico	<u>0,2893</u>	<u>0,2076</u>

28. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Serviços de Finanças 7.º Bairro Lisboa	⇒	591.279,43	(a)
Serviços de Finanças 7.º Bairro Lisboa	⇒	745.300,00	(b)
Serviços de Finanças 7.º Bairro Lisboa	⇒	745.300,00	(b)
Shell	⇒	100.000,00	(c)
Repsol	⇒	100.000,00	(c)
Direcção Geral das Alfândegas	⇒	99.759,58	(d)
Direcção Geral Pescas e Aquicultura	⇒	149.926,11	(e)
Restantes Garantias Prestadas	⇒	62.398,78	
Total		2.593.963,90	

- a) Foi prestada em 27 de Junho de 2002 uma garantia bancária ao Serviço de Finanças do 7.º Bairro Fiscal de Lisboa no valor global de 591.279,43 Euros relativa a uma Liquidação Adicional

de IVA, a qual foi reclamada pela Docapesca. O perdão de juros provocou a redução do montante da provisão criada para 354.273,41 Euros (Nota 17).

- b) Foram prestadas duas Garantias Bancárias ao Serviço de Finanças do 7.º Bairro Fiscal de Lisboa no montante de 745.300,00 Euros cada, totalizando 1.490.600,00 Euros e foram penhorados bens diversos (equipamento frigorífico, ferramentas diversas, instalações diversas, empilhadores diversos e outros equipamentos de Lisboa e Equipamentos da Fábrica de Gelo em Aveiro), no montante de 2.156.652,96 Euros, (Nota 17).

O valor global destas garantias destinou-se a suspender a execução fiscal de uma dívida reclamada pelo Instituto Portuário do Sul, relativa ao pagamento de 1,5% do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado, de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referente aos exercícios de 2000 a 2002.

- c) Duas garantias bancárias de 50.000 Euros, cada uma, destinadas a garantirem o fornecimento de combustível para os postos de abastecimento dos Portos de Pesca de Matosinhos e da Póvoa de Varzim, explorados pela Docapesca, em nome da Shell, e outra garantia bancária de 100.000 Euros, em nome da Repsol para igual destino.
- d) Garantia prestada à Direcção Geral das Alfândegas para caucionar as operações desenvolvidas no entreposto aduaneiro do Entrepasto Frigorífico de Pedrouços.
- e) Duas garantias prestadas à Direcção Geral das Pescas e Aquicultura, destinadas a caucionar o recebimento de subsídios ao abrigo do PIDDAC, antes da comprovação dos investimentos.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

4.
PERFORMANCE
DA
DOCAPESCA

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O exercício de 2010 representa um ponto de ruptura marcado pela passagem do referencial contabilístico do Plano Oficial de Contabilidade (POC) para o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) com a consequente reexpressão dos montantes registados nas demonstrações financeiras da Empresa referentes a 2009. Para este efeito, a Docapesca registou uma alteração significativa, consubstanciada na reclassificação, de proveitos diferidos para capitais próprios, dos subsídios ao investimento não reembolsáveis, sendo-lhes deduzido o respectivo passivo por imposto diferido. O impacto desta alteração no referencial contabilístico originou um aumento líquido de 8,59 milhões de Euros nos capitais próprios, à data de 31 de Dezembro de 2009.

Igualmente durante o exercício de 2010, a Empresa reconheceu como erro contabilístico a decisão de não ter procedido, durante o exercício de 2003, à amortização extraordinária do valor contabilístico da parte restante dos activos localizados no Porto de Pesca de Pedrouços, na sequência da Resolução de Conselho de Ministros n.º 162/2003, de 20 de Outubro. Em resultado desta decisão foi registada uma correcção retrospectiva que reescreveu as demonstrações financeiras de 2009 e agravou os capitais próprios em 2,14 milhões de Euros, à data de 31 de Dezembro de 2009.

Após estas alterações, meramente contabilísticas, o valor dos capitais próprios da Docapesca permaneceu negativo, embora tenha melhorado de (menos) 11,073 para (menos) 4,59 milhões de Euros.

Da alteração do referencial contabilístico decorre um segundo efeito, de carácter prospectivo, consubstanciado pelo impacto nulo sobre o valor do capital próprio decorrente do registo dos rendimentos correspondentes à utilização anual da parte proporcional dos subsídios ao investimento não reembolsáveis, na medida em que concorrem positivamente para a formação do resultado líquido do exercício e se deduzem à correspondente rubrica registada no capital próprio. Assim, para que o lucro anual represente uma melhoria dos capitais próprios da Empresa é necessário que o seu montante exceda o valor dos subsídios utilizados, corrigido do passivo por impostos diferidos.

No exercício de 2010, o lucro apurado de 493 mil Euros mostra-se insuficiente para melhorar os capitais próprios, que se reduziram pela utilização de 1,44 milhões de Euros de subsídios ao investimento não reembolsáveis, parcialmente compensada pela correcção do passivo por impostos diferidos em 382 mil Euros.

Por último, concorreu também para a variação dos capitais próprios, em 2010, o registo destes dois anos consecutivos com lucros fiscais, que abriu novas perspectivas à Empresa e justificou a decisão tomada no sentido do registo dos activos por impostos diferidos, correspondentes aos prejuízos fiscais ainda recuperáveis, no montante de 592 mil Euros reportado a 1 de Janeiro de 2010.

Pelo exposto, o balanço da Docapesca apresenta, em 31 de Dezembro de 2010, capitais próprios negativos pelo montante de 5,16 milhões de Euros (4,59 milhões de Euros em 2009), pelo que se mantém a necessidade do seu reforço, sucessivamente reclamado, sem resultado, em exercícios anteriores.

Todavia, a actividade corrente da Empresa demonstrou que se encontram positivamente reflectidas nos resultados as acções tomadas no âmbito da reestruturação dos serviços e da contenção dos custos operacionais, registando lucro pelo segundo ano consecutivo.

Em termos económicos, a Docapesca apresenta uma estrutura funcional de apoio à recepção e venda em lota do pescado descarregado nos portos de pesca do continente, que se caracteriza pela exploração e manutenção de infra-estruturas, implantadas em terrenos do domínio público, cujos custos de funcionamento são essencialmente fixos e indispensáveis para garantir o apoio às actividades da pesca.

Para compensar estes custos fixos e indispensáveis, ainda que objecto de esforço continuado na sua contenção, a Docapesca cobra taxas pelos serviços prestados, fixadas pelo Governo, em percentual sobre o valor do produto bruto do pescado vendido em lota. A rigidez deste modelo económico de exploração das lotas coloca em evidência o valor do pescado transaccionado em lota como factor decisivo para a formação dos resultados de exploração.

Todavia, o valor do pescado transaccionado em lota é dependente de factores exógenos à Empresa, relacionados com condicionantes biológicas, climatéricas e comportamentais por parte da frota de pesca. Dentro da sua esfera de acção, a Empresa procura fomentar o incremento das quantidades de pescado descarregadas para venda, atendendo aos limites de capturas em vigor, e criar as melhores condições para a sua valorização através de uma forte concorrência por parte dos compradores em lota.

Em 2010, a Docapesca contribuiu decisivamente para o projecto de reforço da acção dos compradores sobre o leilão de pescado nas principais lotas, mediante o investimento em novas tecnologias para aquisição de pescado à distância (vendas online).

No exercício de 2010, a actividade das embarcações de pesca caracterizou-se pela realização de descargas para venda em lota superiores às registadas em média do período de 2004 a 2009 e superiores às realizadas neste último ano. Decorrendo deste facto, a comparação do ano em análise com o ano transacto revela um acréscimo de 9,6% (11,1 mil toneladas) nas quantidades apresentadas para venda em lota que, parcialmente compensada pela redução do seu preço médio em 4,7%, se traduziu num aumento do valor do pescado transaccionado em 7,9 milhões de Euros (4,4%). Por artes, registou-se um aumento nos preços médios do Arrasto (5,3%), mas compensado por igual decréscimo nas quantidades, e uma diminuição significativa no preço médio do Cerco

(menos 12,0%), mas compensado por igual incremento das quantidades. A terceira arte de pesca – Polivalente –, foi a responsável pelo acréscimo verificado no total dado que tanto aumentou a quantidade descarregada (4,9%) como registou um incremento no preço médio (2,7%).

Os rendimentos por serviços prestados, obtidos pela aplicação das taxas cobradas na primeira venda de pescado em lota e directamente relacionados com o valor de pescado transaccionado, registaram o consequente aumento que, expurgado das alterações contabilísticas, ascendeu a 574 mil Euros.

As condições descritas foram determinantes para o apuramento do resultado líquido positivo, merecendo também referência o acréscimo dos proveitos na venda de gelo, cuja maior utilização pelos produtores e comerciantes representa uma melhoria significativa na conservação do pescado fresco e contribui para a sua valorização.

Contudo, o resultado líquido de 2010 não reflecte na sua plenitude estes acréscimos de rendimentos devido ao reconhecimento da imparidade dos activos financeiros relacionados com a actividade remanescente devolvida até ao termo do exercício de 2010 no antigo Porto de Pesca de Pedrouços e que cessou, em definitivo, no final deste ano.

Realça-se também a redução da actividade da Empresa na exploração de entrepostos frigoríficos onde, a par com a cedência onerosa a terceiros da exploração de Entrepasto Frigorífico de Matosinhos, se suspendeu temporariamente o serviço no Entrepasto Frigorífico de Peniche para proceder à sua manutenção e se encerrou definitivamente o Entrepasto Frigorífico de Pedrouços.

A saída da Docapesca das suas instalações históricas no Porto de Pedrouços, prevista para o início do ano de 2011, embora apresente uma carga emocional relevante, não representa uma ameaça para a continuidade das suas operações que se estimam regulares, dentro das condicionantes próprias do sector das pescas e geradoras de rendimentos futuros capazes de proporcionar os lucros necessários para a recuperação, a médio prazo, dos seus capitais próprios.

O empenho da gestão da Empresa no sentido do cumprimento rigoroso das medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento reforça, pela contenção dos gastos futuros, a estimativa positiva já referida.

No plano financeiro, a empresa melhorou o encaixe gerado pelos seus fluxos de caixa decorrentes das actividades operacionais, onde obteve 4,12 milhões de Euros (2,13 milhões de Euros, em 2009), sobretudo pelo efeito induzido pelas medidas de racionalização e reestruturação da Empresa, implementadas nos anos anteriores, e que agora se reflectem em menores pagamentos ao pessoal.

Esta fonte interna de financiamento que, contrariamente ao verificado em 2009, não foi acompanhada por entrada significativa de dinheiro proveniente dos fundos comunitários destinados a subsidiar os

investimentos, foi suficiente para assegurar a necessária cobertura financeira dos 2,3 milhões de Euros pagos pela aquisição de activos fixos tangíveis e superar o cumprimento do limite imposto ao crescimento do passivo remunerado para 2010.

Durante o exercício findo em 2010 não foi possível concretizar o objectivo de definir períodos de concessão para todos os bens da Empresa implantados em terrenos do domínio público, nem estabelecer contratualmente as condições da sua exploração, o que constitui um factor de incerteza relevante ao nível da correcta avaliação da Empresa e do seu desempenho futuro.

Mil Euros					
Indicadores Relevantes	2006	2007	2008	2009	2010
1 Pescado Transaccionado em Lota					
Quantidades (Ton.)	109.967	124.998	137.525	116.426	127.564
Valor (Milhares de Euros)	167.143	188.418	205.553	179.228	187.092
2 Produtividade					
Efectivos em 31/12	582	561	509	482	474
Custos com o Pessoal	13.175,1	12.845,2	14.645,5	12.186,0	11.440,0
Valor Acrescentado Bruto	13.291,3	15.122,6	17.090,3	15.581,4	14.982,7
V.A.B. / Custos com o Pessoal	1,01	1,18	1,17	1,28	1,31
3 Resultados Líquidos	(2.771,1)	(928,6)	(1.380,8)	354,2	493,5
4 Cash-Flow	1.351,4	3.480,6	3.221,8	4.393,5	4.555,4
5 Investimentos	2.490,9	4.262,2	5.093,1	1.721,1	2.121,8
6 Activo Corrente	15.248,2	15.327,0	11.934,6	9.028,7	9.282,1
7 Activo Não Corrente	26.423,1	26.782,8	27.980,7	23.032,3	21.426,60
8 Passivo Corrente	17.891,1	19.445,0	21.625,3	15.229,4	15.578,9
9 Passivo Não Corrente	8.639,8	8.601,3	15.374,5	21.421,7	20.285,4
10 Capital Próprio (a)	15.140,4	14.063,5	2.915,5	(4.590,0)	(5.155,6)
11 Fundo de Maneio	(2.693,9)	(4.153,9)	(9.701,8)	(6.200,6)	(6.296,8)
12 Liquidez Geral	0,85	0,79	0,55	0,59	0,60
13 Cobertura do Imobilizado	0,57	0,52	0,11	(0,20)	(0,24)
14 Solvabilidade Total	0,84	0,72	0,13	(0,17)	(0,20)

(a) - Inclui Proveitos Diferidos (Subsídios para Investimentos) e Passivo por Impostos Diferidos até 2008

RECURSOS HUMANOS

EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS

No quadro da política de optimização dos recursos humanos que tem vindo a ser implementada foi possível reduzir os efectivos, durante o ano em análise, em treze Trabalhadores, passando o efectivo total da empresa de quatrocentos e oitenta e sete (487) trabalhadores em 31/12/2009, para quatrocentos e setenta e quatro (474) trabalhadores em 31/12/2010.

O saldo acumulado encontra-se distribuído da seguinte forma:

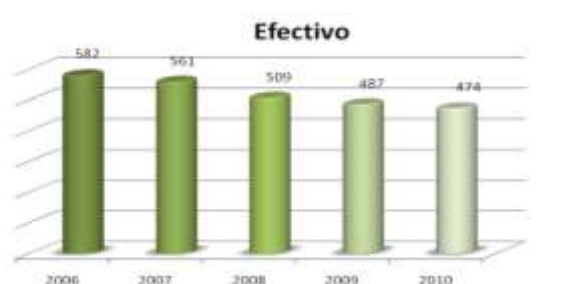
Quadro de Pessoal	Anos		Variação	
	2009	2010	Núm.	%
N.º Trabalhadores em 31/Dezembro	487	474	-13	-3%
ENTRADAS				
Readmissões	0	0	0	--
Admissões (Com Termo)	7	11	4	57%
Admissões (Efectivos)	11	9	-2	-18%
Requisitados	0	0	0	
Total Entradas	18	20	2	0%
SAÍDAS				
Rescisões Mútuo Acordo	14	12	-2	-14%
Reformas Velhice	15	7	-8	-53%
Reformas Invalidez	1	1	0	0%
Rescisões por Iniciativa Própria	2	1	-1	-50%
Despedimentos Justa Causa	1	1	0	0%
Falecimentos	2	1	-1	-50%
Rescisões Contratos a Termo	5	10	5	100%
Requisitados	0	0	0	
Total Saídas	40	33	-7	-18%

Deu-se, ainda assim, apesar da redução de cerca de 3% do total de saídas de 2010, comparativamente a 2009, continuidade à política de redução/racionalização do quadro de pessoal, sendo o decréscimo verificado, consequência da promoção de saídas naturais (oito reformas) e doze rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo.

Em 31 de Dezembro de 2010, o número de trabalhadores efectivos e contratados a termo totalizava quatrocentos e setenta e quatro (474), dos quais três (3) são contratados a termo e quatrocentos e setenta e um (471) são efectivos, com a seguinte distribuição distribuídos por Unidade Orgânica:

SECTORES E DELEGAÇÕES		31/Dez/10	
		N.º Trabalhadores Efectivos	N.º Trabalhadores Contratados a Termo
SEDE	Secretariado do Conselho de Administração	1	0
	Departamento de Estatística	3	0
	Direcção de Apoio Jurídico e Recursos Humanos	6	0
	Direcção Comercial & Marketing	5	2
	Direcção Comercial/Lisboa	10	0
	Direcção de Exploração	11	0
	Direcção de Informática	9	0
	Direcção Financeira	9	0
	Direcção Infra-estruturas e Manutenção	10	0
TOTAL SEDE		64	2
NORTE	Viana do Castelo	10	0
	Póvoa de Varzim	13	0
MATOSINHOS	Matosinhos	70	0
CENTRO-NORTE	Aveiro	31	0
	Figueira da Foz	32	0
CENTRO	Nazaré	14	0
	Peniche	32	0
	Cascais	8	0
CENTRO-SUL	Sesimbra	35	0
	Setúbal	20	0
SINES	Sines	15	0
	Sagres	9	0
	Lagos	11	0
SUL	Portimão	35	1
	Quarteira	14	0
	Olhão	33	0
	Tavira	12	0
	Vila Real de Santo António	11	0
TOTAL DELEGAÇÕES		405	1
SUB.TOTAL		469	3
Requisitados à Docapesca		1	
Requisitados pela Docapesca		0	
Pré-Reforma (Sede)		0	
Pré-Reforma (Delegações)		0	
Licenças sem Vencimento		1	
TOTAL		471	3

EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS – 2006/ 2010



Conforme referido, o número de Trabalhadores no final de 2010 reduziu-se em cerca de 3%, quando comparado com o ano anterior, e em cerca de 19%, se a comparação for com o ano de 2006.

É importante destacar que, para além da gestão rigorosa ao nível da contenção em novas admissões a que temos assistido nos últimos anos, e que tem permitido a redução (em número) mencionada, muitas das novas contratações foram realizadas a curto prazo, para colmatar ausências de Trabalhadores por motivos de férias e baixas médicas.

VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Na procura contínua de potenciar a eficácia da Empresa e, consequentemente, dos seus Recursos Humanos, a Formação, quer para o desempenho de cargos, quer para o desenvolvimento pessoal, é o meio ideal para minimizar a diferença entre um estágio actual e um estágio desejado. Assim, todo e qualquer processo de Desenvolvimento e Crescimento Organizacional está directamente associado à optimização do potencial individual e colectivo disponível nas organizações, no qual a Formação, quando bem gerida, se torna um elemento dinamizador.

Neste âmbito, deu-se seguimento à política de valorização dos Recursos Humanos, através de acções de formação participadas pelos Trabalhadores pertencentes ao seu quadro de pessoal, sendo um dos objectivos da Empresa continuar a manter o maior e melhor empenhamento na valorização socioprofissional dos seus Colaboradores. Nesta sequência foram realizadas, ao longo do ano de 2010, um conjunto de acções de formação que totalizaram 685 participações com um total de 9.852 horas de formação, representando o dobro, seja em número de participações, seja em horas de formação, comparativamente ao ano anterior.

Nesta conformidade, a actividade crescente que tem sido desenvolvida, quer na formação direccionada para Trabalhadores da área Administrativa, quer para Trabalhadores da área de Exploração, é a expressão do reconhecimento pela Empresa do papel fundamental que a formação pode ocupar como forma valorizadora dos Recursos Humanos e do desenvolvimento da organização.

No cômputo das acções de formação, realizadas no ano em análise, alcançaram-se cerca de 104% dos objectivos anuais propostos. Ministraram-se 81 acções de formação, das quais cerca de 44% no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho e Segurança Alimentar. O número de Trabalhadores que frequentaram acções de formação totalizou os 293, dos quais 129 obtiveram mais de 35 horas de formação, dando assim cumprimento ao determinado na legislação em vigor (10% dos Trabalhadores), correspondendo a cerca de 27% do quadro de pessoal efectivo.

O custo efectivo das acções realizadas, em 2010, ascendeu a 54.989,61 Euros, acrescido de despesas decorrentes das referidas acções como alojamento, alimentação e deslocações dos respectivos formandos.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS



No que concerne às habilitações académicas, de acordo com os dados mencionados no gráfico supra, podemos constatar que, em termos globais, quando comparados com os dados referentes ao ano anterior, as qualificações dos Trabalhadores que compõem o efectivo da Empresa sofreram alterações pouco significativas.

No entanto, face à redução significativa a que assistimos ao nível do número total de Trabalhadores, as suas habilitações, em termos percentuais, apresentam agora uma ligeira melhoria, quando comparado com o ano anterior. Com efeito, verifica-se que o número de Trabalhadores que possuem, no presente, habilitações iguais ou inferiores ao 1.º Ciclo diminuiu cerca de 6%, comparativamente a 2009, representando agora cerca de 38% do efectivo global.

De igual modo, o número de Funcionários com o Ensino Secundário ou Superior representavam, no final de 2010, cerca de 23,42% do total de Efectivos, contra os 20% do ano transacto, mantendo-se os outros dois níveis, 2.º e 3.º Ciclos, praticamente inalterados.

É ainda estratégia da empresa permitir em horário laboral, dentro ou fora das suas instalações, a frequência em acções de formação “Novas Oportunidades – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)”, de forma a promover e aumentar o nível de habilitações literárias a todos os Trabalhadores que manifestem esse interesse. Destas acções resultaram, para dez trabalhadores, a aquisição de novas habilitações durante o ano de 2010.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS COM O PESSOAL (TOTAL DA EMPRESA)

ANOS	2009	2010	VARIAÇÃO (2010 / 2009)	
Grupos de Contas / e Rubricas	Total Real	Total Real	Valor	%
Remunerações dos Órgãos Sociais	196.212,95	193.912,59	-2.300,36	-1,17%
Remunerações do Pessoal	8.870.936,55	8.601.967,17	-268.969,38	-3,03%
Total de Remunerações	9.067.149,50	8.795.879,76	-271.269,74	-2,99%
Pensões e Prémios para Pensões	406.154,18	-169.198,60	-575.352,78	-141,66%
Encargos sobre Remunerações	1.923.258,38	1.869.976,90	-53.281,48	-2,77%
Seguro de Acidentes de Trabalho	72.544,11	71.369,34	-1.174,77	-1,62%
Seguro de Acidentes Pessoais	15.492,28	11.380,83	-4.111,45	-26,54%
Total de Encargos Obrigatórios	2.417.448,95	1.783.528,47	-633.920,48	-26,22%
Complemento Subsídio / Doença	29.171,34	18.672,79	-10.498,55	-35,99%
Assistência Médica e Medicamentosa	44.325,38	34.852,12	-9.473,26	-21,37%
Complemento Sinistros	55,61	29,28	-26,33	-47,35%
Actividades Desportivas e Culturais	20.775,10	16.081,02	-4.694,08	-22,59%
Seguro de Saúde	92.207,90	94.716,84	2.508,94	2,72%
Total – Custos Acção Social	186.535,33	164.352,05	-22.183,28	-11,89%
Fardamentos e Equipamentos	29.686,42	23.448,78	-6.237,64	-21,01%
Refeições em Serviço	3.332,24	6.871,21	3.538,97	106,20%
Indemnizações	439.448,40	396.916,80	-42.531,60	-9,68%
Formação Profissional	22.969,32	49.334,53	26.365,21	114,78%
Total – Outros Custos com Pessoal	495.436,38	476.571,32	-18.865,06	-3,81%
Total	12.166.570,16	11.220.331,60	-946.238,56	-7,78%

Neste quadro, podemos observar que os custos com o Pessoal em 2010 decresceram cerca de 6%, registando menos cerca de setecentos e vinte e três mil Euros. O desvio registado deve-se, em particular, à rubrica “Pensões e Prémios para Pensões” que diminuiu cerca de 87%, menos cerca de trezentos e cinquenta e quatro mil Euros.

As remunerações do Pessoal contribuíram igualmente para esse decréscimo, registando menos cerca de 3% face ao ano anterior, o que representa menos cerca de duzentos e sessenta e nove mil Euros e, consequentemente, os encargos registaram também uma diminuição de cerca de quatrocentos e doze mil Euros, que corresponde a menos 17% face ao ano anterior.

Relativamente aos Outros Custos com o Pessoal, verifica-se uma redução de cerca de 4%, originada essencialmente pela Rubrica “Indemnizações” que foi a grande responsável pelo desvio favorável registado. Convém no entanto realçar que se registou um aumento de cerca de 114% na rubrica “Formação Profissional”, devido ao facto de se terem realizado no ano em análise mais do dobro das acções de formação, comparativamente ao ano transacto.

Globalmente os custos com o Pessoal tendem a diminuir, devido essencialmente à saída gradual de Trabalhadores.

OUTROS INDICADORES LABORAIS

O ano de 2010 foi mais um ano em que se conseguiu manter um clima de estabilidade no âmbito das relações laborais, estabilidade essencial para se poder dar continuidade ao crescimento e à consolidação económico-financeira da Empresa.

Procedeu-se ao início da revisão do Acordo de Empresa dentro dos parâmetros considerados normais e definidos pelo Conselho de Administração, para o período da sua vigência. Todavia, durante a realização das mesmas e por instruções do Accionista, a empresa viu-se impedida de dar continuidade ao processo negocial, tendo, em consequência, as organizações sindicais suspenso a negociação, a qual não mais foi retomada no ano de 2010.

A taxa de absentismo desceu 19% face ao ano anterior, fruto da redução do número de baixas prolongadas, situando-se no ano em análise nos 4,44%.

No âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho verifica-se que a taxa de sinistralidade e os índices de frequência e gravidade manifestaram-se dentro de níveis aceitáveis (tal como no ano anterior), tendo-se dado continuidade à realização de um conjunto de acções de formação que visam, por um lado, sensibilizar os Trabalhadores para os perigos a que estão sujeitos nos seus locais de trabalho e, por outro, incentivá-los para a adopção de novas atitudes e comportamentos como forma de os eliminar ou minimizar.

ESTATÍSTICA

Q1 – PESCADO TRANSACCIONADO NO CONJUNTO DAS LOTAS DO CONTINENTE

ANO 2010				ANO 2010			
DELEGAÇÕES E POSTOS	Kg	Euros	€/Kg	DELEGAÇÕES E POSTOS	Kg	Euros	€/Kg
NORTE	4.130.316	7.982.593	1,93	CENTRO SUL	18.120.343	31.465.187	1,74
Viana do Castelo	1.839.829	3.201.779	1,74	Sesimbra	12.926.524	20.157.436	1,56
Caminha	56.888	405.132	7,12	Costa da Caparica	638.202	2.783.809	4,36
Esposende	69.844	217.102	3,11	Trafaria	403.382	1.770.416	4,39
V. Praia de Âncora	226.076	466.430	2,06	Fonte da Telha	220.830	620.953	2,81
Castelo de Neiva	148.846	463.368	3,11	Barreiro	2.113	13.333	6,31
Apúlia/Fão	21.478	72.718	3,39	Montijo	15.396	39.150	2,54
Póvoa de Varzim	1.630.335	2.744.539	1,68	Alcochete	23.095	75.141	3,25
Vila Chã	13.059	86.714	6,64	Setúbal	3.798.786	5.632.563	1,48
Vila do Conde	123.962	324.811	2,62	Carrasqueira	92.016	372.387	4,05
				Gâmbia	0	0	0,00
MATOSINHOS	30.192.368	26.593.876	0,88	SINES	9.466.206	8.983.805	0,95
Matosinhos	30.040.983	26.172.014	0,87	Sines	9.320.822	8.347.772	0,90
Angeiras	70.484	255.020	3,62	V. N. Milfontes	77.160	285.878	3,70
Afurada	4.536	38.390	8,46	Azenha do Mar	39.989	163.238	4,08
Aguda	11.354	72.854	6,42	Zambujeira	28.108	185.551	6,60
Espinho	53.379	46.719	0,88	Almograve	127	1.367	10,76
Valbom	11.633	8.880	0,76				
				SUL	23.066.414	46.726.964	2,03
				Lagos	1.308.324	2.704.457	2,07
CENTRO NORTE	25.663.714	28.691.817	1,12	Sagres	777.833	4.035.210	5,19
Aveiro	7.365.502	11.915.771	1,62	Arrifana	0	0	0,00
Vagueira	97.651	160.905	1,65	Portimão	6.331.310	7.260.355	1,15
Torreira	1.970.761	2.006.312	1,02	Albufeira	103.858	377.706	3,64
Mira	662.536	853.969	1,29	Armação de Pêra	18.180	127.828	7,03
Figueira da Foz	15.567.264	13.754.861	0,88	Benagil	23	460	20,00
				Olhos de Água	65	260	4,00
				Olhão	10.563.499	8.582.051	0,81
CENTRO	16.924.239	36.647.978	2,17	Fuzeta	126.688	356.608	2,81
Nazaré	3.200.515	7.578.245	2,37	Quarteira	1.508.244	4.589.783	3,04
Peniche	13.261.614	26.832.389	2,02	Faro	15.974	56.438	3,53
Foz do Arelho	44.661	147.924	3,31	Tavira	303.033	1.349.169	4,45
Cascais	316.938	1.572.506	4,96	Santa Luzia	550.712	2.220.594	4,03
Ericeira	84.301	439.106	5,21	V. R. Santo António	1.458.671	15.066.047	10,33
Vila Franca Xira	16.211	77.808	4,80				
				ANO 2010	127.563.600	187.092.219	1,47

O quadro Q2 ilustra a distribuição do pescado transaccionado por Delegações nos anos de 2009 e 2010, bem como as respectivas evoluções percentuais em volume, valor e preços médios, por Delegação e Totais/ano.

Q2 – DISTRIBUIÇÃO DO PESCADO POR DELEGAÇÕES – ANOS: 2009 E 2010

Delegações	ANO 2009			ANO 2010			Evolução 2010/2009		
	Kg	€	€/Kg	Kg	€	€/Kg	Volume	Valor	Preço Médio
Norte	4.021.131	6.817.765	1,70	4.130.316	7.982.593	1,93	2,7%	17,1%	14,0%
Matosinhos	24.579.675	21.655.655	0,88	30.192.368	26.593.876	0,88	22,8%	22,8%	0,0%
Centro Norte	20.324.991	21.323.278	1,05	25.663.714	28.691.817	1,12	26,3%	34,6%	6,6%
Centro	17.551.458	36.303.639	2,07	16.924.239	36.647.978	2,17	-3,6%	0,9%	4,7%
Centro Sul	17.105.325	32.462.493	1,90	18.120.343	31.465.187	1,74	5,9%	-3,1%	-8,5%
Sines	9.444.836	8.732.302	0,92	9.466.206	8.983.805	0,95	0,2%	2,9%	2,6%
Sul	23.399.214	51.933.752	2,22	23.066.414	46.726.964	2,03	-1,4%	-10,0%	-8,7%
TOTAL	116.426.629	179.228.884	1,54	127.563.600	187.092.219	1,47	9,6%	4,4%	-4,7%

No ano de 2010, no conjunto das Lotas do Continente, foram transaccionadas 127.564t de pescado (mais 11.137t do que em 2009) e o preço médio foi de 1,47€/kg, inferior em 0,07€/kg ao ano de 2009. No que respeita ao valor total das vendas, em 2010, registaram-se 187.092 mil Euros (mais 7.863 mil Euros, relativamente a 2009).

Os acréscimos apurados em 2010, face ao ano transacto, foram muito significativos na quantidade total (9,6%) e no valor total das vendas (4,4%).

Pode constatar-se, pela observação do quadro Q2, que as Delegações de Matosinhos e Centro Norte (Aveiro e Figueira da Foz) registaram acréscimos muito elevados, quer em volume (respectivamente 22,8% e 26,3%), quer em valor (respectivamente 22,8% e 34,6%).

Em volume, apenas duas Delegações registaram decréscimos, a Delegação Centro (Peniche, Nazaré e Cascais) com menos 627t, relativamente a 2009, e a Delegação Sul (conjunto das lotas algarvias) com menos 333t.

No ano de 2010, face ao ano anterior, foi na Delegação Sul que se registou a maior quebra: -10% no valor das vendas (menos 5.207 mil Euros). Nesta Delegação, o preço médio baixou de 2,22€/kg para 2,03€/kg.

Também na Delegação Centro Sul (Sesimbra e Setúbal) o preço médio diminuiu significativamente, passando de 1,90€/kg, em 2009, para 1,74€/kg, em 2010.

Destaque para a Delegação Norte (Viana do Castelo e Póvoa de Varzim) com maior quantidade de pescado – um acréscimo de 2,7% –, com o preço médio a subir 14%. O efeito combinado das evoluções destas duas variáveis foi um acréscimo de 17% no valor das vendas de pescado, evolução favorável para esta Delegação.

Seguem-se as ilustrações gráficas da distribuição das quantidades e dos valores do pescado transaccionado por Delegações nos anos de 2009 e 2010.

Gráfico 1 – Distribuição do Volume do Pescado (ton.) por Delegação

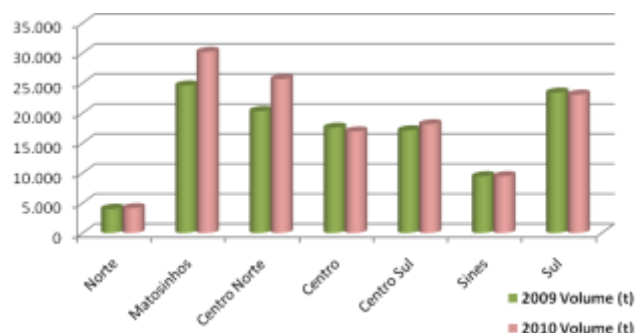
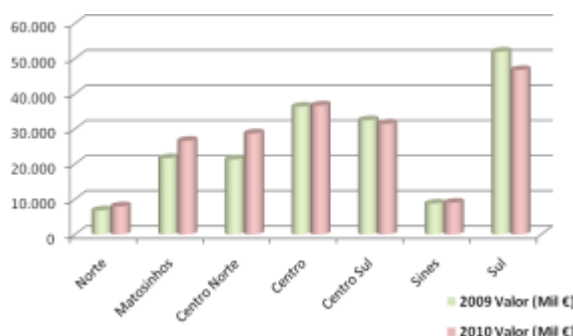


Gráfico 2 – Distribuição do Valor do Pescado (mil €) por Delegação



Com o objectivo de dar uma visão mais alargada, num horizonte temporal de cinco anos, apresenta-se de seguida o quadro Q3 com os movimentos globais anuais registados no período compreendido entre 2006 e 2010.

Q3 – TOTAIS VOLUME E VALOR – ÚLTIMOS 5 ANOS: 2006 A 2010

	Kg	Euros	Preço Médio	Evolução Kg	Evolução Euros	Evolução Preço Médio	
2006	109.967.021	167.142.662	1,52	...	...	...	
2007	124.998.232	188.418.497	1,51	13,7%	12,7%	-0,8%	2007/06
2008	137.524.990	205.553.457	1,49	10,0%	9,1%	-0,8%	2008/07
2009	116.426.629	179.228.884	1,54	-15,3%	-12,8%	3,0%	2009/08
2010	127.563.600	187.092.219	1,47	9,6%	4,4%	-4,7%	2010/09
				16,0%	11,9%	-3,5%	2010/06

Em termos comparativos, no ano de 2010 foram transaccionadas mais 11.137t do que no ano de 2009, menos 9.961t do que em 2008 e mais 2.565t e 17.596t, relativamente a 2007 e 2006, respectivamente.

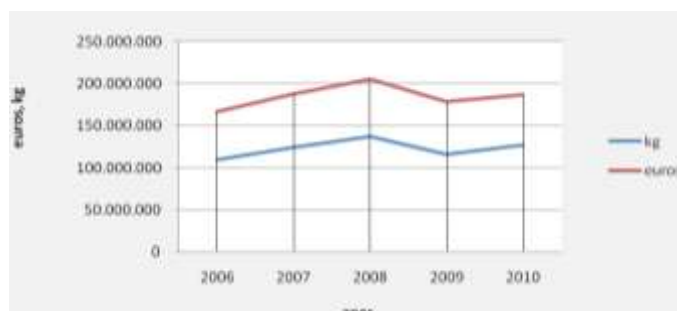
Em 2010 o preço médio foi de 1,47 €/kg, o preço médio mais baixo registado nos últimos 5 anos.

Observe-se e recorde-se que, em 2009, o preço médio registou uma melhoria face aos anos anteriores, mas em 2010 verifica-se um decréscimo superior ao acréscimo anteriormente verificado.

No que respeita ao valor total das vendas, registaram-se, em 2010: mais 7.863 mil Euros do que em 2009; menos 18.461 mil Euros do que em 2008; inferior em 1.326 mil Euros relativamente a 2007; mas superior em 19.950 mil Euros para o ano de 2006.

Segue-se a ilustração gráfica da distribuição das quantidades (kg) e valores (Euros) do pescado transaccionado no período compreendido entre 2006 e 2010, no conjunto das Lotas do Continente.

Gráfico 3 – TOTAIS DO PESCADO – Evolução dos últimos 5 anos

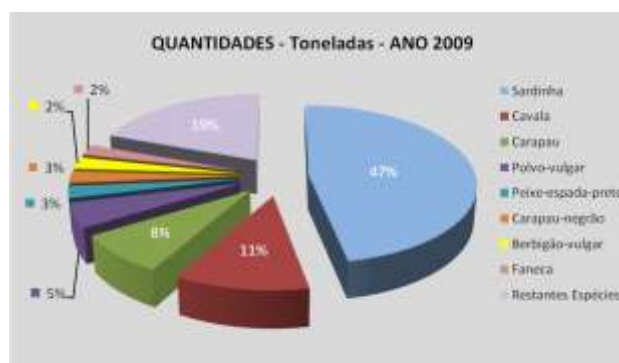


Os gráficos seguintes ilustram o peso percentual que as oito espécies mais vendidas (em quantidade) representaram nos totais nacionais, em 2010 e em 2009.

Gráfico 4 – QUANTIDADES – Peso Percentual das 8 Espécies mais Vendidas em 2010



Gráfico 5 – QUANTIDADES – Peso Percentual das 8 Espécies mais Vendidas em 2009



A espécie sempre predominante, a sardinha, representou em 2010, no total transaccionado, um peso de 45% (49% em 2009). O total de todas as espécies transaccionadas em 2010 foi também superior ao registado em 2009, tendo-se verificado que outras espécies, também com peso considerável no

total (cavala, carapau e polvo-vulgar) viram os respectivos volumes aumentarem significativamente em 2010 face a 2009.

Observando os gráficos 4 e 5, constata-se que as cinco primeiras espécies mais transaccionadas foram as mesmas, quer em 2010, quer em 2009: a sardinha a cavala, o carapau, o polvo-vulgar e o peixe-espada-preto.

Os próximos gráficos (6 e 7) mostram a contribuição, em peso percentual, das oito espécies com maior valor de vendas realizado em 2010 e 2009: em primeiro lugar a sardinha com 36.500 mil Euros (em 2010) e 38.230 mil Euros (em 2009); depois o polvo-vulgar com 28.610 mil Euros (em 2010) e 20.647 mil Euros (em 2009); em terceiro lugar o carapau, com valores muito próximos nos dois anos, 14.223 Euros (em 2010) e 14.429 mil Euros (em 2009).

Gráfico 6 – VALORES – Peso Percentual das 8 Espécies mais Vendidas em 2010

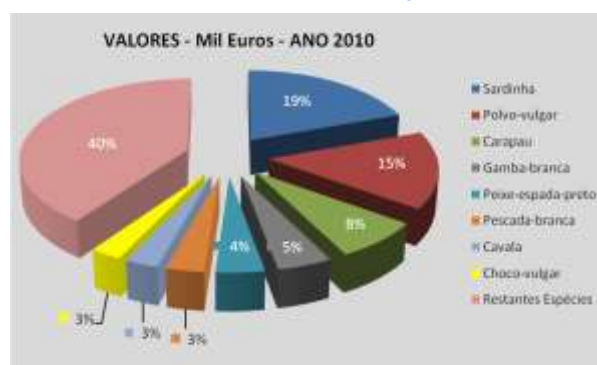
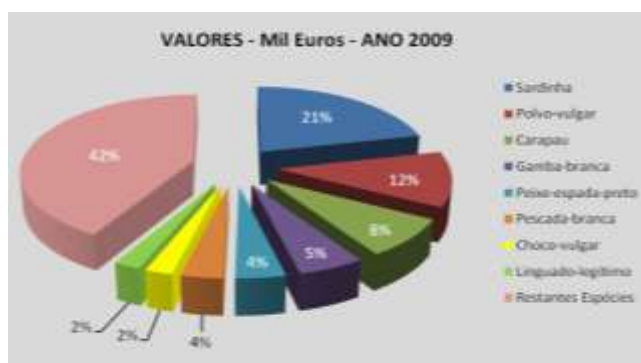


Gráfico 7 – VALORES – Peso Percentual das 8 Espécies mais Vendidas em 2009

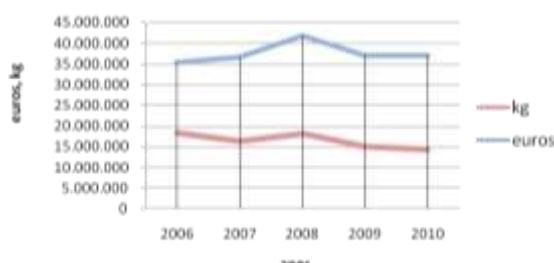


No *ranking* segue a gamba-branca, com 8.718 mil Euros (em 2010) e 9.659 mil Euros (em 2009). Em quinto lugar, o peixe-espada-preto (também com valores muito próximos nos dois anos) e o mesmo se verificou com a pescada-branca. No ano de 2010, em sétimo lugar está a cavala (5.255 mil Euros), mas, em 2009, a mesma posição foi ocupada pelo choco-vulgar (4.028 mil Euros). Em 2010, a posicionar-se em oitavo lugar, ficou o choco-vulgar (4.983 mil Euros) e, em 2009, foi o linguado-legítimo (3.908 mil Euros). O conjunto das “Restantes Espécies” representou 40% do valor total em 2010 (75.082 mil Euros) e, em 2009, o peso percentual no total das vendas foi de 42% (74.937 mil Euros).

QUANTIDADES E VALORES TOTAIS DISTRIBUÍDOS POR ARTES DE PESCA

Os três gráficos a seguir apresentados (8, 9 e 10) ilustram a evolução de cada arte de pesca – Arrasto, Polivalente e Cerco –, no período compreendido entre 2006 e 2010.

Gráfico 8 – ARRASTO – Evolução dos últimos 5 anos



Em 2010, o pescado classificado na **arte do Arrasto** registou uma quebra em volume de 5,0% (menos 749t, do que em 2009), menos 3.819t, relativamente a 2008, menos 1.931t do que em 2007 e menos 3.946t, do que em 2006.

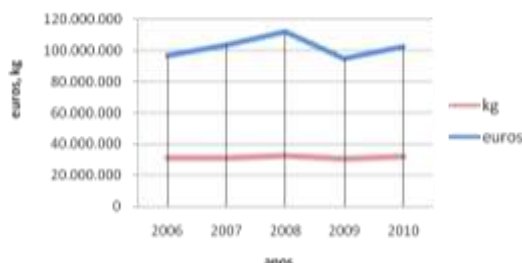
Em 2010, a quantidade de pescado transaccionado e classificado na arte do Arrasto foi a mais baixa dos últimos cinco anos.

O valor das vendas registou um ligeiríssimo aumento (0,1%) face a 2009, mas inferior quando comparado com 2008 (menos 4.722 mil Euros). Relativamente a 2007, mais 368 mil Euros e mais 1.719 mil Euros, do que em 2006.

O preço médio registado nesta arte de pesca tem vindo a registar aumentos desde 2006, atingindo, em 2010, o preço médio mais elevado nestes últimos cinco anos, 2,58 €/kg.

Quando se comparam os totais de 2010 com 2006, verifica-se que o volume diminuiu 21,6%, o valor aumentou 4,9% e o preço médio melhorou muito significativamente, em 33,7%.

Gráfico 9 – POLIVALENTES – Evolução dos últimos 5 anos



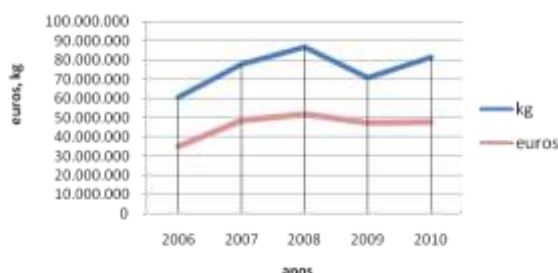
No Gráfico 9, estão representados os dados referentes ao movimento do pescado capturado com **artes Polivalentes**.

No ano de 2010, face a 2009, o volume de pescado subiu 4,9% (mais 1.504t), o preço médio subiu 2,7% e a conjugação das variações verificadas nestas duas variáveis, tiveram como consequência

uma melhoria significativa no valor das vendas do pescado capturado com as artes de pesca Polivalentes em 7,8% (mais 7.375 mil Euros).

Numa análise evolutiva mais alargada, de 2006 a 2010, constata-se que: a evolução do volume de pescado foi superior em 3,6% (mais 1.107t); foi de 5,6% no valor das vendas (mais 5.383 mil Euros); o preço médio registou um aumento muito pouco significativo de 1,9%.

Gráfico 10 – CERCO – Evolução dos últimos 5 anos



No que respeita ao pescado classificado na **arte do Cerco**, o gráfico 10 apresenta a evolução registada nos últimos cinco anos. O volume de pescado aumentou consideravelmente face a 2009 com 14,7% (mais 10.382t); relativamente a 2008 menos 5.439t; mais 3.336t do que em 2007; e mais 20.436t do que em 2006.

Quanto ao valor das vendas, a melhoria registada em 2010 face a 2009, foi residual: 0,9%. Quando se compara o valor de 2010 com o valor de 2008, a quebra foi acentuada, com menos 4.030 mil Euros realizados e com menos 611 mil Euros, do que em 2007, mas com mais 20.436 mil Euros, do que em 2006.

Quanto aos preços médios registados nesta arte, não se pode deixar de referir que no ano de 2010, o preço médio (0,59€/kg) foi o segundo mais baixo nos últimos cinco anos e com uma diferença de 1 cêntimo para o mais baixo, 0,58€/kg, registado em 2006.

De 2010 face a 2009, a quebra no preço médio do pescado capturado com artes de Cerco, foi muito significativa -12%.

DISTRIBUIÇÃO DO PESCADO POR DELEGAÇÕES E POR ARTES DE PESCA

Q4 – ARTES DE PESCA – ARRASTO

Delegação	ANO 2009			ANO 2010			Evolução 2010/2009		
	Kg	€	€/Kg	Kg	€	€/Kg	Volume	Valor	Preço Médio
Norte	0	0	0,00	0	0	0,00	..	..	..
Matosinhos	1.705.113	2.286.124	1,34	2.065.329	3.105.024	1,50	21,1%	35,8%	12,1%
Centro Norte	3.667.313	6.469.939	1,76	3.867.743	7.719.475	2,00	5,5%	19,3%	13,1%
Centro	3.981.422	6.885.150	1,73	3.467.783	6.611.480	1,91	-12,9%	-4,0%	10,2%
Centro Sul	1.016.592	1.818.257	1,79	945.350	1.617.527	1,71	-7,0%	-11,0%	-4,3%
Sines	524.744	375.131	0,71	632.936	463.289	0,73	20,6%	23,5%	2,4%
Sul	4.196.770	19.178.648	4,57	3.363.340	17.535.301	5,21	-19,9%	-8,6%	14,1%
Total Arrasto	15.091.953	37.013.249	2,45	14.342.481	37.052.095	2,58	-5,0%	0,1%	5,3%

Na **arte do Arrasto**, as Delegações de Matosinhos e Sines registaram acréscimos muito significativos em 2010, quer nas quantidades, quer nos valores do pescado transaccionado. Também a Delegação Centro Norte (Aveiro e Figueira da Foz) transaccionou mais 200t e o preço médio subiu 0,24€/kg, face a 2009.

Em quantidade, os decréscimos mais elevados registaram-se na Delegação Sul, com menos 833t, e na Delegação Centro, com menos 514t.

À excepção da Delegação Centro Sul, cujo preço médio foi mais baixo em 0,08€/kg, no ano de 2010, todas as outras Delegações registaram preços médios mais favoráveis em 2010, face a 2009, e foi na Delegação Sul que se verificou a taxa de variação mais elevada, 0,64€/kg.

Em 2010, 74 embarcações (arrastões) da frota pesqueira nacional transaccionaram pescado nas lotas do continente português. No ano de 2009, 88 embarcações. Em 2008, o número de arrastões foi de 94.

EXPLORAÇÃO

CONTRATOS DE ABASTECIMENTO DIRECTO DE PESCADO

Tal como tem vindo a acontecer nos últimos anos, em 2010 continuou a assistir-se a um aumento significativo das quantidades de contratos celebrados entre Armadores e comerciantes de pescado, tutelados por várias Organizações de Produtores. As quantidades vendidas por contrato aproximaram-se dos 30%, relativamente à quantidade total vendida em lota, com todas as consequências negativas que advêm desta dimensão de vendas por contrato. De facto, existem espécies que desaconselham a espera pelo leilão (por exemplo, o caso dos moluscos bivalves, que têm que ser vendidos vivos), outras que têm um mercado muito específico e, por essa razão, se destinam a compradores especializados (por exemplo, o caso do espadarte) e outras ainda, que se destinam, pelo menos em parte, a garantir o abastecimento contínuo da indústria conserveira (caso da sardinha). Nestes e noutros casos semelhantes, o recurso à venda por contrato é habitual há muitos anos.

Nos últimos anos (especialmente em 2010), porém, o recurso às vendas por contrato tem vindo a generalizar-se a espécies que, tradicionalmente, têm escoamento fácil nos leilões e com melhor preço. Como consequência, em alguns casos, tem provocado a concentração de algumas espécies em apenas alguns comerciantes, distorcendo o mercado e influenciando a escalada de preços ao consumidor final. Em 2010, tal como já tinha acontecido em 2009 e 2008, foi possível verificar, em alguns portos de pesca, a celebração sistemática de contratos de abastecimento directo de sardinha a comerciantes, causando, ainda que pontualmente, escassez desta espécie no mercado local. Isto significa que os contratos de abastecimento de pescado deixaram há muito de o ser e passaram a ser meros contratos de compra e venda. Para além desta consequência negativa, outra existe ainda, que reputamos de ainda mais nefasta – a celebração sistemática de contratos a preços muitíssimo inferiores aos de leilão, influenciando, negativamente, o preço médio de algumas espécies e o próprio preço médio global e distorcendo as regras da concorrência.

Durante o ano de 2010, foram tratados administrativamente 2.169 contratos (1.676 em 2009), celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81/2005, entre Produtores e Comerciantes de Pescado, tutelados por algumas das Organizações de Produtores reconhecidas, o que representa um acréscimo de 29,4 % relativamente ao ano de 2009.

No quadro seguinte apresenta-se a Distribuição de contratos pelas Organizações de Produtores.

VENDAS POR CONTRATO DE ABASTECIMENTO DIRECTO EM 2010			
ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES	APROVADOS	NÃO APROVADOS	TOTAL CONTRATOS SUBMETIDOS À DGPA
APROPESCA	98	0	98
ARTESANALPESCA	48	0	48
BARLAPESCAS	105	0	105
BIVALMAR	21	0	21
CAPA	292	0	292
CENTRO LITORAL	167	0	167
OLHÃOPECA	184	0	184
OPCENTRO	363	0	363
PROPEIXE	128	0	128
SESIBAL	69	0	69
APARA	52	0	52
VIANAPESCA	642	1	643
TOTAIS	2.169	1	2.170

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DISPONIBILIZAÇÃO E GESTÃO DE OBSERVADORES DE PESCA A BORDO DAS EMBARCAÇÕES QUE EXERCEM ACTIVIDADE NA ZONA NAFO

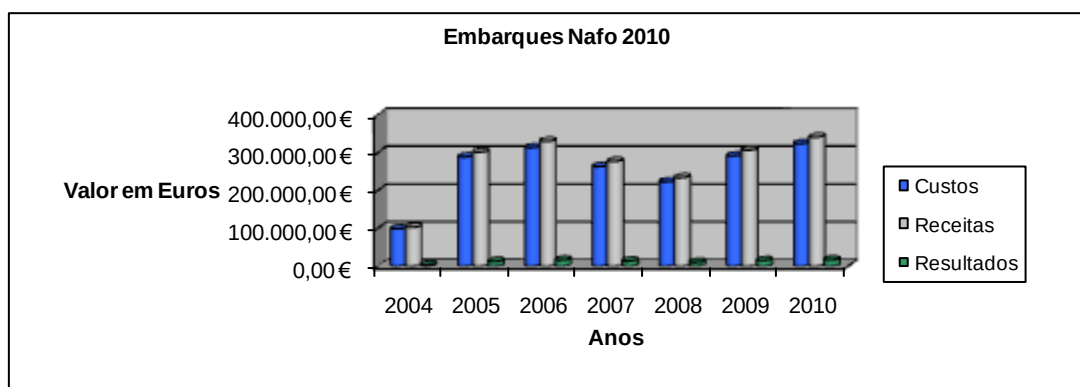
Em 2010 deu-se continuidade à prestação do serviço de gestão da colocação e permanência a bordo de Observadores de Pesca nas embarcações que exercem a sua actividade na zona *North Atlantic Fisheries Organization* (NAFO) e também na zona *North Eastern Atlantic Fisheries Commission* (NEAFC) – Mar de Irminger. Esta prestação de serviço resulta da celebração, com a DGPA, em 23 de Julho de 2004, de um protocolo que teve por objecto transferir para a Docapesca as obrigações que decorrem, para o Estado Português, dos Regulamentos (CE) n.ºs 3069/95, 2371/2002 e 855/2004. Na prática, este protocolo transferiu para a Docapesca a responsabilidade de gestão da colocação e permanência a bordo de Observadores de Pesca nas embarcações que exercem a sua actividade na zona NAFO. Posteriormente, a Docapesca celebrou com a DGPA uma extensão do protocolo inicial, mediante a qual a responsabilidade de gestão da colocação de Observadores de Pesca a bordo das embarcações foi transferida para a Docapesca em qualquer parte do mundo, onde já se verifica ou se venha a verificar a obrigatoriedade da permanência a bordo de Observadores de Pesca.

Este serviço prestado pela Docapesca é importante para os Armadores de embarcações de pesca longínqua, porque é essencial para o desenvolvimento da sua actividade, uma vez que, desde 2004 os Estados Membros da UE passaram a ser directamente responsáveis pela colocação de Observadores de Pesca a bordo dos navios de pesca comunitários que exercem a sua actividade na zona NAFO, NEAFC e outras. Para a Docapesca o serviço prestado tem margens muito pouco significativas, mas reconhece-se a sua importância para o sector. Como a Docapesca não dispõe de Observadores de Pesca, contratou, por sua vez, este serviço à empresa açoriana SeaExpert.

Os resultados da actividade desde o seu início são os que constam do quadro resumo seguinte:

RESULTADOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – 2004 A 2010

ANOS	CUSTOS	RECEITAS (ARMADORES)	RESULTADOS
2004	99.100,80 €	103.230,00 €	4.129,20 €
2005	289.196,20 €	302.067,00 €	12.870,80 €
2006	314.107,21 €	330.557,00 €	16.449,79 €
2007	263.733,52 €	277.614,00 €	13.880,48 €
2008	223.774,68 €	234.631,60 €	10.856,92 €
2009	292.067,43 €	307.439,40 €	15.371,97 €
2010	324.489,60 €	341.568,00 €	17.078,40 €



Destacamos ainda os seguintes factos relevantes para a actividade da Docapesca:

1 – REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DAS LOTAS

O trabalho de revisão dos Regulamentos de Exploração das Lotas, que se vinha desenvolvendo desde o ano anterior, foi concluído, tendo os Regulamentos de Exploração das Lotas entrado sucessivamente em vigor entre Abril (Delegação Centro Norte) e Agosto (Delegações de Matosinhos e Sul). Os actuais Regulamentos, que dispõem de um corpo comum e anexos diferentes, em função das especificidades de cada Delegação/Lota, substituíram os anteriores, que se encontravam já bastante desactualizados (datavam da década de 1980).

2 – REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DO PORTO DE PESCA DE SINES

O Regulamento de Exploração do Porto de Pesca de Sines, que vinha sendo discutido com a Administração do Porto de Sines (APS) desde há alguns anos, foi aprovado por esta Administração Portuária (assinado em 1 de Outubro de 2010), tendo entrado em vigor a 1 de Novembro do mesmo ano.

3 – VESTUÁRIO DE TRABALHO

Em meados de Março, a Docapesca contratou uma prestação de serviços de utilização e lavagem de batas personalizadas, com uma periodicidade bissemanal. Estas batas são utilizadas pelos Trabalhadores que contactam directamente com o pescado, cumprindo assim as regras de higiene impostas pela legislação em vigor. Ficou, assim, completo o vestuário de trabalho dos Trabalhadores ligados à exploração das lotas.

Durante o primeiro semestre de 2010, para organizar e obrigar ao cumprimento das regras de utilização do vestuário de trabalho e de utilização de batas higienizadas, a Docapesca implementou o “Regulamento de Utilização do Vestuário de Trabalho”, que entrou em vigor a 2 de Agosto de 2010.

4 – POLÍTICA AMBIENTAL DA DOCAPESCA

A política ambiental da Docapesca, que já foi aprovada em 2009, teve continuidade em 2010, tendo sido iniciada a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Deram-se alguns passos no sentido da sua implementação e futura consolidação, tendo sido aprovada a definição da estrutura do SGA e o levantamento dos aspectos ambientais mais significativos decorrentes da actividade da empresa. A Gestão de Resíduos foi identificada como um aspecto ambiental de grande significado, tendo sido efectuado o levantamento qualitativo e quantitativo da gestão efectuada aos resíduos produzidos no normal funcionamento dos vários estabelecimentos. Foi também estabelecido o preenchimento do Mapa Anual de Registo de Resíduos produzidos nos vários estabelecimentos da Empresa e o registo no Sistema Integrado da Agência Portuguesa do Ambiente.

Deu-se ainda início à elaboração dos primeiros Relatórios de Sustentabilidade da empresa, relativos a 2009 e 2010, e definiram-se a estrutura e alguns conteúdos. Ficarão concluídos durante o primeiro trimestre de 2011.

Atendendo à dimensão e dispersão da empresa e aos objectivos estabelecidos nestas matérias, a Docapesca recorreu a consultoria externa especializada na Área do Ambiente.

5 – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Na Área de Higiene e Segurança no Trabalho, e no âmbito da organização de emergência, foi concluída a elaboração dos Planos de Segurança Internos dos principais estabelecimentos da Empresa, tendo ficado concluídos os Planos de Segurança de todas as lotas licenciadas.

Continuou-se ainda um conjunto de actividades que tem vindo a ser desenvolvido nesta área, de que se destacam a realização de: Acções de Formação que visaram sensibilizar os Trabalhadores para os perigos e os riscos associados às suas tarefas e locais de trabalho, incentivando a adopção de medidas preventivas e de minimização; Auditorias Internas para a avaliação das condições de higiene e segurança e para a Avaliação dos Riscos Profissionais nos vários estabelecimentos da empresa; Análise dos Acidentes de Trabalho ocorridos.

6 – FICHAS TÉCNICAS DE PRODUTO

Em 2010, foram criadas dez fichas técnicas de pescado e as existentes foram revistas, perfazendo, na sua totalidade trinta e cinco fichas técnicas.

7 – PLANO DE AUDITORIAS DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR BASEADOS NOS PRINCÍPIOS DO HACCP

Não foi possível durante o ano de 2010 realizar auditorias internas de segurança alimentar, pelo que a sua periodicidade foi alterada, de semestral para anual. Estas auditorias serão efectuadas a partir de Fevereiro de 2011, de acordo com o calendário pré-estabelecido e serão realizadas por técnico qualificado da Docapesca ou, em alguns casos, com recurso a empresa externa especializada nesta área.

8 – MANUAL DE BOAS PRÁTICAS EM LOTA

No final de 2010, e como consequência do trabalho efectuado para atribuição do NCV para as Lotas de Quarteira e Albufeira, deu-se início à elaboração de um Manual de Boas Práticas em Lota, para os Trabalhadores da Docapesca. Este documento ficará concluído durante o ano de 2011.

9 – VISTORIAS DA DIRECÇÃO GERAL DE VETERINÁRIA (DGV)

Para além da vistoria ao Entrepósito Frigorífico de Peniche, ao longo de 2010 a DGV realizou vistorias às Lotas de Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Nazaré e Peniche, com vista à manutenção do NCV, de que resultaram, em todos os casos, a continuidade da actividade, ainda que com algumas não conformidades, entretanto parcialmente corrigidas.

10 – IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR BASEADOS NOS PRINCÍPIOS DO HACCP

À excepção das Lotas de Vila Nova de Milfontes e de Peniche, todos os estabelecimentos da Docapesca concluíram as suas implementações de Planos de Segurança Alimentar durante o ano de 2010. Na primeira Lota referida, apenas faltou concluir a formação em Segurança Alimentar aos Trabalhadores, uma vez que só perto do final do ano ficou definitivamente formada a equipa de trabalho. Esta formação será ministrada, previsivelmente, em Maio de 2011, em simultâneo com a Auditoria Interna em Segurança Alimentar. No que respeita à Lota de Peniche, desde que se iniciou a implementação do Plano de Segurança Alimentar, ocorreram várias mudanças que dificultaram e retardaram todo o processo. No final de 2010, ficaram, finalmente, reunidas todas as condições para que o final desta implementação se concretize antes do final do primeiro semestre de 2011.

No último trimestre de 2010, foram preparadas as Lotas de Quarteira e de Albufeira para a atribuição de Número de Controlo Veterinário (NCV). O resultado foi a obtenção do NCV com grande sucesso, apesar dos muitos obstáculos encontrados, quer técnicos, quer temporais. Os Planos de Segurança Alimentar, elaborados exclusivamente com recursos internos, ficarão concluídos durante o primeiro semestre de 2011, visando, a seguir, a obtenção da sua certificação, de acordo com o *Codex Alimentarius* na Lota de Quarteira, a iniciar no segundo trimestre de 2011.

Seguir-se-á, durante o ano de 2011, a implementação de Planos de Segurança Alimentar, com versões simplificadas, na fábrica de gelo de Sines e nas Lotas (não licenciadas) de Tavira, Santa Luzia, Cascais e Ericeira.

Até Junho de 2010, procederam-se a reparações e melhoramentos do Entrepasto Frigorífico de Lisboa – na Câmara 14 –, para que não perdesse o NCV. O Plano de Segurança Alimentar, ainda que parcialmente implementado, ficou por concluir neste estabelecimento pois, no início de 2011, o Entrepasto Frigorífico de Pedrouços encerrou em definitivo a sua actividade, para dar lugar à Requalificação da Zona Ribeirinha do Tejo.

Implementação de Sistemas de Segurança Alimentar em 2010

LOCAL	TIPO DE ESTABELECIMENTO	NCV	EMPRESA ADJUDICATÁRIA	DATA INÍCIO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	SITUAÇÃO EM 31-12-2010
Viana do Castelo	Lota	O 0262 01 P	Produtiva	19-02-2008	1.º Trim 2010	Concluído
Póvoa de Varzim	Lota	O 0262 02 P				Concluído
Matosinhos	Lota	O 0262 03 P				S/Adjudicação
	Fábrica de Gelo	Não aplicável	Existe Manual de Autocontrolo			
	Entrepasto Frigorífico	DAF 168	Existe Manual de Autocontrolo			
	Túnel de Congelação	T 0262 12 P	--	--	Existe Manual de Autocontrolo	
Aveiro	Lota	O 0262 21 P	HM Consultores	26-10-2007		Concluído
	Fábrica de Gelo	Não aplicável		30-10-2008	1.º Trim 2010	Concluído
Mira	Lota	1382 PP		06-10-2008	--	Concluído
Figueira da Foz	Lota	O 0262 04 P		26-10-2007	--	Concluído
	Fábrica de Gelo	Não aplicável		30-10-2008	1.º Trim 2010	Concluído
Nazaré	Lota	O 0262 05 P	SGS	29-12-2008	1.º Trim 2010	Concluído
Peniche	Lota	O 0262 06 P	Bioqual	12-04-2007	1.º Trim 2010	Não concluído
	Entrepasto Frigorífico	Q1 0262 24 P	SGS	Sem NCV		Existe Manual de Autocontrolo
	Túnel de Congelação	RAF 163				
Costa Caparica	Lota	O 0262 24 P	Docapesca	08-2011	Dez-2011	Existe Manual de Autocontrolo
Sesimbra	Lota	O 0262 18 P	SGS	29-04-2008	1.º Trim 2010	Concluído
Setúbal	Lota	O 0262 09 P				Concluído
Sines	Lota	O 0262 19 P				S/Adjudicação
	Fábrica de Gelo	Não aplicável	Não iniciado			
V. N. Milfontes	Lota	1395 PP	SGS	06-10-2008	Mai-2011	Concluído
Sagres	Lota	O 0262 23 P	Consequência	31-05-2007	--	Concluído
Lagos	Lota	O 0262 10 P				Concluído
Portimão	Lota	O 0262 11 P				Concluído
Olhão	Lota	O 0262 15 P				Concluído
V. R. S. António	Lota	O 0262 22 P				Concluído
Quarteira	Lota	1428 PP	Docapesca	09-2010	Mar-2011	Não concluído
Albufeira	Lota	G2003		11-2010	Abr-2011	Não concluído

OBSERVAÇÕES: Nas Lotas de Peniche, Quarteira e Albufeira os Planos de Segurança Alimentar ficam concluídos durante o primeiro semestre de 2011.

COMERCIAL & MARKETING

PROVEITOS OPERACIONAIS DAS ACTIVIDADES COMERCIAIS

Os proveitos da Área Comercial em 2010 situaram-se nos **10.768.723,85** Euros, menos -7,5% do que em 2009, contribuindo em 39% para a formação dos proveitos operacionais da empresa.

Por segmentos de actividade a evolução foi a seguinte:

	2010 (€)	2009 (€)	Evolução (€)	Evolução %
Área Comercial	10.768.723,85	11.645.864,12	-877.140,27	-7,53
Venda de Mercadorias				
Aprestos de Pesca	428.980,33	623.720,11	-194.739,78	-31,22
Lubrificantes	193.194,87	180.308,12	12.886,75	7,15
Baterias e Outros	52.357,59	65.154,28	-12.796,69	-19,64
Embalagens	65.102,28	65.786,48	-684,20	-1,04
Comandos	37.349,50	47.352,52	-10.003,02	-21,12
Combustíveis	1.643.665,37	1.379.980,24	263.685,13	19,11
Sub-Total	2.420.649,94	2.362.301,75	58.348,19	2,47
Gelo	2.043.383,61	1.887.386,61	155.997,00	8,27
Prestação de Serviços				
Instalações e Serviços Conexos	5.105.552,59	5.038.924,62	66.627,97	1,32
Entrepasto Frigorífico	542.598,54	1.635.401,84	-1.092.803,30	-66,82
Sub-Total	5.648.151,13	6.674.326,46	-1.026.175,33	-15,37
Outras Actividades	656.539,17	721.849,30	-65.310,13	-9,05

Dentro da venda de mercadorias, registaram-se evoluções positivas na venda de lubrificantes (+7,2%) e nos combustíveis (+19,1%). Os aprestos de pesca tiveram um decréscimo de -31,2%, as baterias de -19,6%, as embalagens de -1% e os comandos de -21,1%. A venda de gelo registou um aumento de 8,3%.

Na Prestação de Serviços verificou-se um decréscimo global de -15,4% resultante das quebras dos proveitos provenientes do encerramento do Entrepasto Frigorífico de Peniche e do pré-encerramento do Entrepasto de Pedrouços.

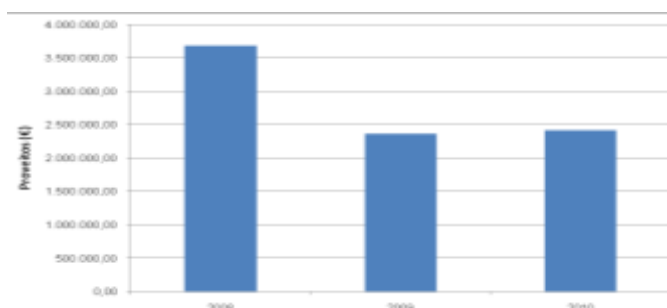


VENDA DE MERCADORIAS

O gráfico a seguir apresenta a evolução nos últimos três anos, cujo traçado foi fortemente influenciado pela venda de combustíveis. Em 2009, verificou-se um decréscimo acentuado devido,

essencialmente, à redução dos preços do gasóleo, com uma ligeira e gradual subida ao longo de 2010.

EVOLUÇÃO DA VENDA DE MERCADORIAS 2008 – 2010



APRESTOS DE PESCA

A venda de aprestos de pesca registou uma evolução negativa de -31,2%, face a 2009, que se deveu sobretudo à Delegação Sul (-31,3%). O decréscimo dos proveitos foi maior (-194.739€) do que o decréscimo dos custos (-157.615€) agravando os resultados operacionais em -37.123€, face a 2009. Em termos orçamentais para 2010, as vendas não atingiram o previsto (-240.844€; -36%) e, muito embora os custos também se tenham situado abaixo do plano (-202.435€; -37,3%), influenciaram negativamente os resultados reais face ao orçamentado. Registou-se, no entanto, uma ligeira melhoria nas margens comerciais, de 20,1% em 2009, para 20,6% em 2010.

LUBRIFICANTES

A evolução das vendas de lubrificantes foi positiva durante 2010 em valor, com um acréscimo de 7,2%, face a 2009. De salientar o crescimento na Delegação de Matosinhos (+24,8%), na Delegação Sul (+11,4%) e na Delegação Norte (+5,3%). Em termos de quantidades vendidas, registou-se um acréscimo de +601 L. Esta subida deve-se a uma estratégia de captação de novos clientes, em que a Shell oferecia a mudança de todos os óleos da embarcação aos Armadores que utilizavam produtos de outras marcas.

A margem comercial também subiu de 29,3% em 2009, para 33,4% em 2010, em resultado de uma política de promoções e *rappel* negociados.

BATERIAS

A evolução dos proveitos com a venda de baterias foi negativa em -19,6%, com decréscimos na generalidade das Delegações, com excepção do Centro Norte. A margem comercial manteve-se nos 28%.

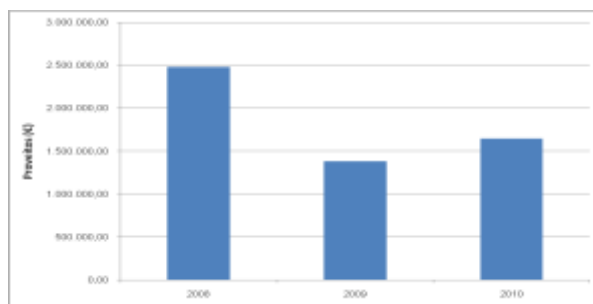
EMBALAGENS

As embalagens registaram um ligeiro decréscimo de -1% face ao ano transacto, resultantes de pequenos decréscimos na Delegação Sul e no Centro Norte. Contudo, salienta-se a melhoria dos resultados operacionais em +19,6%, face a 2009.

COMBUSTÍVEIS

O gráfico a seguir mostra a evolução da venda de combustíveis nos últimos três anos.

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DOS COMBUSTÍVEIS 2008-2010



A evolução face ao ano de 2009 revela um acréscimo nos proveitos de +19,1%. Este aumento deve-se essencialmente à subida dos preços dos combustíveis que se registaram a nível mundial, pois em termos de volume vendido, houve uma diminuição de cerca de 96.000L face ao ano transacto. Em valor, todas as Delegações registaram acréscimos nos proveitos, destacando-se a Delegação Norte (+30,1%) e Matosinhos (+25%).

Os proveitos tiveram um aumento superior aos custos, permitindo uma melhoria nas margens comerciais, de 7,37% em 2009, para 10,87% em 2010. Estas poderiam ter sido ainda superiores, caso a Docapesca não tivesse investido no apoio à frota, já que os descontos no Gasóleo de Pescas atingiram os 66.759€, em 2010. Obteve-se ainda uma bonificação da Galp e Repsol no valor de 7.500 Euros para acções promocionais.

GELO

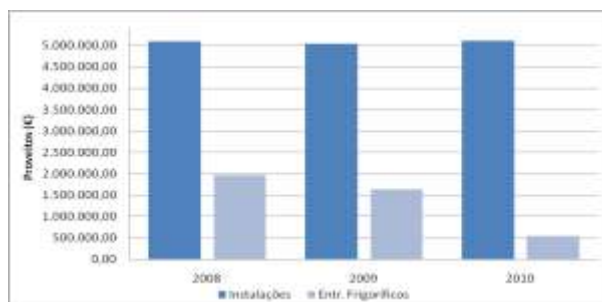
Durante o ano de 2010 verificou-se um aumento de 8,7% na venda de gelo, essencialmente devido à Delegação de Matosinhos, que registou um aumento de 14,5% (+109.817€). Os resultados operacionais apresentaram também um crescimento de 52,5% (+153.417€).

Estas melhorias resultaram numa subida das margens comerciais, de 15,47% em 2009, para 21,8% em 2010.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços comerciais incluem duas actividades principais: a cedência de instalações e os entrepostos frigoríficos. O gráfico a seguir apresenta a sua evolução nos últimos três anos.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS 2008-2010



INSTALAÇÕES

Os proveitos com a cedência de instalações são a principal componente comercial da empresa, mantendo-se relativamente estáveis nos últimos anos. Face a 2009, registou um acréscimo de 1,32% nos proveitos desta rubrica.

O nível geral de ocupação é de 89,4%. As Delegações com maiores níveis de ocupação – acima dos 90% – são Matosinhos, Centro Sul e Sines.

ENTREPOSTOS FRIGORÍFICOS

Durante o ano de 2010 verificou-se uma quebra de -66,8% na actividade comercial dos Entrepostos Frigoríficos, decorrente do seguinte:

- Em Matosinhos, a situação alterou-se devido à concessão à Propeixe, passando os proveitos a ser contabilizados como Cedência de Exploração, num total de 94.000€ em 2010;
- Em Peniche, o Entreposto está encerrado desde Fevereiro de 2010;
- Em Lisboa, registou-se uma redução de clientes e proveitos desde Maio de 2010, devido à avaria no Bloco 1, em 30 de Abril, bem como da notificação da ASAE para desocupação do Bloco Poente. Adicionalmente, com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros em 20/08, foram os clientes notificados da desocupação total até 31/12/2010.

OUTRAS ACTIVIDADES

Esta rubrica registou um decréscimo nos proveitos comparativamente ao ano de 2009 devido, essencialmente, a proveitos suplementares da APL (no valor de 123.331€) que se verificaram naquele ano. Em contrapartida, registou-se um acréscimo nas reversões de ajustamentos de débitos de clientes (+129.267€).

Foram ainda movimentados nesta rubrica os proveitos com a assistência a Postos de Vendagem, cedência de molde, serviços de apoio ao armador e comprador, venda de material reciclável, patrocínios e campanhas publicitárias e a taxa sobre as vendas de terceiros.

OUTROS PROJECTOS NO ÂMBITO DA DC&M

No âmbito da Direcção Comercial e Marketing desenvolveu-se um conjunto de projectos que a seguir se apresenta e cujo retorno é essencialmente qualitativo, reflectindo-se no reforço da imagem da empresa, notoriedade, valorização do pescado, comunicação interna e externa e divulgação dos produtos da pesca.

COMPROVATIVO DE COMPRA EM LOTA

Inserido no objectivo global de valorização do pescado transaccionado nas lotas do continente português, a Docapesca desenvolveu o projecto Comprovativo de Compra em Lota (CCL), que se focaliza na identificação e diferenciação desse pescado, junto do consumidor final.

O lançamento oficial junto das grandes superfícies decorreu, no dia 4 de Fevereiro, na peixaria do Continente (Centro Comercial Colombo), contando com a presença de diversas entidades do Sector. Em Abril, registou-se a adesão e o lançamento das Etiquetas CCL nas lojas do Grupo Auchan. Posteriormente, a Jerónimo Martins e o Grupo Mosqueteiros também aderiram ao projecto, estando prevista a sua operacionalização nas lojas para o primeiro trimestre de 2011.

Durante os meses de Novembro e Dezembro, procedeu-se à distribuição das Etiquetas CCL aos compradores em lota, tendo sido estabelecidos protocolos com diversas Câmaras Municipais – Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Figueira da Foz, Setúbal, Sines, Vila do Bispo e Lagos – com vista à implementação de comunicação sobre o CCL nos respectivos mercados municipais. Para monitorização do preenchimento e colocação das etiquetas CCL nos pontos de venda, efectuaram-se Auditorias a diversas peixarias, num total de 372, em 2010.

Relativamente a expansões do CCL, o uso da etiqueta individual (espeto) arrancou em Sagres no mês de Junho. O acondicionamento da Sardinha e do Carapau esteve em curso nas Lota de Portimão e de Sagres, entre Junho e Setembro, parando no início de Outubro, por se tratar de uma actividade de interesse sazonal.

ESTUDO DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES E CLIMA ORGANIZACIONAL

Com o objectivo de reforçar a orientação estratégica para os Clientes, bem como identificar oportunidades de negócio conjuntas, a Docapesca, à semelhança do ano anterior, aplicou um questionário para avaliar o grau de satisfação com os serviços prestados em 2010, junto dos diversos tipos de clientes: Armadores, Compradores de Pescado e Outros Clientes. Face a 2009, verificou-se uma ligeira melhoria no grau de satisfação (3.47 pontos em 2010, contra 3.41 pontos em 2009, numa escala de 1 a 5 em que 1 corresponde a muito insatisfeito e 5 a muito satisfeito).

Posteriormente, e ciente da importância da opinião dos Trabalhadores da Docapesca, para o desempenho global da empresa, foram efectuados três estudos que cobriram as seguintes vertentes:

1. Grau de satisfação das Delegações com os Serviços Centrais tendo-se verificado um decréscimo no grau de satisfação (3.13 pontos em 2010; 3.51 pontos em 2009);
2. Grau de satisfação dos Serviços Centrais com as Delegações, onde se registou um aumento no grau de satisfação (3.70 pontos em 2010; 3.61 pontos em 2009);
3. Clima Organizacional da empresa, onde praticamente se mantiveram os resultados obtidos no ano transacto (3.46 em 2010; 3.47 em 2009).

Os resultados dos estudos acima referidos foram sintetizados em relatórios específicos e divulgados na Empresa, representando um instrumento fundamental na gestão das relações internas, através da percepção de todos os Trabalhadores acerca de questões como: comunicação interna, eficiência dos processos e regulamentos, a estrutura organizacional, a política de Recursos Humanos, o ambiente de trabalho, as chefias, o grau de comprometimento dos Trabalhadores com a empresa ou o trabalho em equipa.

LEILÃO ONLINE

Tecnologicamente desenvolvido pela Direcção Informática, este projecto teve o apoio da Direcção Comercial e Marketing ao nível da comunicação e divulgação junto dos comerciantes, nomeadamente Grandes Superfícies e Grossistas.

O arranque do Leilão Online nas cinco Lotas previstas verificou-se no final do mês de Setembro, tendo sido concretizadas 19 adesões de compradores até 31/12/2010 – todas elas a funcionar dentro do período experimental. Destes aderentes, alguns já efectuaram compras, cujo total ronda os 40.000€. Está em curso um acompanhamento personalizado dos aderentes, com vista a superar as dificuldades operacionais que ocorrem e a potenciar a sua adesão para além do período experimental.

A implementação em estudo de lotas de aquacultura e congelados terá também como canal de distribuição preferencial o sistema online e, muito provavelmente, estará associado ao conceito de venda de futuros. Dada a necessidade de efectuar investimentos para a expansão do sistema está projectado, para o primeiro trimestre de 2011, a abertura de procedimentos de concurso.

NOVOS SERVIÇOS

Em Sines, durante o mês de Agosto, iniciou-se a prestação do serviço de acondicionamento do pescado de Aquacultura. Tem sido um processo de ajuste constante entre as necessidades variáveis por parte dos produtores e a disponibilidade dos Trabalhadores da Delegação afectos a esse serviço, visto que o acumulam à sua actividade na lota. Houve também necessidade de fazer ajustes ao nível do *software* e do vasilhame para acondicionamento do pescado, face às necessidades manifestadas pelo produtor, podendo afirmar-se que as operações entraram em rotina no final do quarto trimestre.

COMUNICAÇÃO

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E EVENTOS

Em 2010, a Docapesca marcou presença em várias feiras e eventos nacionais, essencialmente com vista à promoção do Comprovativo de Compra em Lota e do Leilão Online:

- Expomar, Festival Peixe em Lisboa e Desafio do Coração (Março e Abril);
- Festival do Bacalhau de Ílhavo (Agosto);
- Dia do Coração (Setembro);
- Festival Gastronómico de Santarém (Outubro);
- Simpósio Anual da Fundação Portuguesa de Cardiologia (Dezembro).

Para além destes eventos, a Docapesca participou numa feira internacional, a Conxemar (Vigo, Espanha), em Outubro. Os objectivos situaram-se ao nível da promoção e/ou demonstração do Leilão Online e de um canal logístico associado, com vista à angariação de compradores/importadores através deste canal. O segundo objectivo passou pela promoção do pescado da costa Portuguesa em

novos mercados, nomeadamente através da divulgação das espécies mais transaccionadas nas nossas lotas em associação ao CCL.

NOVO WEBSITE DOCAPESCA

Sendo um projecto iniciado pela Direcção de Informática, a Direcção Comercial e Marketing coordenou a definição do desenho da estrutura final do site, design e inserção dos conteúdos, registando-se um avanço muito relevante durante o mês de Dezembro de 2010 e prevendo-se a conclusão do projecto no primeiro trimestre de 2011.

PUBLICAÇÕES

A *Infolota*, *newsletter* da Docapesca, foi editada com a periodicidade trimestral prevista, acrescida de algumas edições especiais, relacionadas com eventos do projecto CCL. A sua distribuição em formato digital foi também alargada às Organizações de Produtores, Associações de Armadores, Pescadores e Comerciantes, Comunicação Social, Agências de Comunicação, Câmaras Municipais e entidades oficiais do Sector da Pesca.

Para além do previsto, a DC&M desenvolveu um veículo de comunicação interna, a *Agenda Docapesca*, cuja divulgação online se iniciou em Junho com a participação crescente das várias Direcções e Delegações da empresa.

INFORMÁTICA

Dando continuidade ao sistema de Leilão Online implementado na Lota de Peniche, este sistema foi implementado nas Lotas de Matosinhos, Sesimbra, Portimão e Figueira da Foz. Este sistema passou a fornecer aos utilizadores o controlo do crédito a nível nacional.

Foi implementado na nova Lota da Quarteira um sistema de Leilão de Pescado moderno e inovador, permitindo que os utilizadores desse sistema tivessem uma visão do pescado via monitores em alta resolução.

Iniciou-se um sistema de *Help Desk* que permite a todos os utilizadores dos sistemas de informação solucionar com maior eficácia os problemas apresentados, gerando uma base de conhecimento de todas as situações apresentadas e solucionadas, agilizando as soluções.

Foi efectuada uma auditoria à Direcção de Informática, de forma a serem melhorados os pontos entendidos como necessários, trabalho entretanto já iniciado.

Foi instalado um novo ponto de venda na Lota da Nazaré e alterações ao ponto já existente, com a reformulação das instalações informáticas, possibilitando uma maior rapidez nos processos de recepção e venda do pescado.

Introduziu-se o Sistema de Leilão de Pescado na nova Lota de Vila Nova de Milfontes.

Efectuou-se a migração da nova rede de dados nas Lota de Matosinhos e de Peniche.

Instalaram-se linhas de comunicação para a nova Fábrica de Gelo de Matosinhos e um sistema de facturação.

Concluiu-se o *upgrade* das linhas de comunicações da Docapesca a nível nacional, com substituição de equipamentos e aumento de velocidades. Foram instaladas novas linhas de comunicações, para dar suporte ao Leilão Online nas novas lotas com este sistema.

Foi iniciado o processo de Virtualização dos Servidores Centrais, de forma a garantir um melhor desempenho no tratamento da informação e uma maior segurança das mesmas.

O CCL passou a ter um novo formato, sendo agora mais eficaz em resultado da alteração do sistema e impressão dos talões dos certificados por etiquetadoras térmicas.

INFRA-ESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

INVESTIMENTOS 2010

I – DESCRIÇÃO GERAL

O Plano de Investimentos Correntes e Específicos de 2010 foi executado com o envolvimento das Direcções da Sede (Infra-estruturas e Manutenção, Informática e Exploração). Os Investimentos Correntes foram executados pelas Direcções da Sede e pelas Delegações, dentro das condições estabelecidas.

O Plano de Investimentos Específicos e Correntes previstos e executados em 2010 são os que se apresentam no Quadro I. Os Investimentos Específicos são apresentados por Objectivos.

O Quadro I revela uma taxa de realização global de cerca de 22%, sendo 14% a taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos e de 49%, a dos Investimentos Correntes.

QUADRO I – MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS – 2010

PROJECTOS ESPECIFICOS E CORRENTES	Realização	Realização	Realização
	Prevista 2010	Efectiva 2010	em %
A - PORTOS DE PESCA, LOCAIS DE DESEMBARQUE E ABRIGOS	5.660.323	819.491	14%
A.1 - Melhoria das condições higio-sanitárias das Lotas e Entrepostos	50.000	0	0%
A.2 - Remodelação dos Armazéns de Comerciantes para cumprimento das regras sanitárias vigentes	250.000	0	0%
A.3 - Modernização e Apetrechamento das Instalações de Venda de Pescado	4.543.864	712.295	16%
A.4 - Infraestruturas e Equipamentos de Apoio à Descarga	391.459	107.196	27%
A.5 - Infraestruturas e Equipamentos de Conservação e (ou) Congelação e de Produção e Armazenagem de Gelo	0	0	-
A.6 - Diversos	425.000	0	0%
B - DIVERSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA EMPRESA	1.612.687	193.884	12%
B.1 - Mercados, Plataformas Logísticas e outras Actividades	500.000	0	0%
B.2 - Comercialização e Valorização do Pescado	862.687	181.432	21%
B.4 - Aquicultura Interior e Off-Shore	100.000	0	0%
B.5 - Diversos	150.000	12.452	8%
TOTAL Investimentos Específicos	7.273.010	1.013.375	14%
TOTAL Investimentos Correntes	2.188.950	1.080.356	49%
TOTAL GLOBAL	9.461.960	2.093.731	22%

A – INVESTIMENTOS CORRENTES

O nível global de realização do Plano de Investimentos Correntes foi de 49,08 %. No Quadro II apresenta-se com detalhe, a realização da Sede e de cada uma das Delegações.

QUADRO II – MAPA RESUMO DOS INVESTIMENTOS CORRENTES – 2010

Designação	Exercício 2010				% de Realiz.
	Plano	Real	Desvio		
			Valor	%	
TOTAL GLOBAL - Investimentos Correntes 2010	2.201.191 €	1.080.356	-1.120.835	-51%	49,08%
SEDE	539.590	132.635	-406.955	-75%	24,58%
Conselho de Administração	15.000	90	-14.910 €	-99%	0,60%
Depart. De Estudos, Estat. e Relações Públicas	2.450	1.683	-767 €	-31%	68,69%
Direcção de Apoio Jurídico e Recursos Humanos	5.180	6.362	1.182 €	23%	122,81%
Direcção Comercial e de Marketing	5.850	1.945	-3.905 €	-67%	33,24%
Direcção Financeira	4.700	1.391	-3.309 €	-70%	29,60%
Direcção de Exploração	15.375	29.389	14.014 €	91%	191,15%
Direcção de Informática	483.700	91.005	-392.695 €	-81%	18,81%
Direcção de Infraestruturas e Manutenção	7.335	771	-6.564 €	-89%	10,52%
* Delegações *	1.661.601	947.721	-713.880	-43%	57,04%
Delegações Norte e Matosinhos	339.096	162.615	-176.481 €	-52%	47,96%
* Viana do Castelo *	15.870	2.279	-13.591 €	-86%	14,36%
* Póvoa do Varzim *	56.826	8.646	-48.180	-85%	15,21%
* Delegação de Matosinhos *	266.400	151.690	-114.710 €	-43%	56,94%
Delegação Centro Norte	372.595	185.428	-187.167 €	-50%	49,77%
* Aveiro *	128.765	42.645	-86.120 €	-67%	33,12%
* Figueira da Foz *	243.830	142.783	-101.047 €	-41%	58,56%
Delegação Centro	345.585	183.272	-162.313 €	-47%	53,03%
* Nazaré *	75.705	75.986	281 €	0%	100,37%
* Peniche *	259.790	100.873	-158.917 €	-61%	38,83%
* Cascais *	10.090	6.413	-3.677 €	-36%	63,56%
Lisboa	1.250	372	-878 €	-70%	29,76%
* Lisboa *	1.250	372	-878 €	-70%	29,76%
Delegações Centro Sul e Sines	277.186	136.284	-140.902 €	-51%	49,17%
* Sesimbra *	120.425	55.096	-65.329 €	-54%	45,75%
* Setúbal *	108.934	70.190	-38.744 €	-36%	64,43%
* Delegação de Sines *	47.827	10.998	-36.829 €	-77%	23,00%
Delegação Sul	325.888	279.751	-46.137 €	-14%	85,84%
* Barlavento Algarvio*	224.353	95.615	-128.738 €	-57%	42,62%
* Sotavento Algarvio*	101.535	184.136	82.601 €	81%	181,35%

Na generalidade pode-se referir que os níveis de execução do Plano de Investimentos Correntes 2010 foram prejudicados pela transferência de um valor significativo de itens do Plano para Custos do Exercício, por força das novas normas do SNC e por uma reduzida execução do Plano de Investimentos da Área de Informática. O desvio para menos da execução global, de -51%, deveu-se a uma reduzida realização do plano previsto para a Sede (-75%), a que se associou um desvio na execução do plano das Delegações de (-43%). De referir que a Delegação Sul foi a que registou a maior percentagem de realização do plano previsto, alcançando 85,84%. As percentagens de realização em relação ao previsto foram de 24,58%, na Sede, e de 57,04%, no conjunto das Delegações.

Tal como é habitual, o esforço de Investimento incidiu mais na Recuperação e Beneficiação em Edifícios, Infra-estruturas e outras Construções, de que se destacam:

QUADRO III – INVESTIMENTOS CORRENTES – 2010

DELEGAÇÃO/LOTA (1)	OBRAS Recuperação e Beneficiação em Edifícios, Infra-estruturas e outras Construções (2)	VALOR (13)
Figueira da Foz	Edifício Lota UAEP'S – Unidades 27 e 28 – Instalação FOR-MAR	98.159,28 €
Matosinhos	Beneficiação de estruturas protecção e acesso Pontes-Cais n.ºs 1, 2 e 3	47.996,54 €
Nazaré	Edifício da Lota – Revestimento do Pavimento	46.413,70 €
Nazaré	Edifício da Lota – Sala de Higienização	11.237,74 €
Peniche	Edifício da Lota – Remodelação dos Serviços Administrativos	12.482,72 €
Peniche	Rede Estruturada de dados e voz – Lota de Peniche	13.665,20 €
Portimão	Rede Estruturada de dados e voz – Lota de Portimão	16.842,88 €
Sesimbra	Fornecimento e montagem de defensas no cais	12.375,00 €
Setúbal	Empreitada de bombagem de água salgada	42.920,00 €
V. R. S. António	Edifício da Lota – Pavimento, Caleiras e Cais de Descarga	99.225,66 €
V. R. S. António	Edifício da Lota – Pinturas exteriores e interiores	49.242,15 €
TOTAL:		450.560,87 €

O valor total apresentado no Quadro anterior representa cerca de 42% do total de Investimentos realizados em 2010.

B – INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS

No final do primeiro semestre de 2010, os Investimentos Específicos previstos foram *recalendarizados* para o ano 2010 e seguintes, por força de orientação emanada para todo o Sector Empresarial do Estado, pela Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças (SETF), relativamente aos níveis de endividamento autorizados.

Refere-se igualmente, que apenas ao longo do segundo trimestre de 2010, o programa PROMAR aprovou um conjunto de candidaturas, cujo início dos investimentos pela Docapesca dependia da garantia de contratação dos co-financiamentos pelo QCA IV – Programa Operacional das Pescas e que só teve efeitos no segundo semestre do ano.

Como consequência, verificou-se um baixo nível de execução do Plano de Investimentos Específicos como se verifica pelo Quadro IV anexo. Alguns projectos tiveram execução nula, estando alguns suspensos ou adiados sem data prevista para a sua execução, por força do Despacho da SETF. Foi, contudo, possível prosseguir nas Lotas de Matosinhos, Figueira da Foz, Sesimbra e Portimão com o plano de introdução do processo de venda de pescado online – Leilão Online; com as acções de projecto de Remodelação das Lotas de Peniche e da Figueira da Foz, com obras a iniciar em 2011, e das Lotas de Sesimbra, Sines, Portimão e Olhão.

Em 2010 realizou-se ainda o apetrechamento de duas novas Lotas (Quarteira e Albufeira) e intervenções no âmbito da melhoria das condições de segurança dos cais e Lota de Aveiro, com intervenções de recuperação/substituição dos pavimentos, defensas e escadas do cais de descarga. Como anteriormente referido, a taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos foi de 13,93%.

QUADRO IV – MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS (POR DELEGAÇÃO) – 2010

PROJECTOS ESPECÍFICOS	Realização Previsional 2010	Execução no Ano 2010 (Euros)	Execução no Ano 2010 %
Delegação Norte – Póvoa de Varzim	75.000	0	0,00%
Vila do Conde – Apetrechamento da nova lota	75.000	0	0,00%
Delegação de Matosinhos	1.604.397	42.833	2,67%
Matosinhos – Remodelação e reapetrechamento da lota, cais, instalações e exteriores	900.000	0	0,00%
Matosinhos – Venda electrónica de pescado via Internet	52.897	42.833	80,97%
Matosinhos – Construção do Mercado de Segunda Venda	450.000	0	0,00%
Matosinhos – Plano Ambiental – Porto de Pesca	201.500	0	0,00%
Delegação Centro Norte – Aveiro	234.959	107.196	45,62%
Aveiro – Reapetrechamento do Cais (cais, defensas e escadas)	189.959	107.196	56,43%
Torreira – Construção de uma nova lota	45.000	0	0,00%
Delegação Centro Norte – Figueira da Foz	631.915	78.923	12,49%
Figueira da Foz – Remodelação e reapetrechamento da lota e cais	580.000	36.090	6,22%
Figueira da Foz – Venda electrónica de pescado via Internet	51.915	42.833	82,51%
Delegação Centro	580.000	31.500	5,43%
Peniche – Remodelação e reapetrechamento da lota e cais	580.000	31.500	5,43%
Delegação Centro Sul	490.598	87.283	17,79%
Sesimbra – Remodelação e reapetrechamento da lota e cais	430.000	40.050	9,31%
Sesimbra – Venda electrónica de pescado via Internet	60.598	47.233	77,94%
Delegação de Sines	455.000	38.233	8,40%
Sines – Remodelação e reapetrechamento da lota e cais	380.000	38.233	10,06%
Sines – Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado	75.000	0	0,00%
Delegação Sul – Barlavento	909.119	207.296	22,80%
Albufeira – Equipamentos dos Portos de Pesca	135.405	90.726	67,00%
Portimão – Remodelação e reapetrechamento da lota e cais	540.000	68.037	12,60%
Portimão – Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado	100.000	0	0,00%
Portimão – Venda electrónica de pescado via Internet	52.404	47.233	90,13%
Sagres e Portimão – Valorização dos produtos da pesca (Etiquetas indiv. e filmagem cxs de sardinha e outros)	81.310	1.300	1,60%
Delegação Sul – Sotavento	1.053.460	407.659	38,70%
Sta. Luzia – Equipamentos dos Portos de Pesca – Algarve – Modernização do Edif. da Lota Posto de Vendagem	50.000	0	0,00%
Quarteira – Equipamentos dos Portos de Pesca	648.460	372.559	57,45%
Olhão – Mercado de Segunda Venda	50.000	0	0,00%
Olhão – Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado	75.000	0	0,00%
Olhão – Remodelação e reapetrechamento da Lota e Cais	230.000	35.100	15,26%
Projectos – Sede e Diversas Delegações	1.238.563	12.452	1,01%
Lisboa – Realojamento de Utentes dos Armazéns de Pedrouços – Obras para instalação da Fundação Champalimaud	425.000	0	0,00%
Valorização do Pescado – Comprovativo de Compra em Lota	199.956	0	0,00%
Aquacultura – Desenvolvimento de Produtos e Serviços Associados	100.000	0	0,00%
Valorização do Pescado – Comercialização e Distribuição dos produtos da Pesca	50.000	0	0,00%
Valorização do Pescado – Manual de Boas Práticas	70.000	0	0,00%
Desenvolvimento de novos Mercados e Campanhas Promocionais – Exposições e Campanhas	83.607	0	0,00%
Valorização do Pescado – Campanha de Comunicação e Divulgação dos Produtos da Pesca	120.000	0	0,00%
Desenvolvimento de novos Mercados e Campanhas Promocionais – Campanha e Marca	40.000	0	0,00%
Novas Actividades – Estudos e Projectos de novas actividades ou actividades tradicionais da Empresa	150.000	12.452	8,30%
TOTAIS	7.273.010	1.013.375	13,93%

**5. RELATÓRIO E PARECER DO
FISCAL ÚNICO,
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS
CONTAS E RELATÓRIO DE
AUDITORIA**